UTOPIA
utopia
5/1997

O dinheiro é essa espécie de divindade racional a iluminar o contrato social hegemónico. Este contrato, aqui e agora em tudo, não é verdadeiramente um só contrato, porque ele se baseia na força.
Isto é assim. Não há nada para ninguém, deixando-nos elucidados quanto à adesão voluntária que o contrato comporta.

UTOPIA

REVISTA ANARQUISTA DE CULTURA E INTERVENÇÃO

5

primavera-verão 1997

800$

DIRECTOR
J. M. Carvalho Ferreira.

COLECTIVO EDITORIAL
Carlos Nuno, Guadalupe Subtil, J.M. Carvalho Ferreira, José Luís Félix, José Tavares, Rui Vaz de Carvalho.

COLABORADORES
Alberto Hernando, Alberto Pimenta, Alfredo Gaspar, Armando Veiga, Arno Gruen, Attila Toukkour, Carlos Diaz, Edgar Rodrigues, Edson Passetti, Eduardo Colombo, Francisco Madrid, Herculano Lapa, Jaime Cubero, Júlio Henriques, Luis Chambel, Lumir Nahodil, Mari Oly Pey, Maria Pereira, Miguel Serras Pereira, Quin Sirera, Roberto Freire, Torcato Sepúlveda.

PROPRIEDADE
Associação Cultural A Vida

Publicação semestral registada no Ministério da Justiça com o nº118 640

IMPRESSÃO
Gráfica 2000 · Cruz Quebrada

REDACÇÃO E ASSINATURAS
Apartado 2537· 1113 LISBOA Codex · Portugal

INTERNET
http://www.geocities.com/Athens/8336

CAPA
Olinda Celeste

SUMÁRIO

Editorial

Nunca a palavra anarquia foi tantas vezes pronunciada. A propósito de tudo e de nada, os escribas e ideólogos da ordem social vigente, quando presenciam fenómenos que indiciam a decadência desta sociedade moribunda procuram escamotear as causas profundas que estão na sua origem. Escrevem e falam como se tudo aquilo que acontece fosse o resultado espontâneo e natural do incumprimento das leis que regem a sociedade capitalista. Em termos concretos, se existe desemprego numa série de países é porque os dirigentes destes e os trabalhadores assalariados, cada qual a seu modo, não são respectivamente uma *elite idónea e pessoas criativas e responsáveis.* Se existe guerra, fome, miséria, droga, crime e outras calamidades sociais, tudo é causa da personalidade específica dos povos, das etnias, dos grupos ou indivíduos que não são suficientemente *democratas, inteligentes e dinâmicos.* Se se destrói a natureza é porque o ser humano em geral ao caminhar na senda do *progresso e da razão* não pode deixar de a modelar à sua semelhança e imagem. Se cada vez mais o Estado, polícia, tribunais e prisões evoluem no sentido da corrupção, da opressão e da burocratização, então é porque não há outra maneira de controlar os indivíduos e grupos que são propensos ao *desvio e à marginalidade social.*

Esta mentira institucionalizada não só é veiculada pelos *media*, como até muitas vezes subrepticiamente sob a capa de grandes investigações científicas de cariz qualitativo e quantitativo. Parece que estamos perante realidades e verdades indesmentíveis, como se não pudéssemos pensar e agir de outro modo. Já não nos basta suportarmos o malefício das religiões existentes, temos ainda que suportar a religião do Estado, do capital e do mercado. Quem não se integra nos mecanismos da racionalidade instrumental do capitalismo é esmagado pelos efeitos perversos da concorrência e da competição. Quem não se identifica com os requisitos do lucro e do trabalho assalariado torna-se num ser humano votado ao fracasso.

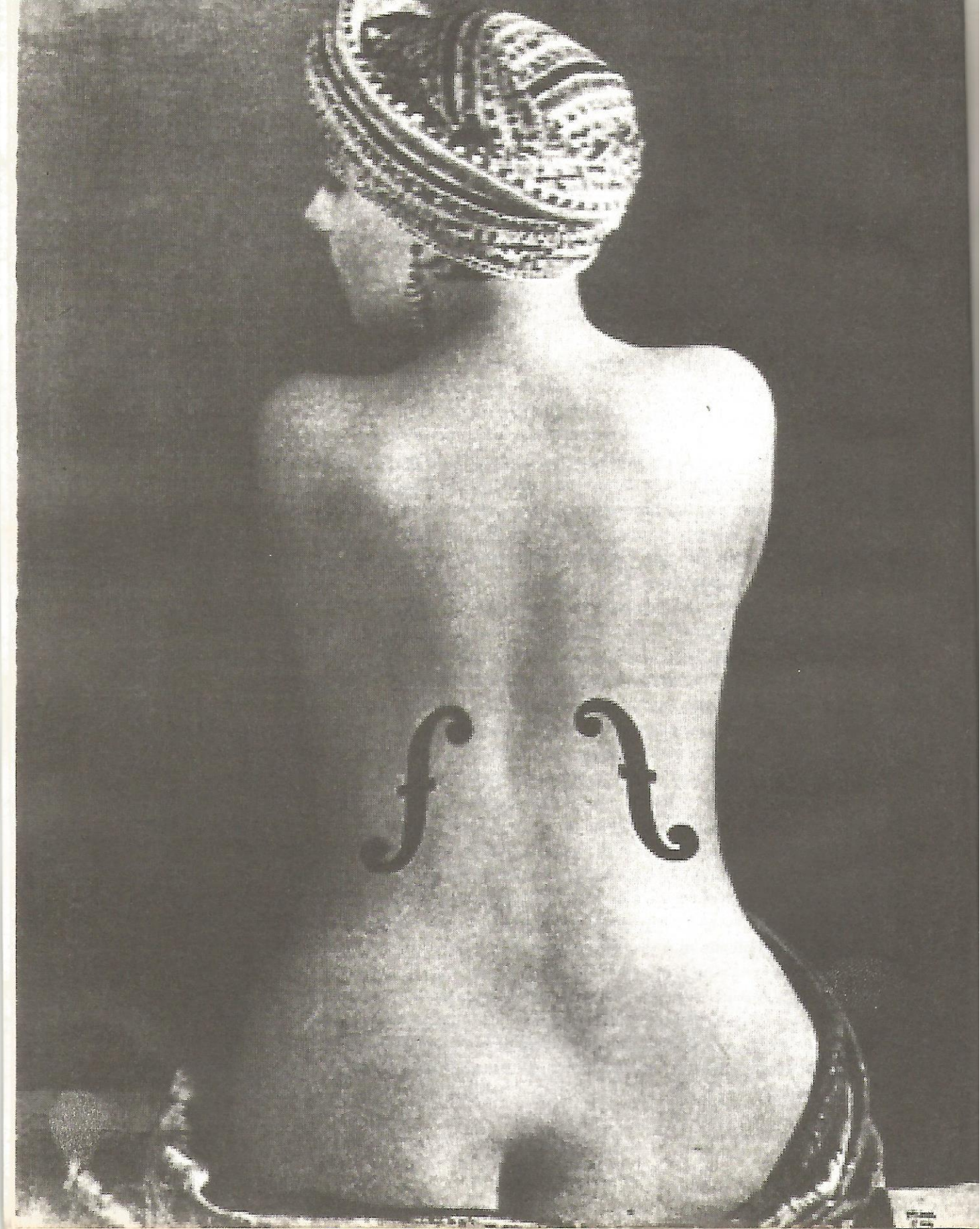
Um dos sintomas mais visíveis da crise da racionalidade instrumental do capitalismo é sem dúvida a educação. A ciência e a técnica, enquanto expoentes potenciais da identidade entre meios e fins que estruturam a rendibilidade do sistema capitalista, têm servido

proficientemente esse dilema. Devido a esse facto, a educação, nas suas múltiplas formas de ensino e de formação dos indivíduos, ajustou-se sobremaneira aos ditames do *saber-fazer* polarizado à volta do trabalho e da profissão. Escolas e universidades ensinam e formam indivíduos através de um processo de aculturação com a exclusiva finalidade de os integrar no mercado de trabalho. Ensina-se e formam-se pessoas para exercer uma profissão, usufruir de rendimentos, privilégios e poder. Quem não é legitimado pelo canudo, não possui o salvo-conduto que lhe permite a mobilidade na escala da estratificação social. No entanto, hoje, já não é possível corresponder às expectativas racionais criadas pelo ensino e a formação ministrados nas escolas e nas universidades. Pode-se tirar um curso de serralheiro, de electricista, de engenheiro, sociólogo, economista, médico, arquitecto, etc., mas nada garante que o mercado de trabalho lhes permita exercer a sua qualificação ou uma profissão.

Ao mesmo tempo que a educação capitalista se centrou no *saber-fazer*, identificado com uma profissão e o mercado do trabalho, tem destruído todas as hipóteses de um tipo de ensino e de formação centrado no *saber* e no *saber viver*. A educação libertária ao longo da história têm demonstrado virtualidades que são essenciais para formar indivíduos livres e soberanos. Como em muitas partes do mundo, no princípio deste século, no Brasil e em Portugal realizaram-se experiências de educação libertária que importa salientar. Impõe-se, neste momento histórico, reflectir e agir para que se vivifique as virtualidades de um ensino e de uma formação assente na liberdade, na criatividade, na espontaneidade e responsabilidade dos indivíduos, sem hierarquias, sem divisão do trabalho, sem uma separação entre o acto de aprender e o acto de viver.

Com a globalização da economia e a hegemonia política e militar do capitalismo à escala mundial, assistimos a uma fragilização dos indivíduos, dos grupos e povos que vivem as contingências da influência do Estado e do mercado. Os esfomeados e estropiados causados pelas guerras civis e militares, os assassinatos da polícia, os desempregados, os miseráveis e os excluídos do sistema social crescem de um modo gigantesco. Perante o alastrar desses fenómenos da modernidade capitalista, a nossa impotência é grande, mas isso não nos deve inibir de reflectir e de agir. A revolta e a lucidez são a resposta adequada.

Não se pense que os 4 mil milhões de deserdados e excluídos sociais só vivem no chamado *terceiro ou quatro mundo*. Na Europa capitalista desenvolvida existem 25 milhões de desempregados e 50 milhões de novos pobres. Um sistema social que é sustentado pela exploração do trabalho assalariado, e que hoje não consegue arranjar trabalho para aqueles que o procuram afanosamente, não tem mais legitimidade para existir. Neste sentido, é lógica a insubmissão dos indivíduos perante o Estado e demais instituições que são defensoras da ordem social existente. Por outro lado, como aconteceu em Portugal recentemente, quando não se tem casa é necessário que se ocupem aquelas que estão vazias e não servem para nada.

Por último, o colectivo editorial sente-se na obrigação de informar os seus leitores que a nota introdutória da carta aberta de um honrado chefe-de-família publicada na revista *Utopia* nº 4, é da exclusiva responsabilidade de José Luís Félix. Acrescente-se ainda que a carta resposta da filha do senhor João Leonel Faria – *Amigos da Utopia* – é do mesmo autor.

Conformistas ou Insubordinados

Para um Pensamento de Dissidência

José Piedade Vaz

Nesta sociedade a libertação dos constrangimentos do trabalho será puramente ilusória: o acréscimo da mecanização não gera tempo livre, mas desemprego e, com ele, exclusão social. Ora, à medida que o trabalho se torna dispensável, a mão de obra subsistente é comprimida pela massa dos desempregados e excluídos, já não exército industrial de reserva, mas arma de coerção. Ao produzir a dispensabilidade do trabalho e ao reduzir a massa da sociedade ao assalariamento, a sociedade pós-industrial terá eliminado toda a possibilidade de controlo social do trabalho pelo próprio trabalhador. A sociedade encontra-se assim, literalmente, à mercê dos detentores do aparelho produtivo, os quais se apropriaram, através dos mecanismos democráticos, do aparelho político e de produção jurídica.

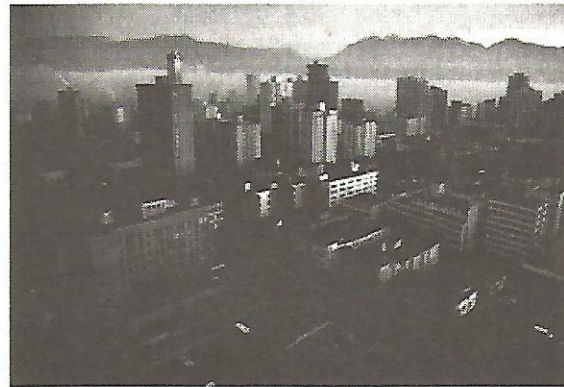
"A livre escolha entre uma larga quantidade de bens e serviços não significa Liberdade, quando estes bens e serviços mantêm o controlo social sobre uma vida de esforço e de medo — ou seja, de alienação."

Herbert Marcuse, O Homem Unidimensional

I
As armadilhas da Ideologia dominante

A doutrina política e jurídica do Estado Social de Direito é, no momento actual, um pensamento totalitário, porque assente, globalmente, numa mistificação: na sua essência, confunde-se com o discurso publicitário do Capitalismo. A sociedade é "Democrática" porque baseia-se numa escolha *estatisticamente* livre. Para o pensamento Democrático do Capitalismo é completamente irrelevante que a escolha estatística não tenha tido por objecto qualquer alternativa. A Democracia como processo de escolha torna-se, assim, num conceito puramente descritivo: "um país é democrático quando é concedido à respectiva população o direito de escolher o próprio governo através de eleições periódicas, secretas e multipartidárias, com base no sufrágio universal e igualitário" (Fukuyama, *O Fim da História*, p.65). A Democracia definida

como processo de escolha livre converte-se assim num mero exercício estatístico de legitimação do poder. A lógica estatística é, porém, a lógica do casino — ganhe quem ganhar em cada lance, o lucro final será sempre do Banqueiro. Por outras palavras: a Democracia é uma mistificação se a "livre escolha" é entre duas falsas alternativas (Clinton ou Dole, Cavaco ou Guterres) que, em substância se equivalem, porque pertencem ao mesmo universo ideológico legitimador da Ditadura do Capitalismo. Ora, no momento actual, não há no sistema político qualquer alternativa viável ao Capitalismo Plutocrático dominante. Em qualquer eleição é sempre o sistema o vencedor, e já está escolhido à partida. Os mecanismos de selecção do sistema político, de eliminação social e de censura da "imprensa livre" impedirão, em qualquer caso, a possibilidade de formulação de uma alternativa. A oposição — mesmo a oposição da extrema-esquerda — desempenha no entanto uma importante função sistémica: institui a escolha livre, legitimando o resultado pré-determinado como "democrático" e tornando legítima a violência económica exercida sobre a inteira sociedade. Os mecanismos de dominação política da sociedade capitalista estão presentes no sistema que este implica, dominação tão mais importante quanto o eleitor — caricatura residual da soberania — corresponde ao cidadão infantilizado, desresponsabilizado e estreitamente assediado e vigiado pelos *mass media* da sociedade de consumo.

O resultado das eleições livres, é, em qualquer caso, um resultado homeostático: o sistema produz através dos seus mecanismos ideológicos (elaboração de mensagens nos *mass media*), de coerção social (crise de emprego, droga, insegurança) o resultado que mais lhe interessa em determinado momento (os erros de avaliação não são importantes, os resultados democráticos são eminentemente provisórios...)

As "Democracias Ocidentais", desembaraçadas da ameaça do Comunismo, transformaram-se num jogo abjecto de falsas propostas, onde a política se degradou em excrescência ideológica do sistema dominante, na sua essência — *Propaganda*. O jogo Democrático teve contudo o mérito de permitir a ascensão de uma certa classe de indivíduos. Essa classe não é das melhores.

Sociedade Racional, a sociedade do Capitalismo encontrou a sua linguagem, que alastra a toda a sociedade como tecido canceroso, num discurso *neutral*, com o rótulo da cientificidade, e que adquiriu por isso a autoridade de coisa racional e indiscutível: o da "Ciência Económica". A Ciência Económica, a um tempo linguagem e ideologia do Capitalismo, com a sua obsessão quantificadora, doravante linguagem obrigatória de políticos, sindicalistas e de toda a fauna de comentadores do "fait-divers" social, reproduz os imperativos sistémicos do Capitalismo, revestidos da especial credibilidade do discurso científico, ignorando (por não quantificável!) todo o conteúdo humano dos imperativos económicos e, o que é mais, expropriando as sociedades — doravante a sociedade global — de todo o horizonte da esperança. Para o discurso fascista da economia, a perda de um posto de trabalho exprimir-se-á numa taxa que não passará de um, entre outros, indicadores económicos, mas que nunca levará em conta a marginalização de muitos

milhões de homens, reduzidos à inutilidade social, atirados ao desespero, virtualmente destinados a serem recolhidos pelo sistema prisional. Esgrimindo taxas de crescimento, de inflação, de conversão monetária (a "moeda única"!) o discurso dominante cria o *alibi* (perfeito, porque científico) para a crise do Capitalismo, cuja ultrapassagem — como única luz ao fundo do túnel — consiste no círculo infernal da crise: crescimento, aumento de produtividade, esgotamento dos recursos, desemprego, exclusão social...

Atinge-se então (atingiu-se já seguramente nos Estados Unidos e na Europa do Mercado Comum) o "limiar de patinagem" de que fala Baudrillard em que o progresso económico é apenas o caminho para o abismo em que, como escreve aquele sociólogo, "o único resultado objectivo é então o crescimento canceroso dos números e dos balanços; mas, no essencial, regressa-se propriamente ao estádio primitivo, que é o da penúria absoluta do animal ou do indígena, cujas forças se esgotam todas na preocupação pela sobrevivência". O crescimento do produto torna-se então a meta esquizofrénica (todos os políticos perseguem esta ideia) de todas as políticas, degradadas em *política económica*. Como dizia recentemente o Primeiro-Ministro português, António Guterres, numa entrevista televisiva, o domínio da economia é um aspecto muito importante para qualquer político, que, quando não for ele mesmo economista, deve rodear-se de muito bons assessores económicos, isto é, renunciar a fazer política, para ser mero executor do Sistema e da sua Ideologia. Crescimento pelo crescimento: o aumento da sinistralidade rodoviária, verdadeiro cataclismo social (com mortalidade superior a qualquer guerra civil actual), contribui seguramente para o crescimento do produto (indústria automóvel, seguros, hospitais), vai na *boa direcção* económica, o que justifica plenamente a ausência de decisões *políticas* no sentido de a limitar drasticamente — por exemplo desenvolvendo uma política anti-automóvel coerente, fomentando responsavelmente uma rede de transportes públicos. Sonho político impossível: um Primeiro-Ministro do Capitalismo não pode governar contra a indústria automóvel...

O sistema "Democrático" degradou por isso a política em publicidade e espectáculo, deixando incólumes as decisões políticas tomadas à revelia de todas as regras formais de legitimação do poder. Esta sociedade, conduzida por políticos invertebrados, patina... e, adiando, ao ritmo dos Carnavais eleitorais, todas as decisões que permitiriam recuperar — não a abundância perdida — mas um horizonte de esperança, *renuncia à História.*

Em *O Homem Unidimensional*, H. Marcuse analisa os mecanismos de dominação da sociedade do Capitalismo Avançado: dominação pelo mercado e pelo consumo, que, na sua aparência niveladora, não cessa de paliar a condição dos dominados, exterminando *in ovo* toda a possibilidade de oposição. Entre o rico proprietário e o seu assalariado existia sem dúvida uma distância social e uma relação de dominação que podia ir até ao ponto de negar ao último as possibilidades de sobrevivência. No entanto, a própria estrutura da sociedade, claramente dividida entre dominadores e dominados, deixava subsistir no seu seio a evidência da dominação, e, com ela, a possibilidade de formação de um pensamento oposicional e, finalmente, a constituição de um horizonte de revolta. Pelo contrário, a essência da dominação do Capitalismo Avançado não consiste na exploração da força muscular (como na Escravatura Antiga), ou na apropriação de uma mais-valia do trabalho assalariado, mas na *domesticação* pelo consumo. Neste sentido, a dominação do Capitalismo Burocrático, e ao contrário da previsão de K. Marx (Manifesto Comunista, 1848), que antevia o colapso do Capitalismo a partir da explicitação e agudização do conflito de classes entre capitalistas e proletários (previsão

[illegible] abandono e desertificação de regiões agrícolas produtivas, encerramento de minas, substituição de produções locais por produções [illegible] longínquas).

Não obstante, será necessário não escamotear as capacidades de adaptação do sistema aos desafios desencadeados pelas suas disfunções: o Capitalismo define as suas estratégias sistémicas. Nos Estados Unidos a estratégia de controlo social passa essencialmente pela desarticulação social e pela fragmentação dos indivíduos. O resto do trabalho é deixado ao sistema prisional. Na Europa, a estratégia passa pela manutenção de um modelo que os políticos de serviço de todas as tendências hesitam em desmantelar: o do Estado Assistencial, mantido à custa da expropriação fiscal do trabalho e do património individual e social.

II
O Estado social de Direito ou a apologia do Capitalismo

A essência do modelo social europeu é a Burocracia. Uma Burocracia colossal, omnipresente e asfixiante, controla as nossas vidas, por forma a manter toda a actividade social sob a vigilância das entidades centrais do Estado Assistencial. Este controlo social é mantido naturalmente pelas Finanças (sem o número de contribuinte ninguém tem existência legal), mas também pelos potentados do Capitalismo. Empresas como Companhias de Seguros, que expropriam o trabalho e o património com base no risco de actividades sociais criadas pelo próprio sistema, como uma colossal circulação automóvel ao serviço da indústria) e Bancos, que uniformizam com o seu incontrolável poder financeiro os padrões de vida, o consumo e as aspirações pela "dispensação" do dinheiro, exercem um profundo controlo social sobre os "clientes",

cujos nomes circulam, como potenciais consumidores, pelas centrais de *marketing* das grandes cadeias de vendas.

Direito à habitação, ao trabalho, à cultura, ao desporto, ao tempo livre, ao ambiente: O Estado social promete dar-nos tudo quanto nos tira. Como resposta à grande crise do Capitalismo entre as duas guerras, o Estado Liberal, sob vestes Democráticas, inventa o catálogo dos direitos *que não há*, doravante incluídos em todas as Constituições: os direitos sociais. Na sua inoperância funcional conseguem contudo apontar com limpidez todas as carências da sociedade que os consagra: suburbialização e desumanização das cidades, destruição da natureza, eliminação do verdadeiro tempo livre, eliminação do trabalho como forma de produção da sociedade, inutilidade das crianças dos velhos e dos doentes, entendidos como encargo, supressão das formas superiores de cultura...

Simultaneamente, o Capitalismo torna-se "socialista" como estratégia de dominação das forças de ruptura. Ideologia de uma Sociedade Pacificada, o Capitalismo procura no Pão — e no Circo — a resposta domesticadora para as crises que não cessa de cavar.

O Estado Assistêncial assegura no entanto uma função vital: a sobrevivência dos pobres, dos sem-abrigo, dos excluídos. Em seu nome, o Estado legitima a expropriação do trabalho e do património dos "privilegiados" (os que ainda têm alguma coisa), ao mesmo tempo que acentua o seu controlo sobre o descontentamento e a revolta larvar — o cidadão médio sente-se cada vez mais na situação provisória de quem *ainda* não é um excluído, de um bafejado da sorte...

Sob a ficção da "redistribuição social", o Estado social reconfirma e solidifica o sistema gerador da exclusão e da escassez de recursos. "O nosso sistema distingue-se (à medida que cresce o aperfeiçoamento técnico) pelo desespero perante a insuficiência dos meios humanos, pela angústia radical e catastrófica que é o efeito profundo da economia de mercado e da concorrência generalizada." (Baudrillard, *ibidem*)

Com a contrapartida ideológica dos "benefícios materiais" supostamente fornecidos pela organização social, o Estado Social constrói uma sociedade de dominação total, neste aspecto, essencialmente idêntica à do Comunismo: submissão total do indivíduo ao aparelho técnico-burocrático, apropriação estatal do trabalho em nome de um princípio ideológico, dissolução da esfera privada. Este modelo, em que o princípio ideológico legitimador deixa de ser o da sociedade sem classes (na realidade, sociedade de dominação do Partido Único e seus funcionários) é substituído pelo da sociedade do consumo ilimitado para todos, assenta na aplanação igualitária do consumidor, teoricamente livre, mas realmente reduzido à sua dimensão de administrado. Através da Propaganda dos "media" (cuja essência é publicidade), avança-se na dissolução da sociedade como algo de distinto do aparelho produtivo e, através das leis do mercado, do Marketing e do princípio básico da expropriação do tempo livre, na redução da Cultura a mercadoria. O Estado Social de Direito converte-se deste modo num modelo de administração total para que a sua própria denominação jurídica aponta: social porque o Estado dissolve a sociedade; de Direito porque todo o discurso social, toda a actividade, toda a Cultura, e toda a Moralidade passam a ser objecto do discurso do Estado, da dominação política, cuja linguagem é o discurso técnico--burocrático do Direito. A esta linguagem não escapam esferas da vida que, em épocas precedentes, não seriam directamente enquadráveis no discurso da dominação: o cuidado médico e a esfera da saúde (hoje enredados nas teias da burocracia), o desporto e a sua teia jurídica, em que os advogados e juizes se tornaram mais importantes que os atletas, e, obviamente, a própria sexualidade, cuja linguagem, deixou de ser a do desejo, do Amor ou da transgressão, para se transformar em pura linguagem jurídica. O Direito aplana a sociedade, excluindo a formulação da diferença, da transgressão, da poesia e da

emotividade presente na linguagem comum do Povo.

Este modelo apresenta uma fragilidade: partindo da desertificação da sociedade como estratégia da dominação, precisa de *crescentes recursos*. Mas esses recursos são sempre escassos para os objectivos da Administração e estão, na realidade, à beira do esgotamento: o Estado Social é como uma empresa cronicamente mal administrada que se baseasse no alargamento indefinido da sua clientela tornada insolvente logo na primeira compra. Sociedade dependente e de administrados, a quem se retira toda a iniciativa, o Capitalismo está a evoluir para uma forma igualmente terrível de Colonialismo, que se soma às já conhecidas: a colonização da sua própria população, tornada numa crescente multidão de mendigos. À medida que os indivíduos vão sendo expropriados de toda a responsabilidade de decidir e gerir vários tipos de recursos (as Comunidades Locais geriam as pastagens comuns e a lenha e encarregavam-se de organizar as festividades locais, nisso empregando o seu tempo e os seus recursos), avança o processo de indigentização, no qual o indivíduo se refugia na sua condição clientelar. É assim que o indivíduo transferirá para o Estado o próprio desastre, individual ou natural, que deveria suscitar-lhe uma estratégia de sobrevivência.

Para manter o círculo vicioso do Estado social e consolidar a sua dominação, o Sistema Único carecerá, redobradamente, de exercer a sua dominação sobre o indivíduo, de expropriar o trabalho e de coarctar toda a iniciativa.

Moldado pela Propaganda, gerido pelo sistema, o indivíduo fica assim à mercê dos poderes administrantes, aparentemente Racionais, porque decorrentes das "leis económicas", e cuja legitimidade já não é sequer "democrática", mas decorrente de um poder mais alto: o poder "racional" e estruturador do dinheiro. A sociedade encontra-se assim expropriada do próprio mecanismo de oposição política e o poder assume aí uma opacidade burocrática justificada pelas leis racionais da eficiência do sistema económico. Neste modelo, toda a resistência é exclusão.

Para este estado de coisas contribui decisivamente a racionalidade da máquina fiscal. Através da expropriação fiscal, transfere-se o conjunto das decisões económicas para o centro (económico e político) do aparelho técnico burocrático, retirando aos indivíduos qualquer capacidade autónoma de satisfação de necessidades e anulando, através do mecanismo repressivo, toda a oposição. Não surpreende que à medida que avança a teoria neoliberal do "menos Estado" e que os Estados procedem à venda em saldo das suas empresas lucrativas, toda a lógica repressiva e autoritária do Estado se concentre agora nas exacções fiscais. No limite, todo o Direito e toda a actividade política da Administração se converterá em *Fisco*, e todo o indivíduo ficará submetido aos controlos da fiscalidade, já processados por poderosos meios informáticos: declarações para trabalhar e deixar de trabalhar, colectas mínimas para impedir de trabalhar, obrigações de escrituração, apertada teia de declarações periódicas, sanções penais para os prevaricadores. Esta máquina de dominação tem ainda outro aspecto odioso: o administrado deve cooperar ordeiramente com a Administração, produzindo ele próprio o trabalho burocrático da expropriação. Tal processo é o passo final na submissão total do "cidadão" à corveira dos feudatários do sistema.

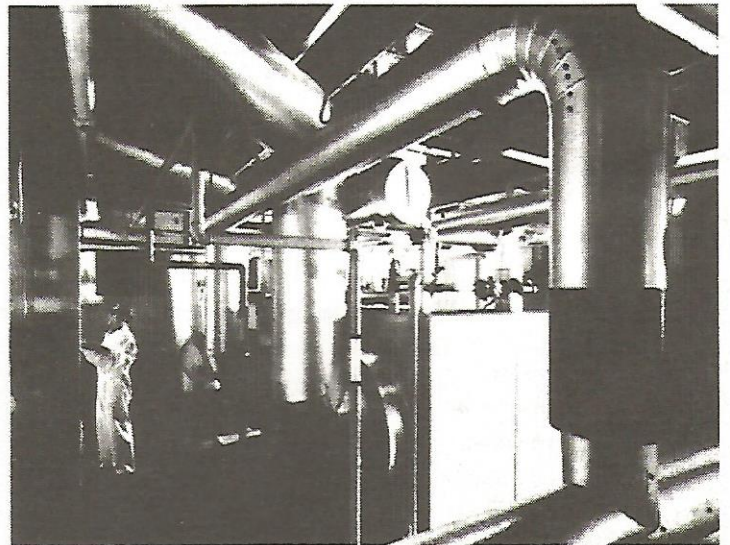
Ao mesmo tempo que elimina a oposição — o seu preço é a *exclusão* — o Estado social produz um outro efeito, este eminentemente *positivo*: o apaziguamento da sociedade. Se o sistema funcionar — e para que ele funcione será necessária mais repressão — no futuro haverá reformas, no futuro haverá saúde gratuita para

todos, desporto para todos, bom ambiente para todos, afluência para todos. O Estado social é uma promessa — que não tem o mecanismo da execução específica. O empobrecimento real da sociedade a que conduzem os seus mecanismos de concentração gera no entanto receitas colossais, que, mais uma vez, serão postas ao serviço dos objectivos sistémicos. Assim, a sua gestão seja submetida ao poder tecnocrático dominante e às leis racionais da "economia aberta" (tão aberta que nela só alguns decidem), donde resultará a sua apropriação pelo sistema (privatização da Segurança Social, eliminação, por falência, do sistema Público de Saúde). Os mecanismos de redistribuição do Estado Social contribuem assim decisivamente para a consolidação das suas estruturas de privilégio, de desigualdade e de carência crescente por parte de largas camadas da população. Consta que em Itália, as habitações fornecidas, a baixo preço, pela Segurança Social no centro de Roma se encontravam na mão de familiares de políticos, entre os quais ministros. O mesmo se passa com a atribuição de subsídios (ou isenções do pagamento de taxas) sociais ou escolares: deles são sistematicamente excluídos famílias com poucos recursos, mas com salários altamente tributados, ao passo que são atribuídos facilmente a famílias de altos recursos financeiros, que não estão obrigadas a declará-los ao fisco.

O sistema de redistribuição social — encabeçado pelo Ministério da Solidariedade — será apto a produzir uma sociedade melhor, sem pôr em causa os seus fundamentos, ou seja, sem explicitar a contradição entre ditadura do mercado e humanização da sociedade? Ou não será antes a apregoada *solidariedade* um elemento táctico do sistema, um amortecedor do sentimento de revolta e um apaziguador das consciências, mas que serve, às mil maravilhas, a racionalidade económica do sistema?

III
O fim da História?

Com esta interrogação perguntamo-nos essencialmente como inaugurar uma estratégia de revolta. Estão longe as perspectivas românticas de uma insurreição armada, de uma greve geral decretada por um movimento Sindical revolucionário. A violência anónima eclodirá, nos subúrbios e nos centros degradados, cada vez com mais frequência, mas sem qualquer virtualidade verdadeiramente oposicional. A luta pela subsistência, pelo território, pela identidade, que está na origem da guerra entre os povos, transmutou-se, na sociedade global, essencialmente em *guerra civil*. É a guerra larvar dos clãs dos subúrbios, das claques que põem os estádios de futebol, e por vezes cidades inteiras, em estado de sítio.

Mas essa violência, tal como a violência *de* e *sobre* os excluídos da sociedade, como os dependentes de drogas, do ponto de vista do sistema, é benigna. Através do "terror civil" em que mantêm populações inteiras, ela mais não faz

do que justificar a necessidade de políticas repressivas, ao mesmo tempo que deixa intacto o status quo. Compreende-se bem o pânico e a revolta das populações perante o suposto (mas cínico) "humanismo" das instâncias judiciais perante os delinquentes comuns: a delinquência funciona como cerco a populações indefesas que nunca poderão aceitar encarar a rapina dos seus parcos recursos ou a sua segurança numa lógica de "desculpabilização".

Ter-se-á chegado então ao limiar de estabilidade político-social relativamente ao qual é impossível (e impensável) qualquer alternativa?

As alternativas não poderão ser formuladas a partir do discurso técnico-burocrático dominante, que não põe em causa os pressupostos da sociedade de que emana. Uma verdadeira alternativa só poderá surgir do retorno de "intelectuais" que não estejam à venda e que estejam por isso disponíveis para refundar uma crítica da sociedade como pensamento oposicional. Para refundar esse pensamento crítico é preciso reaprender a ver a sociedade sem os signos da alienação que ela produz. Essa pode ser a função de um pensamento como o Anarquismo, baseado na recusa das dominações do quotidiano e das suas justificações ideológicas carreadas pelos instrumentos de dominação do sistema. Este tipo de pensamento reintroduz a negação na sociedade e possibilita um horizonte de evolução. Todos os pensamentos críticos, em todas as épocas, recusaram a sociedade e constituíram um horizonte de oposição e de mudança: sem os Enciclopedistas não teria havido alternativa ao Absolutismo, sem os "dissidentes" da União Soviética e do "paraíso" socialista não poderia ter caído o muro de Berlim. O que é decisivo é não renunciar à *oposição,* não renunciar ao combate contra um sistema que invoca o consentimento como fundamento da sua própria dominação. A dissidência é, antes de mais, uma obrigação moral.

Por isso, a oposição tem de começar na *denúncia* — a denúncia de que o sistema político faliu, deixou de reflectir as opções livres das populações desorientadas e ameaçadas, de que existe um divórcio, cada dia mais fundo, entre o Poder e o Povo, que as instituições políticas do Capitalismo não resultam do voto livre, de que não são os eleitos que governam, que o Poder está hoje, nas chamadas Democracias, envolvido por uma opacidade fundamental: ao mesmo tempo que sistemas cada dia mais poderosos devassam a vida privada dos cidadãos para serviço dos imperativos económicos do Sistema, as decisões políticas determinantes (encobertas como decisões económicas "privadas") são tomadas à revelia dos eleitores. Será aceitável que, nas Faculdades de Direito, probos Catedráticos continuem a doutrinar a estafada teoria da representação popular quando nos encontramos perante uma autêntica expropriação do poder político de que o Povo é detentor originário?

O Capitalismo não é o fim da História, mas não cairá com uma multidão de conformados, sem um pensamento de revolta. A denúncia e a recusa da alienação deverão ser a primeira arma de um combate para o tempo presente. Contra os "gurus" da ideologia económica dominante não cessaremos de apontar a falência do Sistema.

Todas as rebeliões começam por uma recusa. Para justificar a tirania, virão pedir-nos o nosso voto. Dir-lhes-emos que não.

Bibliografia citada no artigo

BAUDRILLARD, Jean. *A sociedade de Consumo*, Edições 70, Lisboa, 1985.

FUKUYAMA, Francis. *O Fim da História e o Último Homem*, Gradiva, Lisboa 1992.

MARCUSE, Herbert. *O Homem Unidimensional*, (segundo a tradução alemã, 22.ª edição, Sammlung Luchterhand, Darmstatd, 1988)

Okupação de Casas

A ocupação tornou-se para um crescente número de pessoas, nas últimas décadas, parte integrante das suas vidas. Sem grande formulação teórica, por toda a Europa, como noutros continentes, foram surgindo espaços ocupados, confiantes na espontaneidade e numa imensa vontade de fugir ao alienar da vida moderna, mas também, associados a uma ideia de mudança social total.

Em finais de 1993, primeiros meses de 1994, dava-se início no Porto a um movimento de ocupação de casas. Não iremos mais atrás no tempo, nomeadamente às ocupações que se deram no 25 de Abril, pois as ocupações de que vos queremos falar têm outros protagonistas, um outro tempo e diferentes origens. A *Casa Reciclada* do Porto, desocupada pelas malhas da especulação imobiliária/camarária, e as outras poucas que se lhe seguiram na cidade do norte, tinham como participantes grupos de jovens, *okupas* ou *squatters* como geralmente se lhes chama, que não foram às "heranças" do 25 de Abril buscar a inspiração para o movimento. Como os *squatters* que na região de Lisboa deram continuação à ocupação de casas, foi através dos "movimentos alternativos" lá de fora que nasceu a vontade de em Portugal se fazer algo semelhante. A ocupação de espaços abandonados para habitação e sobretudo onde se pudessem desenvolver actividades diversas, sempre caracterizadas por um aspecto de crítica social.

É por isso que são tão correntes as expressões inglesas *squat* ou *squatters* quando nos referimos a este movimento de ocupação de casas que, apesar da crescente repressão de que foi e é alvo pela Europa (na Alemanha, depois da unificação, no Reino Unido com o *Criminal Justice Act,* etc...), sobrevive e continua a dar espaço de acção aos novos movimentos sociais de contestação. Desde os anos 60/70 até hoje, ele vai de encontro às chamadas contraculturas, ou movimentos alternativos, e identifica-se dentro dos movimentos anarquistas e autónomos. No fundo, as ocupações marcaram também o distanciamento frente aos movimentos sociais clássicos de contestação de todo um universo de participantes que ilustram os novos movimentos sociais e já não vistos somente como "os trabalhadores".

A ocupação tornou-se para um crescente número de pessoas, nas últimas décadas, parte integrante das suas vidas. Em primeiro lugar,

dos paradigmas "comunicacionais" ou "argumentativos" à maneira de Habermas, e sem esquecer a caracterização incomparavelmente acutilante do "espírito do capitalismo burocrático" e das suas tendências estratocráticas ... — nos motivam a pensar em termos políticos alternativos, dir-se-ia, ser de molde a motivar algum interesse mais vivo, ou, pelo menos, alguma contestação mais elaborada da tua parte. Talvez a tua actual e espero que passageira "embirração" com Castoriadis seja, por assim dizer, um sintoma da dificuldade que tens em passar do teu mais que justo desinvestimento de uma cena política, caída na mais rasa "dimensão pragmática" a outra solução que não seja a de ir "incluindo a dimensão utópica para o campo cultural" (II, p. 270), apesar de isso te levar, por mais do que uma vez, à escotomização de alternativas mil vezes mais intensas a cuja acção latente certos leitores não deixarão de ser sensíveis entre as linhas mais vivas do que escreves.

6 Cornélius Castoriadis, *Domaines de l'homme. Les carrefours du labyrinthe II*, Paris, Seuil, 1986, sobretudo p. 303 e sq.

7 Cf. Hannah Arendt, *Condition de l'homme moderne* (trad. fr. Georges Fradier, com um importante prefácio de Paul Ricœur), Paris, Calmann-Lévy, 1983.

8 Estou a pensar na citação que fazes nas páginas 389-390 do teu *Diário II*: "George Steiner: 'Coloco uma pergunta a que não sou capaz de responder: *What in the world is the music like?* "Uma tradução que sacrifique um pouco a simplicidade lapidar do inglês dará isto: O que é que no mundo se assemelha à música? 'Não conheço a resposta, mas sei que é a pergunta certa'."

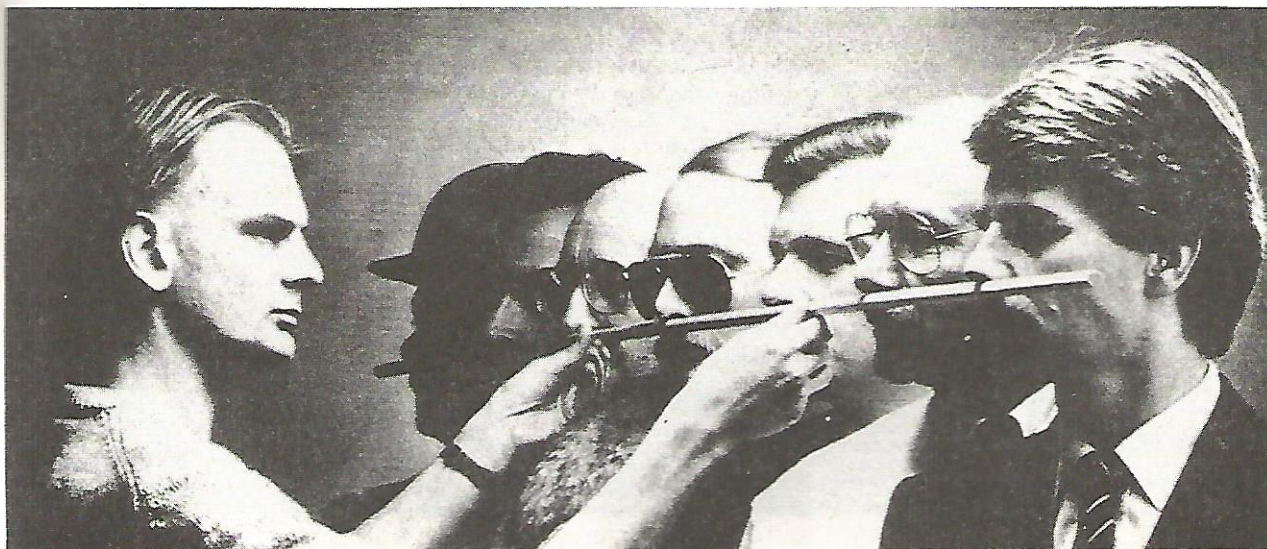
A INDEPENDÊNCIA NACIONAL MAIS PRODUTIVA:

«Até ao ano 2000 temos lavagem **para alimentar todos os porcos»**

A BEM DA NAÇÃO
USE **VOCÊ TAMBÉM**
NO SEU CURRAL PRIVATIVO

CRC

COMER RAÇÕES
DOS **C**OBRIMENTOS

ALIMENTO PARA PORCOS
DE TODOS OS CALIBRES
COM ALTO VALOR PROTEICO-
-PATRIÓTICO

[illegible] ao problema da falta de habitação, [illegible] por toda a Europa com a especulação [illegible], parceira primordial do capitalismo, que [illegible] as cidades, os seus centros e antigos [illegible]. Individualmente criou um certo estilo de [illegible], um modo de estar, mas foi-o também social [illegible] em que juntou grupos de pessoas [illegible] juntas. Mais importante ainda, levou estas [illegible] a querer recuperar, reinventar ou criar uma [illegible] comunitária que procuram ser extensível [illegible] a zona envolvente à ocupação, e que extra-[illegible] para outros locais e para o geral da sociedade. [illegible] ter uma casa em Barcelona, Berlim, [illegible], Londres ou Lisboa, não somente no [illegible] que nos abriga, como no espírito daqueles [illegible] nos acolhem, e é normal encontrarmos [illegible] nacionalidades dentro de qualquer *squat*.

Mas aquilo que é, sem dúvida, o aspecto [illegible] positivo e próprio deste cenário de ocupa-[illegible] sem fronteiras, é a sua participação social. Uma participação social versus participação [illegible], contrária ao poder, à acção do estado e à [illegible]dinação ao capital. E esta participação e [illegible] social reflectiu-se na criação nos espaços [illegible]ados de "*comedores populares*", salas de [illegible]táculos, ateliers, *info-shops*, etc., e na criação de Centros Sociais Alternativos e Autoges-[illegible]dos. Procurando de uma forma não dirigista [illegible] hierárquica, estabelecer novas formas de [illegible]cionamento social, seja nas cidades, sufocadas e desumanizadas, ou nas ocupações no campo, no [illegible]ivar de aldeias abandonadas.

Sem grande formulação teórica, por toda a Europa, como noutros continentes (América do Norte principalmente), foram surgindo estes espaços ocupados, confiantes na espontaneidade [illegible] numa imensa vontade de fugir ao alienar da vida moderna, mas também, associados a uma ideia de mudança social total. Mudança que um dia-a-dia de uma ocupação procuraria adquirir.

O anarquismo não podia deixar de ser a principal referência para este movimento (ainda que haja ocupações que se situam noutros âmbitos) pela forma anti-autoritária e descentralizada do mesmo. Como em Portugal, têm sido nos *squats* que as ideias anarquistas mais impacto tem tido e através dos quais mais pessoas se têm vindo a identificar. Isto diz-nos igualmente respeito quanto às novas origens daqueles que, de uma forma ou outra, se vêem como anarquistas. E imediatamente vamos encontrar na música, nomeadamente no *Punk/HardCore*, as áreas onde de uma forma construtiva estes grupos de jovens têm surgido, neste caso à procura de espaços livres para desenvolver as suas actividades. Quando não é mais o visual, nem somente o som que reina (embora persista sempre quem prefira continuar alienado) e se procura de facto fazer algo, as ocupações têm sido os seus espaços por excelência.

Esta é talvez uma síntese do que faz mover as ocupações, as ideias e o ambiente que por cá também levaram à ocupação da Casa Encantada de Lisboa e de outras anteriores. Mas de boas intenções estamos já nós fartos. E há que dizer que a maioria das ocupações que se deram até à data não passaram das palavras, para acabarem abandonadas, desocupadas ou permanecerem apenas como espaços de habitação. E é bom, claro, que ao menos permaneçam como tal, mas infelizmente não podemos dizer logo à partida que continuem a reflectir o espírito que atrás caracterizávamos. Como por outros lados acontece, corre-se o risco de apenas transferir os malefícios e a alienação que se quer combater, para espaços que se conotariam com os seus opostos.

Não podíamos, no entanto, deixar de referir algumas das ocupações que desde 1993 até 1997 foram lentamente abrindo caminho a este movimento em Portugal, tão atrasado em relação a Espanha ou à restante Europa. A *Quedza* de Queluz, ou a casa ocupada de Torres Vedras, ou as ainda existentes ocupações de Unhos ou de Cascais. Esta última, talvez a de que mais se esperava e pela qual já tantos passaram. A verdade é que já de há algum tempo para cá resultava evidente uma insatisfação e pouca discussão

acerca de todas estas ocupações. Face a isso deu-se a realização das Jornadas de Okupação (1996), primeiro em Cascais, depois no Centro de Cultura Libertária, e nelas ficou evidente que muito se podia aprender com tudo o que se passou, que muito ficou por fazer e que daqui em diante muito mais há que pôr em prática.

Com a "Casa Encantada" de Lisboa, é evidente toda a aprendizagem que uma ocupação nos poderá trazer - participantes ou observadores. A ocupação de Lisboa veio dar de novo animo e energia a muita gente desencantada, e dar espaço a um crescente número de pessoas, para as quais esta torna-se, antes de mais, um espaço de aprendizagem. Um espaço real e concreto onde o okupa pode aprender consigo mesmo e com os que o rodeiam, não só aquilo que é, como o que todos podemos ser uns com os outros. Pensar em (con)viver com os restantes, de uma forma livre e sem agressões, será entender que não basta chegar à casa e gritar ser livre, mas que se está disposto a construir esse modo de estar com os outros. Um desafio que poderá parecer enorme, mas que deve estar a par da maior ou menor espontaneidade de criar, de construir um pouco todos os dias, uma cada vez maior vontade de solidificar uma organização que marque definitivamente um passo anti-autoritário. E há pés para andar com isso para a frente.

E porque a liberdade não tem paredes, uma casa não será nunca suficiente, nem sequer um bairro, mas apenas o mundo! Quando todo o mundo for um espaço livre!

Uma Casa Okupada é uma Casa Encantada! Squat the world!

Março 1997
Coordenadora Informativa
e de Apoio à Okupação
Núcleo de Apoio à Okupação - Cascais
Apartado 1141, 2750 Cascais Codex

Entrevista

Reproduzimos de seguida uma entrevista entre J. M. Carvalho Ferreira e alguns jovens que ocuparam uma casa na Avenida Santos Dumont em Lisboa. O assunto em causa tem não só a ver com a ocupação de casas como também o que em termos ideológicos pensam os jovens em causa sobre a sociedade em geral e a "Escola" em particular.

Como uma primeira pergunta que estou interessado em fazer-vos é: qual a principal razão que vos levou a ocupar esta casa na Av.Santos Dumont?
Antes de ocuparmos a casa alguns de nós já nos havíamos juntado, uns porque estavam descontentes com a apatia em que se encontrava o movimento anarquista e, outros, porque começavam a simpatizar com as ideias e tinham vontade de fazer algo... Após alguns encontros começámos a ter necessidade de um espaço para nos reunirmos e a ocupação foi uma resposta natural. Foi uma forma de resolver o nosso problema de falta de espaço, e pormos simultaneamente as nossas ideias em prática. Havia também o problema de não termos meios económicos para comprar/alugar uma casa para fazermos um centro uma vez que a maioria de nós é estudante e com tantas casas desabitadas não víamos porque razão tínhamos de pagar por um espaço.

Mas vocês já tinham alguma experiência de ocupação de casas?
Já tínhamos tentado algumas vezes mas nenhuma resultou. No caso desta ocupação levámos a coisa mais a sério tendo-nos informado previamente sobre o aspecto legal e falámos inclusive com pessoas que já tinham alguma experiência.

Vocês têm conhecimento de outras situações como por exemplo as ocorridas em Cascais?
Sim temos conhecimento de outras ocupações no País como em Cascais, Queluz e Porto e estamos mesmo em contacto com eles. A ideia de ocupar em Lisboa surgiu a partir de uma jornada de ocupação para reunir todos os grupos que estavam interessados na ideïa de ocupar uma casa para fazer um centro social em Lisboa. Para arranjar um local que permitisse partir para a acção, para o debate, etc…

Vocês são estudantes?
Nem todos mas a maioria estuda, outros trabalham e outros não trabalham nem estudam.

Do Ensino Secundário?
Do Secundário e Universitário. Há também quem trabalhe e quem não faça nada. Trabalhar para quê?

Sabem que ao ocupar esta casa estão a incorrer numa acção que é contra a propriedade? Que é contra a ocupação de casas dos senhorios? Que é contra a legitimidade da Câmara? Quando ocuparam esta casa pensaram nas sanções que poderiam vir a sofrer?
É claro que fazíamos ideia dos riscos que corríamos mas se fossemos a ter medo de opressões nunca faríamos nada e é isso mesmo que nos faz levantar da cama, o que nos motiva para lutar e fazer cada vez mais. Quanto à questão da propriedade nós perguntamos: Propriedade de quem??? que legitimidade tem a Câmara quando esta supostamente existe para servir as populações e em nome destas atiram para a rua milhares de pessoas, obrigando-as a sofrer na rua. Enquanto isso "eles" vão assinando contratos milionários e mantêm milhares de casas ao abandono. Constróem estradas, centros comerciais, parques de estacionamento, destroem os poucos espaços verdes de Lisboa, enquanto existem pessoas literalmente a viver na tortura, a dormir nos becos e ruas da cidade. Que legitimidade é esta? Falando em termos práticos

como esta ocupação, nós não tínhamos um espaço para conviver nem dinheiro para o adquirir e esta casa estava ao abandono há muito tempo. Não foi legítimo ocupar esta casa? Que lógica tinha esperarmos até aos 40 anos quando já tivéssemos um "dinheirinho" para fazer um centro social e ter desperdiçado 20 anos da nossa vida?

Portanto vocês ocuparam a casa e já tinham conhecimentos. Mas no primeiro dia que ocuparam a casa quais os problemas que tiveram?
Fizemos uma primeira tentativa que foi mal sucedida pois um vizinho chamou logo a polícia e fomos corridos. A segunda tentativa resultou porque o fizemos de forma mais organizada e estávamos melhor preparados. Só passados 15 dias é que a polícia apareceu, talvez porque ocupámos a casa na época de natal e na mente distorcida da polícia devem ter pensado que era melhor deixar o pessoal em paz nesta época de caridade. Desta última vez também já estávamos melhor informados sobre a legislação e em relação ao assunto em geral.

No início quantas pessoas eram?
Éramos 7 ou 8 pessoas.

E nesta segunda vez?
Éramos uns 15 ou 20.

Conquistado o espaço, como é que se organizaram internamente? O que é que fizeram em termos de actividades? Que actividades concretas já fazem ou estão a pensar desenvolver para além da divisão de tarefas domésticas?
Ainda estamos na fase de nos organizarmos. Chegámos a uma primeira conclusão que foi a de que não é fácil partir da teoria para a prática. Estamos ainda a estudar a melhor forma de nos organizarmos. Reunimos todas as sextas-feiras para debatermos os problemas que vão surgindo. No entanto, já começam a aparecer os primeiros projectos como o colectivo de mulheres que organizou uma *performance* que se revelou uma excelente sátira ao sexismo/machismo que esteve presente em cena. Seguiu-se depois uma festa com música e petiscos daí resultando uma boa noite de convívio na casa. Temos também já a funcionar uma biblioteca e uma pequena banca com material á venda. Para além disso existe ainda um projecto para a construção de um café/bar e que esperamos seja um local alternativo para encontros em Lisboa. Formou-se também um novo grupo: Guerrilha de Agricultura Urbana que vai dar que falar e que está já a tratar da horta da casa. Temos ainda o colectivo antimilitarista, que está a dar os primeiros passos; ateliers de reciclagem de papeis, aulas de autodefesa. Existem também arquivos em que vão sendo colocadas notícias, panfletos, etc...

Vocês de 7 a 8 pessoas passaram para 20. E neste momento quantas pessoas são exactamente?
Entre 20 e 30 pessoas.

Qual a média das vossas idades? E qual a distribuição entre homens e mulheres?
A média de idades ronda os 18 – 19 anos. E a percentagem de mulheres deve rondar os 50%.

Dizem que se vai conquistar um espaço livre onde tudo é possível em termos de individualidade e liberdade. Mas nem sempre a individualidade de cada um é compatível com o colectivo. Há problemas com as mulheres?
(Risos) Não existem muito porque estamos em casais, embora por vezes surjam conflitos mas que se resolvem sempre. Consideramos serem coisas normais. A nível de divisão de tarefas há completa igualdade, mas... nota-se algum machismo nas relações quando convivemos, como um reflexo do mundo exterior. Isto acontece tanto por parte dos rapazes como das raparigas. Acreditamos que este tipo de comportamentos se vá modificando com a troca de ideias e discussão pois só assim podemos transmitir individualmente os nossos interesses para que todos se possam respeitar mutuamente.

Como têm sido as vossas relações com a Câmara Municipal que é a proprietária desta casa?
Pacíficas. Ao princípio mandaram a polícia mas como ficou bem patente que não pretendíamos abandonar a casa, e também pelo facto de a população ter apoiado a ocupação – a qual foi responsável pelo primeiro artigo do Público sobre nós – os polícias assustaram-se e vieram aqui tentar resolver o problema pela via pacífica e sem levantar muitas ondas As próprias palavras do João Soares transmitiram esse medo ao dizer que podíamos ficar uns tempos na casa desde que não houvesse um movimento de ocupação generalizado na área de Lisboa. A visita em si foi de uma hipocrisia tal, assim como todas as conversas que se desenrolaram durante a visita. Por enquanto não tem havido mais desenvolvimentos. Há muitos projectos por parte do Estado para esta zona, como a construção de um banco por exemplo. Mas ao contrário do que nos disseram durante a visita a casa ainda não foi demolida. Já ouvimos mesmo falar em um ou dois anos até esta casa ser demolida.

Então e se esta casa for demolida ou se vos impedirem de aqui continuar? O que farão? Qual o vosso papel?
Não será como eles querem. Continuaremos a fazer aquilo que até hoje temos feito que é alertar as pessoas para esta sociedade injusta que só permite a vida a quem tem dinheiro e que submete à miséria e exploração os que nascem sem privilégios. Em caso de despeja por certo que fazemos algo.

Já pensaram que, se "eles" perceberem que vocês são radicais nas vossas ideias e práticas, não vos darão oportunidade? Até que ponto conseguem fazer resistência entre, por um lado, fomentarem uma crítica desta sociedade através das vossas

[illegible], por outro lado, serem pessoas positivas [illegible] não se drogam? Já se aperceberam que [illegible] podem ser um elemento dissuasor [illegible] para a droga, logo, serem um elemento [illegible] e pacifismo dentro da própria [illegible]?

[illegible] queremos é a libertação e a conscien-[illegible] pessoas e não estamos preocupados se [illegible] aceites pelos governos. Se eles nos vêem [illegible] significa que temos mais espaço de [illegible] seremos reprimidos. Mas isso não irá [illegible] objectivos que são: demonstrar que [illegible] directamente as nossas vidas sem [illegible] espécie de autoridade que aniquile a [illegible] do indivíduo na resolução dos problemas [illegible]. Para nós a questão da droga deriva da [illegible] de consumo em que vivemos. O problema [illegible] dependência é devido à falta de ideias e falta [illegible] e coragem das pessoas numa vida melhor. [illegible] tornou-se um cliché. Agora para se ser [illegible] comprar algo seja droga, um bom carro, uma [illegible]... só que este tipo de felicidade obtém-se [illegible] e acaba-se ainda mais rapidamente e as [illegible] querem sempre mais e mais para travar esse [illegible] que as preenche tornando-as dependentes quer [illegible], quer de drogas.

Independentemente das diferentes correntes - [illegible], anarquistas – que aqui coexistem [illegible] que chegaram às ideias anarquistas?
[illegible] influenciados pela música, principalmente [illegible] punks com algumas letras de intervenção. [illegible] através de amigos. Outros começaram a [illegible] com as ideias através de livros. Cada pessoa [illegible] história o que torna difícil a generalização.

[illegible] é que é a relação entre os que lideram, isto é, os punks, os que se querem divertir apenas, e os que querem discutir, debater ideias?
[illegible] lidera ninguém. Somos todos pessoas com [illegible] diferentes e ideias diferentes. Claro que por [illegible] surgem conflitos entre as pessoas que querem [illegible] algo e as que querem apenas divertir-se o que [illegible] muitas vezes da falta de respeito.

[illegible] nível de debates, de fazer coisas? Há pessoas [illegible] nisso ou não? Fazem permutas com [illegible] de outros grupos? Conhecem o pessoal [illegible]? Costumam ir ao CCL de Almada?

Conhecemos o CCL de Almada mas não sabemos como é que agora está a funcionar. Deixámos de aparecer lá devido a certos individualismos. Estamos também em contacto com outros grupos como a Batalha, e alguns do Porto e de Leiria.

Uma outra realidade é que com o 25 de Abril surgiram muitos grupos, trotskistas, maoistas, comunistas, etc. E milhares de jovens aderiram também a alguns grupos anarquistas. Mas o que tenho vindo a constatar é que a maioria depois de casar, constituir família deixa a anarquia. Será que depois da revolta momentânea tudo não vai também passar para vocês e outros que conhecem?
Sabemos que nem todos os que fazem hoje parte do movimento anarquista-revolucionário conseguirá manter-se assim no futuro. Quando chegar o momento de arranjar um emprego e constituir família muitos se conformarão e submeterão ao sistema não tendo mais qualquer actividade subversiva. Contudo, ficarão para sempre as ideias. Em relação aos jovens que frequentam o Secundário em dada altura sentem-se revoltados e então aderem a determinadas ideias. Depois, por vezes progridem em algumas ideias, começam a entender melhor algumas delas quando entram para a faculdade por exemplo. Mas já conhecemos alguns que depois, mais tarde, ficam contra o que inicialmente defendiam. Acaba por morrer o sentimento, e neste caso, de facto, não passou de uma revolta momentânea.

A revista *Utopia* n.º4 entrou já para a Internet e são muitos os que diariamente entram em contacto com ela, sobretudo estudantes finalistas de engenharia. De entre eles há um que está já no

final do curso que escreveu uma longa carta com o título "Código existencial" onde fala das suas preocupações....

Eu também penso que há pessoas que quando chegam à Faculdade tendem a entrar no mercado de trabalho, porque dá prestígio, dá dinheiro, e aí as pessoas abandonam as suas ideias iniciais....

Mas com alguns não é assim, questionam para que é que estão a tirar um curso e neste caso estão em causa problemas de ética, moral, ideias, de filosofia de vida. Logo, são questões mais profundas. Não basta ter-se um canudo para ganhar mais dinheiro ou para ter mais status.

Há diferentes motivações para as pessoas desejarem ingressar no ensino superior. Há alguns que procuram efectivamente aprofundar os conhecimentos e vêem na universidade uma forma de o fazer. Pensamos que a universidade não é fundamental e que se pode até tornar muito prejudicial se a pessoa se deixar levar pelo pensamento burguês e por um certo elitismo intelectual que nos transmitem em todas as fases do ensino. O que se apreende também se pode fazer de outras formas com algum espírito autodidacta, o que pode ser até melhor porque podemos seleccionar o que mais nos interessa e não estamos sujeitos a uma avaliação. Na verdade o que mais interessa à maioria de nós não se aprende na escola.

Mas o grande problema que se põe é: teremos de nos impor aos outros? Vamos criar um modelo?

Não pretendemos criar nenhum modelo e muito menos impormo-nos aos outros. Vamos agindo conforme as nossas ideias e esperamos que as nossas acções sirvam de exemplo ou que pelo menos passe alguma mensagem. Pensamos que cada pessoa deve criar a sua própria forma de agir. Tem de se dar espaço para a liberdade individual.

Na próxima revista *Utopia* nº4, vamos fazer um dossier sobre educação, e como estamos a falar de jovens estudantes tem cabimento perguntar-vos:

- Que tipo de Escola temos em Portugal?

- Que relações existem entre professor/aluno? E com os colegas?

Resistência e mudança são hoje palavras chave. Mas como sobreviver (resistir) nesta sociedade? Como fazer resistência às opções existentes nos sistemas instalados? Não há Deus nem colectivo então o que fazer? Se for possível a autogestão melhor. Mas não sendo possível tem de se ser assalariado. Sendo assim o problema que se põe é: que relações estabelecer com os outros? Como resistir e como mudar?

O problema parte do movimento em si e isto engloba todos os que partilhamos essas ideias. Não há organização nem estruturas que permitam às pessoas subsistir de uma forma alternativa, sem hierarquias, sem exploração, de uma forma cooperativa e autogestionária. É provável que as pessoas que se acomodaram a determinado estilo de vida tivessem de perder algo se efectivamente praticassem as ideias que apregoam. Nós perguntamos: quantos carros terão muitos dos anarquistas/libertários mais velhos que conhecemos? Quantas casas terão? Quantas coisas a mais terão que realmente não necessitam enquanto existem uma série de mendigos à nossa porta sem nada? É também claro que não pretendemos tornar-nos uma associação de caridade. O que queremos realçar é o aburguesamento em que muitos de nós nos deixámos cair ou de onde nunca conseguimos sair. Nós vamos tentando pôr as nossas ideias em prática através de ocupações, manifestações, colaborando com os centros existentes e com as nossas relações diárias: em casa, na escola e no trabalho. Alguns de nós, que estamos prestes a entrar no mercado de trabalho, estamos mesmo a pensar em formar cooperativas onde possamos trabalhar e subsistir sem patrões e organizando nós próprios o *métier*.

Sobre o dossier educação que vos falei. Vocês podem ser um testemunho prático para esse dossier. Qual a vossa vivência? O que é para vós a escola? Como são as relações professor/aluno? E as relações entre estudantes?

Eu não tenho quase relações com ninguém em termos ideológicos, embora existam relações de amizade. A escola é um sítio de mentira. O problema será quando todos tiverem consciência disso. É cá fora que temos as nossas relações.

O que achas do que se ensina?

(1) Ensinam-nos para sermos mais um elemento desta sociedade. Não nos serve de nada cá fora. O que temos de aprender na vida não nos é ensinado, não está na escola. A escola não ensina a enfrentar os problemas

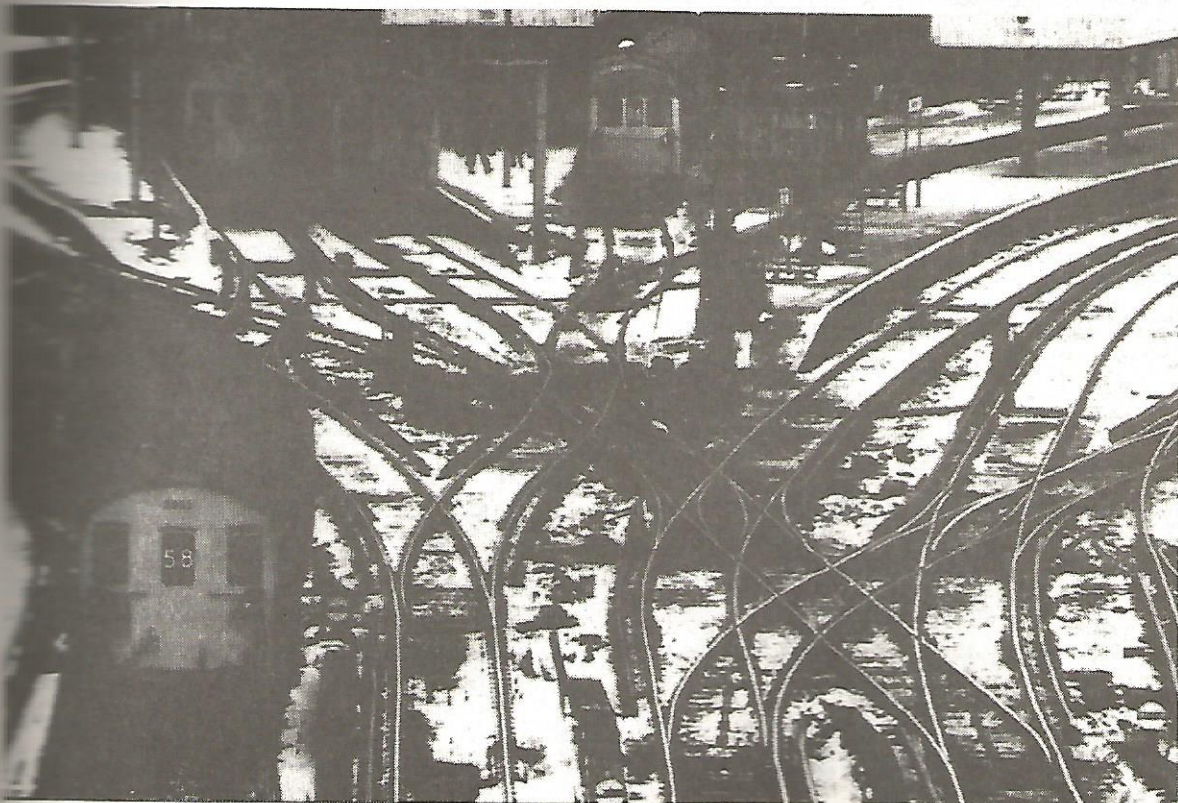
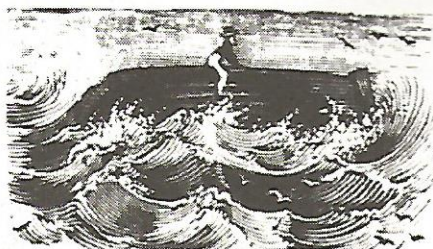
[illegible] Tudo é camuflado.
[illegible] escola D. Pedro V e desisti este ano. [illegible] aprendizagem é muito importante. Eu tenho [illegible] de aprender. O facto de ter deixado a [illegible] significa que deixei de todo de estudar. A [illegible]-me. De aluno passei a objecto. As [illegible] colegas e mesmo alunos/professores [illegible] frias. Parecia tudo plástico, tudo [illegible] Tudo é imposto. Querem que estejamos todos [illegible] rebanho. Gosto mais do real. Lá tudo [illegible] As disciplinas nada tinham a ver com o [illegible] da vida. Resolvi desistir porque não estava [illegible] A ficar seria uma farsa. Quero aprender, [illegible] mesmo, tenho força para isso.

[illegible] que pensas da escola?
[illegible] ensina nada, não nos dá oportunidade [illegible] relações preferenciais professores/alunos. [illegible] ovelhas de um rebanho.

[illegible] é que o rebanho te vê a ti?
[illegible] pessoas não nos vêem. É como se fosse uma [illegible] barras(?). Ensinam-nos a ser seres conformados. O respeito não existe numa escola. As pessoas quase não nos conhecem. Criam-se divisões e conflitos quando o objectivo devia ser aprender o real. Há apenas ensino técnico. Não há ensino real das coisas da vida.

(2) Porque é que um anarquista está na escola? Este sim é que é o problema e não o facto de um anarquista ter deixado a escola.

(3) Dizem-nos que a organização do estudo, o seu método, é com os alunos mas,... depois, a vida desse aluno é só escola e nada mais. Passa a não ter tempo para nada. Passam a estudar "a martelo", deixam de ter qualquer prazer no que fazem. São muitos os que dizem que a escola "é uma seca". Não podem dedicar-se a criar coisas novas. Vive-se numa pressão doida... A originalidade não pode existir dentro de uma escola. Há ameaças constantes a iniciativas inovadoras sobretudo no Secundário. Para fugir àquela rotina muitos enveredam pela droga ou criam algo de novo como este grupo está a tentar.

Vamos ficar por aqui. Agradeço a todos a vossa colaboração. Obrigado.

O anarquismo na comunicação social em 1996

Nós, anarquistas, não prestamos muita atenção a datas, nem gostamos de comemorar factos passados. Ao contrário de outras correntes ideológicas, que cultivam a iconografia e a martirologia, a evocação do passado serve-nos apenas como fonte de ensinamentos para um presente e, sobretudo, para um futuro que pretendemos melhores.

No entanto, e apesar deste certo "desprezo" pelas comemorações passadistas, é incontornável que há anos mais importantes do que outros em termos de aniversários e, nesta perspectiva, 1996 foi um ano a reter.

Ligados à história do movimento em Portugal, saliência para dois centenários: o da promulgação da célebre lei anti-anarquista de 13.02.1896 que, paradoxalmente, muito contribuiu para a divulgação e expansão das Ideias devido à polémica que gerou, e o do nascimento de Mário Castelhano (31.05.1896), indubitavelmente uma das figuras de maior relevo e projecção entre os anarquistas portugueses.

A nível internacional, foi em 1996 que ocorreram o centenário do nascimento do lendário Durruti (14.07.1896) e o 60° aniversário da sua morte nunca esclarecida na Frente de Madrid (20.11.1936), o centenário do nascimento de Antonin Artaud (04.09.1896), o 60° aniversário do início da Revolução Espanhola (18.07.1936), bem como outros aniversários "menores", mas igualmente significativos, tais como: o 190° do nascimento de Max Stirner (25.10.1806) e o 140° da sua morte (25.06.1856); o 120° da morte de Bakunine (01.07.1876); o 110° da fundação do jornal "Freedom" (Outubro de 1886) e o 110° dos acontecimentos de Haymarket Square em Chicago (04.05.1886).

Todas estes aniversários, nomeadamente os relacionados com as figuras de Mário Castelhano, Durruti e Artaud e com os acontecimentos em Espanha, indiciavam uma certa atenção dos órgãos de Comunicação Social sobre o mundo anarquista, pelo que decidi coleccionar todas as referências que foram aparecendo nos media que

normalmente leio, vejo e escuto. De coleccionar e sistematizar e analisar vai um pequeno passo, pelo que a seguir se apresentam os resultados deste trabalho.

Metodologia:
Foram referenciadas todas as notícias, crónicas e análises que incluíssem palavras como anarquia, anarquista, anarquismo, libertário, ou afins, ou que incidissem sobre acontecimentos, figuras e organizações do mundo anarquista.

Amostra fixa:
1 jornal diário - *Público* (margem de erro 6%);
1 jornal semanário - *Expresso* (margem de erro 1%);
SIC - Jornal da Noite (margem de erro 6%);
TSF - Noticiário das 8h (margem de erro 6%).

Amostra flutuante:
Todos os restantes órgãos de Comunicação Social ocasionalmente lidos, vistos ou escutados pelo autor.

Margem de erro:
Percentagem da amostra fixa não observada ou com falha de observação.

As referências coleccionadas ascenderam a 38 e apresentam-se seguidamente, com sublinhados da responsabilidade do autor:

1 - Jornal "Expresso", Caderno Viva, data não referenciada, artigo intitulado "Amsterdão menos sexy", de Carla Tomás, lê-se: "Em 1968 surgiam os «planos brancos», uma das propostas do movimento Provos, **liderado por anarquistas radicais**, que consistiram na criação de consultas de sexualidade para mulheres e na proliferação das bicicletas «brancas».(usadas por todos os que as encontrassem).";

2 - Jornal "Público", data não referenciada, artigo intitulado "Um anarquista anárquico", de Oscar Faria, consistindo numa entrevista ao artista conceptual brasileiro Cildo Meireles, que se considera **um anarquista anárquico**, a propósito da sua exposição na Fundação de Serralves;

3 - Jornal "Público", data não referenciada, artigo intitulado "Retrato de um anarquista que gosta de jogar xadrez", de Carlos Picassinos, a propósito de um colóquio sobre **Arrabal** em Coimbra promovido a acompanhar a estreia da peça "Fando e Lis" do TEUC, com base na obra homónima deste autor;

4 - Revista "TV Guia", 1ª semana de Maio, Secção "Lazer", pequena notícia sobre uma exposição em Sintra do artista Mário Silva, que se autodefine como **pintor anarquista**;

5/6 - Jornal "Expresso" de 1 de Junho, Caderno Cartaz, artigos intitulados "Por um punhado de terra", de Manuel Cintra Ferreira, e "As várias guerras", de Francisco Bélard, analisando e relacionando o filme "Terra e Liberdade" de Ken Loach e a Revolução Espanhola;

7 - Jornal "Tal & Qual" de 14 a 20 de Junho, crónica intitulada "Vontade de ser do contra", de João Ferreira, onde, ainda a propósito do filme "Terra e Liberdade" de Ken Loach, o autor recorda as horas que passou na sede do jornal **"A Batalha"**, na Avenida Álvares Cabral em Lisboa, ouvindo **Emídio Santana e outros "velhos libertários"**;

8 - Jornal "Público", dia não referenciado de Julho, em "Crítica de Teatro", Manuel João Gomes evoca **Antonin Artaud** a propósito do centenário do seu nascimento;

9 - Jornal "Público" de 7 de Agosto, artigo intitulado "Alternativos contra o fascismo democrático", de B.R., sobre uma **manifestação em Chicago de anarquistas, socialistas e libertários** vindos de todo o país, denunciando a hipocrisia das eleições presidenciais nos Estados Unidos;

10 - Jornal "Público" de 23 de Agosto, artigo intitulado "Anarquia de luto - Morreu o Velho Brito", de Torcato Sepúlveda, sobre a vida e morte do **"Velho" Brito** ocorrida a 21 de Agosto;

11 - Jornal "Já" de 29 de Agosto, artigo de Rui Tavares, também evocando a vida e morte do **"Velho" Brito**;

12 - RTP2, programa "Artes & Letras", em Setembro e Outubro, série de 3 episódios sobre a vida de **Antonin Artaud**;

13 - Jornal "Público" de 4 de Setembro, artigo intitulado "O poeta dilacerado", de Rui Ferreira e Sousa, evocando a vida e obra de **Antonin Artaud** no dia do centenário do seu nascimento;

14 / 15 - Jornal "Expresso" de 7 e 21 de Setembro, Caderno Cartaz, dois artigos intitulados "Quarenta e oito anos de Living Theatre" e "Pauliteiros de Brooklin", ambos de Eugénia Vasques, sobre a obra deste grupo de teatro e a sua passagem por Portugal;

16 - Jornal "Expresso" de 21 de Setembro, Caderno Cartaz, artigo intitulado "Periferias Literárias", de Vítor Quelhas, apresentando o programa dos Encontros de Ficção Científica e Fantástico em Cascais, que incluía o espectáculo "Contributos para a Construção do Futuro" do **Grupo de Teatro Mandrágora;**

17 / 18 / 19 - Revista "História", nº 25 (Outubro), dossier intitulado "Os Anarquistas e a I Guerra Mundial", constituído por três artigos: "No centenário do seu nascimento - Mário Castelhano e o movimento sindical português", de Fernando J. Almeida; "Os anarquistas e a Guerra de 1914-18", de Fernando Figueiredo e "A imprensa libertária portuguesa e a Grande Guerra", de Fernando Figueiredo;

20 - Jornal "Público" de 3 de Outubro, em "Crítica de Teatro", artigo intitulado "Danças com ditadores", de Manuel João Gomes, sobre a estreia do espectáculo **"Viva la Vida"** do Grupo de Teatro A Barraca, baseado na experiência vivida

durante a Revolução Espanhola pelo anarquista sesimbrense Jaime Rebelo, com música de Vitorino e do Cancioneiro, e que esteve em cena até final do ano;

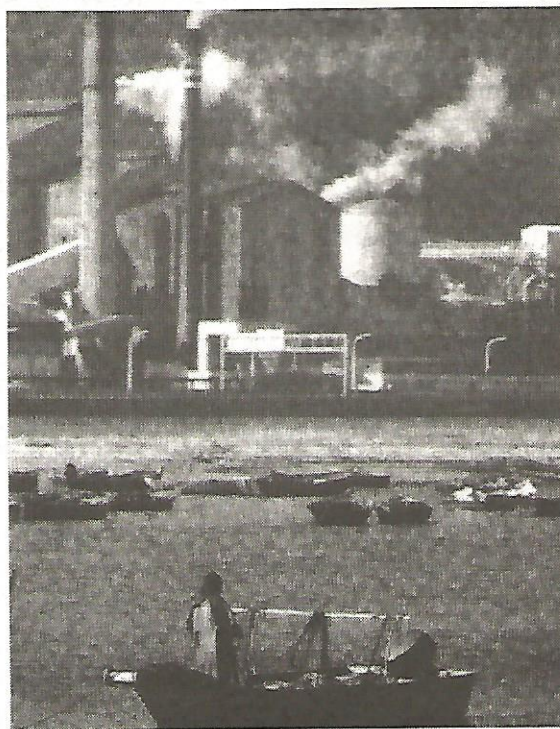
21 - Jornal "Público" de 4 de Outubro, Suplemento Zap, outra referência ao espectáculo "Viva la Vida" apresentado como "**uma estória de amor e anarquia**";

22 - Jornal "Expresso" de 12 de Outubro, Caderno Revista, artigo intitulado "O sonho libertário", de Simon Kuin, sobre a agitação social vivida em Amsterdão no Verão de 1966, incluindo entrevista com Luud Schimmelpenninck;

23 - RTP1, Telejornal de 19 ou 20 de Outubro, reportagem sobre uma manifestação em Lisboa contra a empresa McDonald's, promovida por um denominado **Centro de Cultura Libertária**, incluindo breve entrevista a um dos seus organizadores que desenvolveu ideias anarco-ecologistas;

24 - Jornal "Expresso" de 26 de Outubro, Caderno Cartaz, artigo sobre o livro "O Manual dos Inquisidores" de António Lobo Antunes, lê-se: "Em O Manual dos Inquisidores, a justaposição **e a acumulação anárquica** são os processos através dos quais se representa um mundo que está sempre preenchido em excesso.";

25 - Jornal "Expresso" de 26 de Outubro, Caderno Economia, lê-se: "A Geórgia... desde a independência em 1992, só conheceu guerra, caos **e anarquia...**";

26 - Jornal "Público" de 29 de Outubro, artigo sobre o 60° aniversário da inauguração do Tarrafal, mencionando a presença de anarquistas e a figura de **Mário Castelhano** mas, sobretudo, realçando a figura de Bento Gonçalves;

27 - Jornal "Expresso" de 1 de Novembro, Caderno Cartaz, a propósito do filme "Fuga de Los Angeles", lê-se: "(este filme)... será antes de mais um «remake» do filme anterior, contaminado agora por um olhar mais cínico e pessimista **desse velho anarquista que é John Carpenter.**";

28 - Jornal "Diário de Notícias" de 4 de Novembro, menciona-se a palavra anarquistas num artigo sobre André Malraux.

29 - RTP1, apresentação em 9 de Novembro do filme "Homens Simples", de Hal Hartley, referenciado em vários jornais e revistas como a história de dois irmãos que procuram o pai anárquista fugido da prisão;

30 - Jornal "Diário de Notícias" de 20 de Novembro, artigo intitulado "Mártires de sinal contrário", de Viale Moutinho, referência para a vida e morte de Durruti e Primo de Rivera no 60° aniversário das suas mortes;

31 - Jornal "Diário de Notícias" de 20 de Novembro, artigo intitulado "Reivindicação dos direitos adquiridos na Guerra Civil", de António Melo, sobre uma **manifestação de anarco-sindicalistas em Espanha**, com assalto e ocupação das instalações do Conselho Económico e Social, reivindicando o pagamento de uma indemnização pelas perdas sofridas durante os anos do franquismo e sendo ainda referenciada, pelo autor, a atitude de solidariedade de uma congénere portuguesa, que assina **Associação Sindical da Área Urbana de Lisboa**;

32 - Jornal "Público" de 21 de Novembro, crónica denominada "Polícias e Audiovisual", lê-se: "... numa vaga de criticismo **libertário-esquerdista**...";

33 - Jornal "Expresso" de 23 de Novembro, Caderno Revista, artigo intitulado "O último aventureiro", de José Gabriel Viegas, sobre a vida de André Malraux, lê-se "Em Espanha, o seu interesse e adesão emocional vão antes para os **anarco-sindicalistas**. Mas o seu gosto pela ordem, uma espécie de terror visceral do caos, a necessidade sentida de «organizar o Apocalipse», como diz em *L' Espoir*, fá-lo-ão, à medida que se acentua a derrocada da República, encarar os comunistas como os únicos capazes de **organizar a «ilusão lírica» dos revolucionários libertários**.";

34 - Rádio desconhecida em 28 de Novembro, crónica radiofónica tendo como base a frase anarquista **"Tanta casa sem gente, tanta gente sem casa"** pintada na parede de um prédio devoluto na Avenida Fontes Pereira de Melo em Lisboa;

35 - Jornal "Expresso" de 14 de Dezembro, Caderno Revista, artigo intitulado "Os eternos candidatos", de Inês Pedrosa, sobre os

Prémios Nobel, lê-se "Um dos cinco membros do primeiro júri de literatura, Carl David af Wirsen (1842-1912), poeta e crítico ultra-conservador, explicou que «**Tolstoi** condenou todas as formas de civilização... recomendando uma **anarquia inteiramente teórica**.»;

36 - Jornal "Expresso" de 14 de Dezembro, Caderno Revista, artigo intitulado "A pele do leopardo" de Nicole Guardiola, lê-se "...foi Mobutu o homem que o Ocidente escolheu para salvar a antiga quinta privada do rei dos belgas **da sangrenta anarquia** em que mergulhara cinco anos antes,...";

37 - Jornal "Diário de Notícias", data não referenciada, Vasco Graça Moura em artigo de análise ao último livro de Álvaro Cunhal fala de "estética proudhoniana";

38 - Jornal "Expresso" de 28 de Dezem- Caderno Revista, em "As escolhas do Expresso", sobre Ramos-Horta, lê-se: "Em 1970, inoportuna conversa com turistas americanos a experimentar o exílio, em Moçambique. destino ao de seu pai e do avô materno, **anarco-sindicalista desterrado para Timor,** em 1926, o ano do Estado Novo.".

A leitura destas 38 referências permite-nos algumas conclusões:

1ª - O mundo anarquista foi mencionado órgãos de Comunicação Social a que tive acesso, **em média**, ligeiramente **mais do que três vezes por mês**;

2ª - Apenas 5 referências (**13,16%**) apresen- o anarquismo numa **perspectiva negativa**, quer utilizando-o como sinónimo de confusão, quer de forma pejorativa;

3ª - No entanto, também não ultrapassam 5 as referências que noticiam acontecimentos ligados à **modernidade** das Ideias;

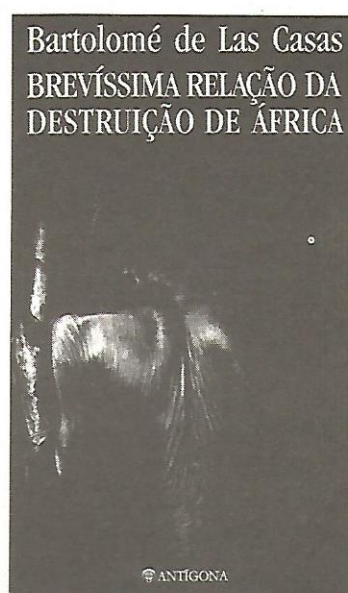
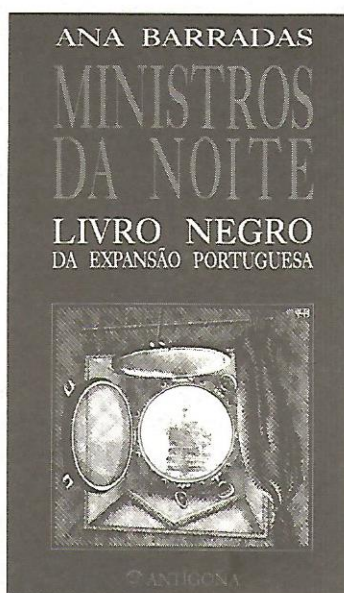
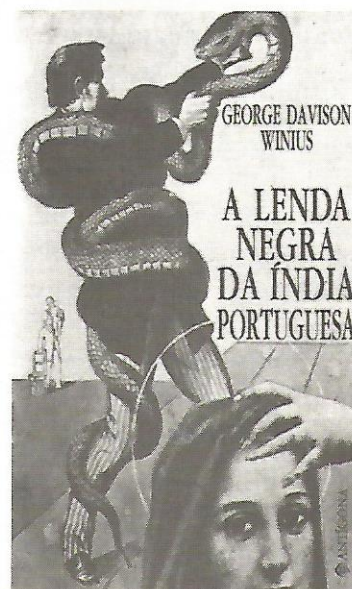
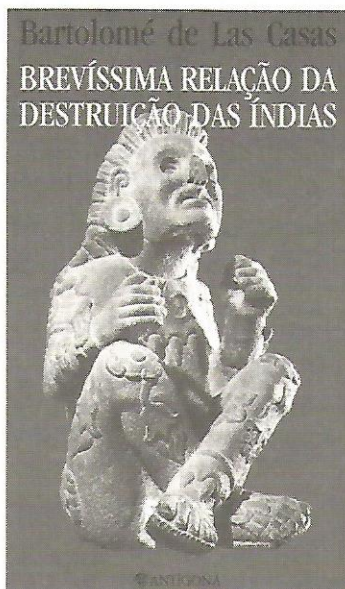
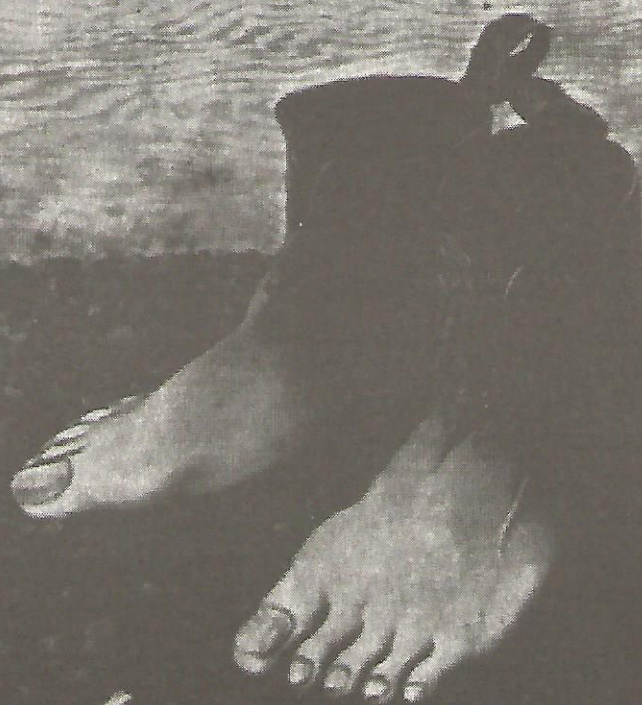
4ª - As perspectivas mais representadas foram a **cultural** e a **histórica,** ambas com 14 referências - (**36,84%**).

É fácil constatar que a grande força do anarquismo junto da Comunicação Social reside, quer na sua vertente histórica, quer no binómio atracção/influência que ainda vai exercendo no mundo da cultura. Serão estas as únicas vias de propaganda das Ideias?

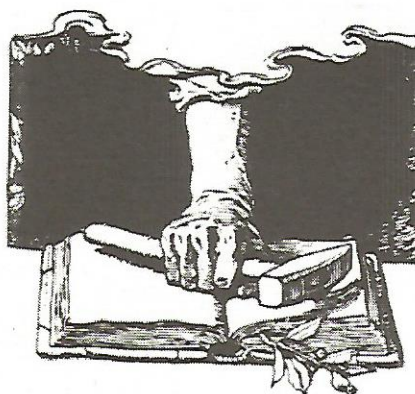
Penso que não. Desconheço a existência de dados comparáveis relativamente a anos anteriores. No entanto, a sensibilidade diz-me que são cada vez menos as referências negativas, normalmente equiparando anarquia a caos e confusão. E se estas ainda aparecem, permito-me dizer que isto deve-se em muito à nossa incapacidade, ou pouca vontade, de polemicar fora do nosso ambiente. Porque não enviamos cartas de protesto aos jornais e às televisões sempre que anarquia e confusão aparecem associadas ou sempre que incorrecções e deturpações históricas envolvendo as Ideias são apresentadas?

Por outro lado, e talvez como reflexo de uma certa ausência de referências ideológicas nos tempos que correm, parece-me que o anarquismo recomeça a aparecer como alternativa válida à presente sociedade. Apenas dois exemplos. Apesar de ter vivido alguns anos fora de Portugal, e portanto de haver um hiato na minha memória televisiva, não me recordo de alguma vez a RTP ter deslocado uma equipa de reportagem para captar imagens de uma manifestação clara e especificamente anarquista e pô-las no ar em "horário nobre" (referência 23). Como também não me recordo de alguma vez a RTP ter convidado anarquistas a apresentarem-se como tal em programas de debate, facto que aconteceu, já em 1997, quando a RTP 2 convidou um grupo de jovens assumidamente anarquistas a estarem presentes no programa de debate "Falatório", numa sessão dedicada à problemática das ocupações de casas.

Puro folclore, dirão alguns. Compete-nos provar o contrário e relançar o anarquismo como a grande corrente de referência ideológica para este virar de século. Ou, pelo menos, de tentar.

Mário Rui Pinto

Educação para a Liberdade

Sociedade e Educação

Rui Vaz de Carvalho

Se é toda a sociedade que educa, não terá cada um de nós algo a dizer ou devemos deixar à instituição específica da Educação que ela reforme a fim de que o sistema se perpetue? Não terá cada um de nós o direito de questionar os valores educativos e exigir, caso os tenhamos por desvalores, não uma reforma mas uma revolução?

O Discurso Institucional

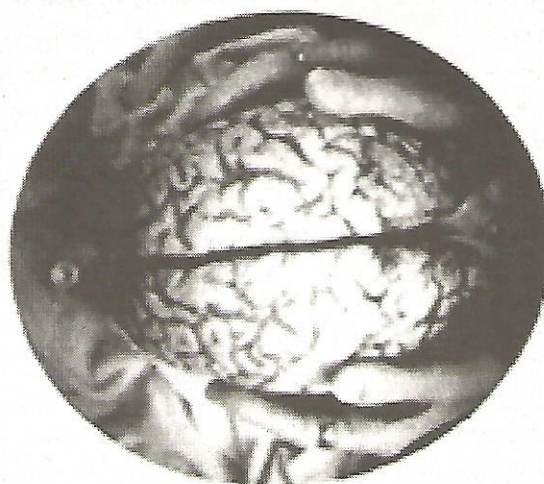
O que vem a ser Educação? Que se pretende com ela?

A estas perguntas procuram responder os altos responsáveis pela Educação, apontando metas. E se de facto educar significa etimologicamente conduzir, é bom que se saiba por onde e para onde se leva o educando. Acontece, porém, que essas metas são tão gerais e vagas que nos deixam a impressão de que algumas coisas se dizem apenas porque se criou o hábito de dizê-las. São lugares comuns, palavras com que se pretende abarcar todos os contextos e que, por isso mesmo, se referem a tudo de uma maneira que nos deixam na doce ambiguidade das polissemias. Significa isto que a Educação anda à deriva, sem timoneiro que lhe marque o rumo? Poderíamos pensar assim se entendêssemos que a direcção da Educação depende exclusivamente da instituição específica e tutelar, que é o Ministério da Educação. A Educação, porém, tem um sentido mais lato, mais abrangente. É a sociedade, na sua totalidade, que educa. E se os

responsáveis máximos da instituição educativa não puserem em causa os valores de quem educa, isto é, os valores dominantes da sociedade vigente, serão esses valores reproduzidos pelas suas directrizes ambíguas ou pouco profundas. Dir-me-ão que as instituições são partes do sistema e que a sua tendência é mesmo reproduzi-lo. Certo. Mas, então, só nos resta cruzar os braços?

Se é toda a sociedade que educa, não terá cada um de nós algo a dizer ou devemos deixar à instituição específica da Educação que ela reforme a fim de que o sistema se perpetue? Não terá cada um de nós o direito de questionar os valores educativos e exigir, caso os tenhamos por desvalores, não uma reforma mas uma revolução? Já que na acção educativa estão em causa pessoas que irão ser conduzidas desta ou daquela maneira, com esta ou aquela finalidade, não teremos nós todos o dever de promover um debate profundo sobre o rumo e o sentido a dar à Educação?

Rumo e sentido da Educação, eis as questões prévias que não devem deixar-se ao acaso ou a quem as escamoteia através de enunciados vagos, sem qualquer objectividade, antes requerem um exame profundo e exaustivo sobre os valores em que repousam.

Que objectividade podem ter expressões como: *criar as condições para o desenvolvimento global e harmonioso da personalidade; desenvolver valores, atitudes e práticas que contribuam para a formação de cidadãos conscientes e participativos numa sociedade democrática?* Que podemos reter destas palavras? Que a Educação se preocupa simultaneamente com o indivíduo e com a sociedade, acrescentando apenas que essa sociedade é democrática. E o que se entende por democracia? Perdido o sentido social igualitário que ela tinha no século XIX, forjado contra o liberalismo, democracia não é hoje mais que um tipo de organização política, sem referência a valores, regido pelo sufrágio universal, uma estatística através da qual se apura quem ascende ao poder. Valores têm-nos os partidos, os movimentos, os sindicatos, que prosseguem determinados fins, mas não a democracia representativa que não passa de um mecanismo.

A Educação como Aperfeiçoamento

No que respeita ao indivíduo, já Platão afirmava (*As Leis*) que a educação acertada *é a que pode dar ao corpo e à alma a beleza e a perfeição de que são susceptíveis.* Kant refere-se igualmente ao desenvolvimento no homem de toda a perfeição que a sua natureza comporta. **Perfeição**, porém, aponta para o acabamento completo, o que vem de certo modo contra a ideia de perfectibilidade que a educação contém, e sabemos que a perfeição aludida só se atinge em termos relativos. Daí que entendamos preferível a palavra **aperfeiçoamento**, empregue por Garcia Hoz.

Aperfeiçoamento indica sem dúvida que algo se transforma para melhor e todos estamos de acordo em que a Educação pode proporcionar um aperfeiçoamento que de certo modo já se encontra potencialmente na natureza humana. Dizemos cautelosamente que pode proporcionar um aperfeiçoamento, porque sabemos que em muitos casos a Educação não atinge as metas desejadas, tidas como positivas, noutros casos, a

Educação deseduca, e por vezes certos condicionamentos provocam resultados contrários aos esperados. Tudo isto acontece porque a Educação não é uma coisa que se programe com um fim heterogéneo aos meios, como acontece com as actividades produtivas. Como afirma Olivier Reboul (*Le langage de l'éducation*), em Educação os meios são da mesma natureza do fim e participam do seu próprio valor. Por outro lado, educar é essencialmente educar-se, consiste na actividade do próprio educando que evolui, reagindo e assimilando. Isto não significa que não haja orientação do exterior, nem é concebível um projecto educativo sem finalidade, explícita ou não. É por isso que, sendo a Educação uma possibilidade de aperfeiçoar, se tornam pertinentes as seguintes questões: – Aperfeiçoar o quê? E em que sentido?

Aqui começa o silêncio das metas educacionais oficiais que não abordam os conteúdos desse aperfeiçoamento quer no que respeita ao indivíduo, tomado como ser isolado, quer quanto ao seu comportamento em sociedade. E muita gente se interroga sobre o sentido da Educação dos nossos dias. O que se pretende dos educandos? Que caminhos irão percorrer? Que orientação se lhes dá? Perguntas para as quais pais e educadores não obtêm respostas que possam satisfazer a sua inquietação. Mas haverá respostas?

Os responsáveis políticos esquivam-se a aprofundar o sentido das metas educacionais, alegando que as sociedades são pluralistas e que, portanto, os valores não coincidem no que respeita aos grupos sociais. E é nesse sentido que, finda a época do totalitarismo católico, os governantes apontam para a liberdade religiosa, por exemplo. Também para eles não faz sentido que haja uma rígida orientação estética. Mas há valores que os políticos e os grupos dominantes impõem, como os de natureza económica, jurídica e política. Aí deixou de haver pluralismo. Embora as respostas a estas questões não sejam claras ou mesmo explícitas nas metas educacionais que os

governantes apontam, a prática social encarrega-se de as dar. E a prática social é o veículo educacional por excelência.

É por isso que, antes de tratarmos do desenvolvimento do indivíduo, devemos abordar a sociedade onde esse indivíduo se desenvolve. Ela responderá poderosamente ao sentido da educação. Ainda que a família e a escola proclamem por vezes valores contrários aos dominantes, são instituições inclinadas a reproduzir o sistema. A família, porque se sente coagida a aceitar as regras de jogo, e a escola, porque as teorias são impotentes para impor comportamentos que de facto só se realizam na prática. Há, porém, uma ressalva: se a tendência é inculcar ao educando modos de ser e actuar, este não é um ser passivo e pode, se for orientado pela razão contra o endoutrinamento, que se baseia na emotividade e no medo, desenvolver o espírito crítico, gerar com ele a revolta, através das contradições existentes entre o que se diz e o que se faz, e alicerçar em si próprio o sentido da mudança.

A Neutralidade Axiológica

«Les autres forment l'homme, je le récite». A frase é de Montaigne. Nela o autor deixa

aparecer a imparcialidade de observador; mais, a sua indiferença. Estava anunciada a ***virtude* científica**.

Montaigne limitar-se-ia a observar e, depois, descrever de modo distanciado, sem quaisquer juízos de valor, como se tal fosse possível, como se a cultura não fosse instrumento através do qual se escolhe, mede e classifica, como se o aprendido não fosse o começo de uma nova aprendizagem ou como se o simples enunciar da intenção imparcial valesse só por si como antídoto contra toda e qualquer parcialidade do observador.

Esta neutralidade axiológica, esta visão fria e numérica que foi mais tarde aplicada com êxito ao estudo da Natureza, até ao ponto de nos encontrarmos apenas com a matemática, Montaigne estendia-a pela primeira vez ao homem. No seu tempo, porém, ainda a ciência mal trabalhava com o método indutivo e a Natureza ainda não tinha perdido para o observador a espessura, a cor e os contornos, o que viria a acontecer só muito mais tarde, vindo a ficar reduzida a um campo de forças. Os objectos da nossa observação perdem perante o cientista dos nossos tempos o cheiro, o som, a imagem e o paladar; a vertigem dos sentidos e, com ela, a nossa apreciação estética dão lugar às abstractas relações sem corpo e diante dos nossos olhos a gota de água cristalina e trémula converte-se numa combinatória estranha que designamos por H_2O.

É evidente que o benefício científico desta visão fria e numérica foi incalculável e a nossa apreciação estética não foi propriamente anulada, antes pelo contrário, a tecnologia ampliou-lhe as possibilidades, sobretudo a partir do século XIX, quando surgem autênticas revoluções tecnológicas, permitindo uma submissão quase completa da Natureza aos interesses dos homens. Progresso era então e é igualmente hoje a palavra chave, e a força impulsionadora desse progresso chama-se tecnologia, ela própria filha da investigação científica, mas cujo sentido prático não lhe permite interrogar-se sobre os fins que prossegue. Daí a sua cegueira. É que a tecnologia tanto pode dar resposta a problemas sectoriais como causar graves problemas a todo o ecossistema. São disso exemplo as poluições de toda a espécie, a extinção das espécies devido à melhoria técnica das capturas, o esgotamento dos solos pela aplicação sistemática de técnicas de cultivo intensivas, o desperdício, devido ao desenvolvimentismo tecnológico, que descaracteriza a Natureza e fomenta igualmente a pobreza generalizada no seio da abundância.

Os que pensaram que só por si o progresso científico e tecnológico resolveria os problemas que a humanidade enfrenta não tiveram em linha de conta que as técnicas são apenas modos de fazer, não contêm em si quaisquer finalidades. E basta olharmos à nossa volta para verificarmos que, apesar do desenvolvimento que a tecnologia proporciona, não só persistem muitos dos problemas que afligem o globo como em alguns casos se agravaram de tal modo que é necessário

é urgente repensarmos o modo de habitarmos este planeta, o destino dos homens e das sociedades, para que esses problemas não sejam amanhã irresolúveis. Pensar ou repensar o destino da humanidade é muito mais do que aplicar uma tecnologia, é atribuir valores às relações humanas.

Acontece que os porta-vozes do desenvolvimentismo, em especial os teóricos do neoliberalismo, dominante no dito mundo civilizado de hoje, a pretexto de seguirem princípios científicos que só podem ter êxito quando aplicados à Natureza, pretendem equacionar os problemas humanos com a visão cega da tecnologia. Tal como no passado Napoleão o fizera, assistimos hoje a uma verdadeira recusa das ideologias. De facto, o termo, criado por Destutt de Tracy e que designava uma escola filosófica situada no âmbito do empirismo, cedo ganhou o sentido pejorativo das especulações vazias. Não creio, porém, que a recusa de hoje se deva propriamente às construções abstractas das ideologias, mas sim aos valores que qualquer ideologia contém. A cegueira tecnológica procura por todos os meios silenciar os valores que numa perspectiva desenvolvimentista se tornam incómodos. Este silêncio, a que Adorno chamou «*a indiferença burguesa*», é como o calar da consciência para que os privilegiados possam fruir de um mundo, não menos alienante que o das ideologias – porque ele próprio se rege por uma ideologia – em que o homem é coisificado, tabelado e reduzido a número de estatística, rodeado de siglas e cifrões, onde se ocultam males e sofrimentos, e os valores – que requerem uma certa estabilidade – se perdem nas teias da conjuntura.

Ora, é nesta sociedade, onde reina a tal indiferença burguesa, que vivem os educandos de hoje, é nela que se educam.

Os Valores das Nossas Sociedades

Esta indiferença, todavia, não passa de hipocrisia. Nem somos *robots* nem as relações humanas se pautam pelo determinismo científico. Os homens são seres intencionais, possuem vontade e aos seus olhos tudo o que os rodeia ganha sentido, tal como as acções que empreende. A acção de educar remete de imediato para valores morais que encaram o indivíduo na sua dupla faceta de ser para si e ser para os outros, isto é, a moral preocupa-se com o carácter do indivíduo e com o seu comportamento em sociedade. Ora, como já foi dito, a sociedade é o meio onde a Educação se processa. Não me refiro, repito, apenas às instituições que especificamente têm a seu cargo a Educação, como a família e a escola, mas ao condicionamento do todo social. E devemos ter em conta que a Educação não se limita ao desenvolvimento intelectual, mas engloba também a aprendizagem de costumes. Os costumes são bons ou maus, isto é, reportam-se a valores. E como se aprendem esses valores?

"Arbeit Macht Frei"

Mas as palavras (os conceitos e as doutrinas) são apenas aquilo que Frei Tomás diz. O bem e o mal só se objectivam através dos actos e os actos pressupõem os outros, a convivência. E quando a sociedade se rege pela competição, por um egoísmo desenfreado, as palavras que apelam à cooperação, à tolerância, ao altruísmo, à justiça e ao amor ou caem em saco roto ou semeiam revolta. Uma coisa é certa: a competição estimula egoísmos.

Enquanto a educação intelectual se realiza por meio da exercitação de potenciais aptidões, num processo de ensino – aprendizagem, a educação moral tem a ver essencialmente com a afectividade e esta só pode exercitar-se através da convivência. Aqui, a vontade entra em contacto com outras vontades e nenhuma didáctica pode fazer o que faz o ambiente vivencial do educando. É certo que a instrução tem um papel importante na formação moral ao dar aos educandos os meios de substituir as motivações intuitivas e os humores ocasionais por motivações ponderadas pelo juízo. É pela razão que os homens escapam ao presente, renunciando aos apetites cuja satisfação lhes pode dar apenas um gozo breve e fortuito, para alcançarem o útil, que é sempre uma satisfação premeditada. É ainda pela razão que o homem sai de si próprio, do mundo confuso dos instintos e dos desejos suscitados por motivações intuitivas, para a sua individuação, para o seu verdadeiro **eu**, que implica o conhecimento de si próprio. E o verdadeiro **eu** é aquele que se olha através dos outros e das coisas que o rodeiam. É nesta tomada de consciência como **eu** que o homem forma a sua moralidade.

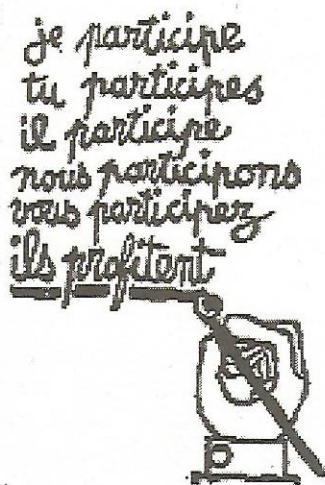
O egoísmo é um sentimento de inferioridade causado por receios e perigos que se tornaram permanentes. As pessoas que são levadas a viver o dia a dia com insegurança, com ansiedade causada por preocupações e receios vários, que vêem no mundo um salve-se-quem-puder, onde as pessoas se atropelam, não podem ser moralmente sãs e a educação que numa sociedade destas se recebe também o não pode ser. E não basta tentar inflectir o sentido da escola, combater a sua acção reprodutiva do modelo social, dando ao educando a possibilidade de adquirir os meios de se afirmar como pessoa, como ser responsável e munido de sentido crítico. Todo esse trabalho se torna improfícuo se não se puser em causa a própria sociedade, os valores pelos quais ela se rege.

E quais são os valores das sociedades em que vivemos?

Referimo-nos anteriormente à tentativa por parte da ideologia dominante de silenciar os valores, à pseudo neutralidade axiológica do nosso tempo. A indiferença e o silêncio, mesmo que com eles se pretenda desvalorizar, não deixam de se reportar a valores. E que valores são esses?

Desde o século XVIII, mas sobretudo a partir da revolução industrial, o eixo axiológico por que se regiam as sociedades foi deslocando o

seu sentido, dos valores espirituais para os valores materiais e da perspectiva social para a económica. A ideia que Aristóteles tinha do homem, animal social e político, já não encontra razão de ser em sociedades onde reina uma ideologia tecnicista e desenvolvimentista que encara o ser humano essencialmente como ***homo faber***. A ironia é que o *homo faber* se acentua à medida que o trabalho, que na fase artesanal era modo de afirmação pessoal e de integração social, se desvaloriza. Este desvalor deve-se sem dúvida à transferência da competência técnica do trabalhador para a máquina, ficando o homem privado de um processo próprio de trabalho, mas também ao facto de ele ter perdido qualquer controlo sobre o produto que passou a pertencer exclusivamente à organização empresarial. É o que Paul Goodman (*People or Personnel, 1968)* chama a passagem do trabalhador da qualidade de **pessoa** ao estatuto de **pessoal**.

Despojado da sua responsabilidade e da sua competência no trabalho, que era um meio de afirmação da sua personalidade e da sua integração social, o trabalhador perdeu o empenho, o gosto e até a compreensão da sua tarefa; numa palavra, alienou-se, e esta alienação vai ao ponto de vermos o mais pacífico dos homens procurar emprego

numa fábrica de armamento de guerra ou um ecologista ligado à Física nuclear. Contradições que só são possíveis graças à economia de mercado, cuja lógica quantitativa do lucro e da produtividade acabou por transformar os homens em mercadorias e segregou como valores sociais o crescimento do P.N.B. e do nível de vida.

O mercado, tal como a democracia, é um mecanismo e, como tal, não comporta em si nem valores de justiça, nem de solidariedade nem de cooperação. Mas permite e fomenta a competição, derivada dos valores económicos da ganância e do lucro. É esta lógica do mercado que faz com que a sociedade perca a coesão resultante da solidariedade e lance os seus membros numa guerra tolerada pelo poder, lógica que engendra a desvalorização do ser humano, que é visto na exclusiva perspectiva dos interesses económicos e que é excluído pelo sistema quando já não serve esses interesses.

Mais grave ainda é o que se passa com a Educação. O sistema, baseado na lógica de mercado, procura através da Educação criar o *homo faber* para dele se alimentar, à semelhança da loba que devora os próprios filhos. Por isso, uma competição desenfreada entrou nas escolas. A solidariedade e a generosidade, tidas como apanágio da juventude, estão condenadas a desaparecer perante a concorrência que o mercado de trabalho exige. É ainda a lógica de mercado que promove o insucesso escolar, pois o sucesso só tem sentido em função de um fim. Ora, quando os fins educacionais deixam de ter em mente o ser social e adoptam os valores da economia de mercado, a escola só pode reproduzir esses valores, que são os da transformação do ser social em *homo faber* e os da concorrência que gera o desemprego e a exclusão social. O insucesso escolar é, assim, expressão sinónima de desemprego futuro.

Será esta a Educação que queremos?

Traços da Educação Libertária no Portugal do princípio do Século

António Candeias

Em Portugal, desde o princípio deste século que a escola é um factor de combate social e político importante, e ela é utilizada quer por republicanos quer por anarquistas. De uma reacção de revolta e raiva iniciais, passa-se para uma atitude de que nada haveria a esperar "deles" (do Estado), pelo que teria de ser "o povo" a fazer as suas próprias escolas, atitude essa que evoluirá rapidamente para uma análise mais sofisticada em que a própria pedagogia autoritária predominante no mundo escolar ocidental era vista como uma arma política na construção de seres submissos e subordinados, chegando-se finalmente à conclusão de que além de terem que ser os libertários a fazer as suas próprias escolas, estas teriam que ser profundamente diferentes das escolas do "Estado".

As bases culturais e políticas do anarco-sindicalismo

Visto dos nossos dias, a impressão que nos fica da atitude política e social dos anarco-sindicalistas do princípio de século é que de uma forma geral e nas sociedades onde a sua implantação era importante, eles desenvolviam uma luta em duas frentes: na frente política, onde o objectivo era o de chegar à Greve Geral Revolucionária, o primeiro passo da destruição do Sistema Capitalista e da sua substituição gradual por uma sociedade sem classes e sem Estado; e o de uma outra frente, menos directa e mais difícil de

classificar, e através da qual se parecia desenhar a construção de uma sociedade paralela e alternativa à então existente, uma espécie de "treino" real daquilo que se queria que viessem a ser as sociedades libertárias.

Na verdade, e através sobretudo dos sindicatos em que eram dominantes, os anarco-sindicalistas, preocupavam-se, sempre que podiam, com questões como a construção de cooperativas, quer se tratasse de cooperativas de consumo ou de cooperativas de produção, de "bolsas de trabalho" que pudessem controlar a colocação de operários que caíssem no desemprego, de sítios de convívio e repouso, como os "bufetes" e salas de leitura que se esperava que substituíssem as sempre odiadas "tabernas", e finalmente de bibliotecas e de escolas, que no caso português, ultrapassavam as conhecidas escolas de "militantes" ou de "aperfeiçoamento técnico e profissional", que o mundo sindical europeu popularizou, independentemente da sua filiação ideológica.

Um extracto de uma carta publicada em "O Arsenalista", órgão dos operários dos Arsenais do Exército, de Dezembro de 1914, realçava bem este tipo de imagem do sindicato, defendendo que este deveria "... crear dentro do seu próprio seio, o meio novo, a sociedade nova, as novas instituições por intermédio das quais a produção se faça pela simples intervenção dos produtores, assim como a distribuição, assim como o consumo dos produtos..." (in "O Arsenalista", 1914, citado por Candeias, 1985, p. 39).

Em 1920 uma subscrição aberta pela secção do Alto do Pina do Sindicato Único da Construção Civil, para a compra da sede em que se encontrava instalada, propunha também o seguinte:

"... *projecta-se a construção de uma sala para conferências, teatro e cinema, aulas de instrução primária,*

[illegible] profissional, esperanto, etc. Será montada uma [illegible] todas as comodidades que os operários necessitem [illegible] de um dia de labor..." (in "O Construtor", [illegible], 1920, citado por Candeias, 1987, p. 332).

Voltando ao "O Arsenalista" nº66 de 1924, podíamos ficar a saber que a sede dos Arsenais do Exército, dez anos depois da carta antes citada, estava dotada de bufete, balneário (duches) uma cooperativa de produção e de consumo, de uma biblioteca e de uma sede da Universidade Popular, tudo isto ilustrado por magnificas fotografias alusivas a algumas destas "comodidades".

Esta atitude "comunitária", assente em camadas populares desenraizados vindos recentemente do campo, que o anarco-sindicalismo procurava integrar, traduzia-se de uma forma [illegible] em documentos aprovados nos seus congressos, de que a "Organização Social Sindicalista", tese estratégica aprovada no Congresso Confederal da Covilhã em 1922, tida como a "carta orgânica do Sindicalismo português" no dizer de Alexandre Vieira, é um exemplo.

Dizia este documento, a determinada altura o seguinte:

"... *O sindicalismo comporta dentro da sua organização todos os órgãos necessários à vida complexa e exigente das sociedades progressistas e desempenha por meio desses órgãos todas as funções indispensáveis à complexa expansão e consoante aperfeiçoamento dessa vida. Contém não só os órgãos de produção mas também todos os indispensáveis à repartição das utilidades a fim de regular o consumo conforme as necessidades de cada qual.*

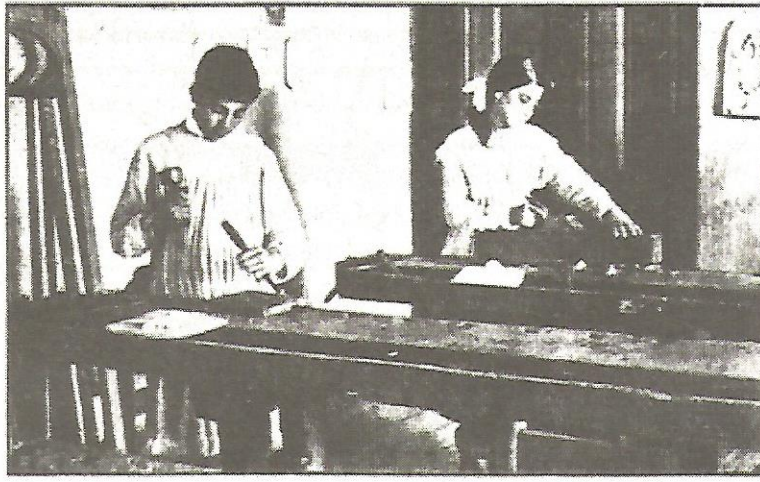
Como organização social completa e integral, basta-se a si própria quer para transformar o actual regime quer para realizar e erigir todas as instituições da sociedade futura..." (In Vieira, 1974, citado por Candeias, 1987, p.332).

Estas expressões de um sindicalismo revolucionário "totalizante" e fechado e que desagradava a muitos anarquistas, reflectia no entanto o peso que os sindicatos tinham nas estratégias de luta do anarquismo do princípio do século, dando o tom ao que no terreno se procurava fazer.

Tratava-se de uma estratégia de luta ou de uma vontade de que o Mundo viesse a ser gerido pelo sindicalismo? Nos meios libertários haveria pessoas que perfilhavam cada uma destas opiniões, mas dado o desenrolar da história que se seguiu, será a tese estratégica a única a poder ser analisada.

Na verdade, através desta atitude "substitutiva" face às estruturas sociais e políticas de uma sociedade que se pretendia eliminar, os libertários procuravam introduzir elementos desagregadores da ordem vigente, no sentido em que expunham as fraquezas dos regimes que desejavam derrubar, construíam uma linha de propaganda e de combate social através da qual captavam e enquadravam militantes para a sua causa, e erigiam uma sociedade relativamente fechada e pretensamente autónoma que pretendia criar um ambiente de "purificação" e de "espiritualidade" de onde viria a surgir o "Homem Novo" fruto de uma "educação integral" modelada pela maneira de ver o mundo em que assentava o ideário anarquista.

Parecia tratar-se de uma mistura entre uma proposta de integração alternativa dos meios sociais marginalizados pelo desenvolvimento económico e político do capitalismo do princípio do século e uma imagem de "política" totalizante, fundada numa ética com alguns traços religiosos como de uma forma inesperada nos lembra o clássico historiador britânico James Joll, ao afirmar que o racionalismo era apenas uma das faces do anarquismo:

"... *A outra* (das faces do anarquismo) *é a tendência que podemos descrever correctamente como religiosa e que aproxima o anarquista emocionalmente senão doutrinalmente, dos heréticos extremistas do século*

Aula-oficina de trabalhos em madeira

passado. Foi o conflito entre estes dois tipos de temperamento, o religioso e o racionalista, o apocalíptico e o humanista que tornou a doutrina anarquista tão contraditória. Foi também esta dupla natureza que deu ao anarquismo um apelo vasto e universal..." (Joll, 1964, pp.28-29, citado por Candeias 1994, p.89)

É pois este "caldo cultural" de uma alternativa política, material e "espiritual" subversiva, a que se junta a crença dominante no princípio do século de que a escola era a estrutura fundamental de modificação do Mundo que nos ajudará a compreender a importância que a educação teve no anarquismo.

As escolas sindicais portuguesas do princípio do século: as raízes

Numa entrevista feita nos anos vinte por Raul Brandão ao então Secretário Geral do jovem e confuso Partido Comunista Português, Carlos Rates, este último diz a dada altura o seguinte:

"... *Separa-nos dos sindicalistas e dos anarquistas eles darem uma importância primordial ao factor educação para provocar a revolução, enquanto nós supomos que serão os factores materiais que a hão-de provocar. (...) Eles supõem que a revolução há-de vir quando a humanidade estiver educada...*" (In Brandão, 1984, citado por Candeias 1995, p. 43).

Mais do que a realidade das intenções dos anarquistas, o que Carlos Rates nos expressa é uma parte importante da representação social sobre a qual assentava a imagem pública do anarquismo.

Em Portugal, desde o princípio deste século que a escola é um factor de combate social e político importante, e ela é utilizada quer por republicanos quer por anarquistas, uns inserindo-a numa estratégia de luta contra o regime monárquico, os outros mobilizando-a num contexto mais vasto, como parte de uma análise que demonstrava que a "burguesia" utilizava o analfabetismo popular como uma arma de domínio político.

De uma reacção de revolta e raiva iniciais, passa-se para uma atitude de que nada haveria a esperar "deles" (do Estado), pelo que teria de ser "o povo" a fazer as suas próprias escolas, atitude essa que evoluirá rapidamente para uma análise mais sofisticada em que a própria pedagogia autoritária predominante no mundo escolar ocidental era vista como uma arma política na construção de seres submissos e subordinados, chegando-se finalmente à conclusão de que além de terem que ser os libertários a fazer as suas próprias escolas, estas teriam que ser profundamente diferentes das escolas do "Estado".

Algumas citações extraídas da imprensa operária de expressão libertária da altura permitir-nos-á acompanhar a evolução e os traços dominantes da sua atitude para com a educação e a escola.

A primeira destas citações, datada de 1904, resume o desencanto do mundo operário face à

[illegible] e traça de uma forma límpida [illegible] a ser o comportamento dos [illegible] ao problema da escola:

"[illegible] *mais se assemelha a uma* [illegible] *instituição encarregada de fornecer* [illegible] *e úteis (...). O professor, salvo* [illegible] *é o carrasco e o verdugo da criança* [illegible] *pai espiritual. É verdade que a* [illegible] *está preparada, tem por fim, não fazer* [illegible] *dos seus direitos dentro da* [illegible] *que se prestem a soldados para* [illegible] *bolsas para o pagamento de impostos... * [illegible] *dia-a-dia para que os zangãos* [illegible] *e se divirtam (...). Há portanto, a* [illegible] *de quem dirige a educação que ela se* [illegible] *mesma. (...) a nós cérebros libertos da* [illegible] *cabe-nos o dever não de pedir ao Estado* [illegible] *a instrução, o que ele nunca fará, mas de* [illegible] *(...) fundadas na moderna pedagogia...* [illegible] *pois, que o interesse é nosso e dos nossos* [illegible]" (In "O Metalúrgico", nº 25, 1904, citado [illegible] 1987, p. 331).

A segunda destas citações extraídas do [illegible] dos trabalhadores da construção civil em [illegible] altura em que se torna evidente que as [illegible] montadas pelos sindicatos são cada vez [illegible] numerosas, exprime uma atitude militante, [illegible] a opinião de alguns anarquistas, que [illegible] do conflituoso mundo sindical da altura, [illegible] e desaprovavam uma educação repro- [illegible] de valores, fossem eles quais fossem.

Diz-se nela o seguinte:

"... *Mandai à escola os vossos filhos e ide vós* [illegible] *porque o homem que atravessa a vida não* [illegible] *mais do que as ferramentas com que ganha o* [illegible] *não deixará jamais de ser um escravo. Lembrai-* [illegible] *a burguesia treme apavorada ao lembrar-se que os* [illegible] *procuram instruir-se, porque uma escola* [illegible] *dentro de uma associação operária é mais uma* [illegible] *na cova que os há-de sepultar e com eles a tirania...*" (In "O Construtor", n.º 84, 1915, citado por Candeias, 1987, p. 331).

Oito anos mais tarde, o que nos mostra a constância das atitudes libertárias face a esta questão, podemos ouvir o seguinte da parte de um dirigente sindical que preside à inauguração do ano lectivo de uma escola sindical:

"*O que devemos fazer? Contribuir para que esta e outras escolas mantidas pelos sindicatos não desapareçam mas (...) pelo contrário se robusteçam, para os nossos filhos se puderem educar livremente sem que exista a mentira e a hipocrisia que os reaccionários vão infiltrando não só nas escolas particulares mas nas oficiais também...*" (In "A Batalha", nº1480, 1923, citado por Candeias, 1987).

Finalmente uma última citação, numa altura em que por via da crise económica e política que irá dar origem ao começo da ditadura em 1926, e por via também da concorrência que o jovem e confuso Partido Comunista Português lhe move no meio operário, a Confederação Geral do Trabalho de inspiração anarco-sindicalista se encontra já numa situação delicada

Em Setembro de 1925, no último Congresso Confederal da C.G.T que teve lugar em Santarém, é aprovada uma "Tese sobre Educação" que tinha sido discutida três anos antes num anterior Congresso, mas que não tinha chegado à fase de aprovação.

Esta tese que consagra ao mais alto nível aquilo que parecia ser um interesse por parte dos sindicatos anarco-sindicalistas relativamente à educação e que se traduzia pelas escolas que iam mantendo e criando, diz-nos, em linhas gerais o seguinte:

"... A educação deve ser obra dos próprios trabalhadores, únicos depositários de uma ideologia que está de acordo com as leis naturais da sociologia (...).

O Congresso convida as Uniões de Sindicatos (...) a fundar, organizar e pôr a funcionar, desde já, dentro dos limites das suas possibilidades:

a) Escolas Primárias de educação integral sob o tipo-modelo de Escolas-Oficinas ou Escolas de Trabalho, para educação geral e especial dos filhos dos seus associados;

b) *Institutos de Educação (tipo de Universidades Populares)...*" (In Sousa, 1976, p. 172)

De seguida são indicados os caminhos práticos a percorrer para levar esta tese adiante.

Como dissemos antes este tipo de discurso é acompanhado de um esforço de construção e de organização de um mundo escolar sindical embrionário que se começa a tornar mais visível a partir de 1916.

De facto é neste ano que aparece a primeira "Comissão Escolar" constituída por delegados eleitos nas várias delegações em Lisboa da Associação de Classe da Construção Civil, e a partir daqui até 1926, quase todos os Sindicatos ou Uniões de Sindicatos (os Sindicatos Únicos), passam a inscrever nos seus estatutos a existência de Comissões Escolares, cujas funções vão desde a organização e gestão de algo que cada vez se assemelha mais a uma rede, embora pequena de escolas sindicais, até à vigilância ideológico-educativa, "... procurando educar pelos métodos racionais aconselhados pela pedagogia moderna os operários metalúrgicos e os seus filhos...", como vem escrito nos estatutos do Sindicato Único Metalúrgico, aprovados em 1919, e transcritos em "O Eco Metalúrgico" nº2 de 1927.

Mas quais os ideais político-pedagógicos destas escolas, qual a distância entre esses ideais e a prática que lhes foi possível, quantas destas escolas funcionaram de facto, em suma o que foram estas escolas ?

As escolas sindicais portuguesas do princípio do século: traços da realidade

Começando pelo fim, detectamos na imprensa operária que nos foi possível consultar referente aos anos que decorrem entre 1917 e 1927, 41 destas escolas, 25 das quais se localizavam em Lisboa e na Margem Sul, 7 no Alentejo, 5 no Porto, 2 na zona Centro e 2 no Algarve.

Do ponto de vista da distribuição por sectores laborais, 29 destas escolas estavam sediadas em sindicatos ou uniões de sindicatos operários, 5 encontravam-se em sindicatos do sector de serviços, 4 (todas no Porto) em "Bibliotecas e Centros de Estudos Sociais" e 3 em sindicatos de trabalhadores rurais.

Para que as tivéssemos incluído nesta listagem, teriam que ser escolas referenciadas pelo menos 2 vezes no espaço de dois anos na imprensa a que tivemos acesso, e tudo indica que não se trata de mais do que uma amostragem, visto que a maioria da imprensa sindical que consultamos se projectava geograficamente em Lisboa e na Margem Sul do rio Tejo.

O número de crianças que em média frequentava tais escolas foi por nós estimado entre trinta e quarenta por escola, casos havendo em que tal cifra se elevava a 70, como na escola da Associação de Classe da Construção Civil da Palma, em Lisboa no ano de 1917, ou mesmo a 130 alunos entre adultos e crianças, distribuídos por dois professores na escola Francisco Ferrer criada e mantida pela União dos Sindicatos Operários de Évora segundo informação prestada no nº1 do jornal "A Aurora Social" do ano de 1919. Difícil é pois dizer com exactidão o número de crianças que por estas escolas passaram, porque difícil é também saber quantas destas escolas existiram e durante quanto tempo.

Tratava-se de escolas que na sua maioria, preparavam crianças para os exames da 3ª ou 4ª classe, e da 5ª classe ou seja, para o Diploma de Instrução Primária Elementar (3ª ou 4ª classe

31 DE OUTUBRO DE 1924

N.º 57/66

O ARSENALISTA

Órgão e propriedade do Sindicato do Pessoal do Arsenal do Exército

33 ANOS

para sentirem a necessidade de organizar a associação de resistência que hoje completa 33 anos de vida firme.

nal *O Sindicalista* para a sua expansão, deu o melhor do seu esforço sem outra preocupação que não fosse o engrandecimento de toda a organização operaria.

Recordamos com sinceridade os momentos, embora áridos, que no ardor da luta encontramos da parte de todos os camaradas com quem mais de perto privamos, o tratamento afectivo proprio de quem luta por um ideal comum. Mas tambem com magua o registamos, após algum tempo decorrido, recebemos da parte de alguns individuos que mal nos compreendiam, umas manifestações de pouca justiça para com a classe a que pertencemos.

Os arsenalistas demonstraram sempre conhecer as vantagens que advêem do homem associado, e foi assim que em 1891 fundaram a sua primeira associação tendo por solidariedade na ... constatar que com a criação do Sindicato e pelos seus fins renovadores muito tem influenciado esta instituição de socorro no sentido de prestar mais luta solidariedade aos seus associados.

E' ainda sob a influencia dos objectivos e finalidades idealistas do Sindicato, criada entre a classe, uma colectividade com administração autonoma tendo por objectivo a distribuição de todas as utilidades de que carecem os seus associados, mantendo o principio, tanto quanto lhe tem sido possivel, de a furtar à influencia rotineira das colectividades similares.

segundo as mudanças que foram tendo lugar durante a 1ª República) ou Complementar (5ª classe).

Enquanto que os exames da 3ª ou 4ª classe podiam ser prestados na escola, perante um júri seleccionado e aprovado por um inspector de círculo, já os exames da 5ª classe eram prestados em Escolas Nacionais e na presença de inspectores.

Daqui podemos tirar várias conclusões.

A primeira destas conclusões, é a de que na sua generalidade, os programas seguidos por estas escolas seriam os mesmos que os das suas congéneres do Estado. Desta óbvia conclusão pouco mais se poderá avançar, visto que estes programas eram extremamente vastos, raro sendo os professores que os cumpriam integralmente, além de que pelo seu vago conteúdo, permitiam pedagogias diferenciadas de caso para caso, dependendo e mais uma vez, do professor e dos seus ideários.

A segunda conclusão é que tal diferenciação pedagógica, no caso de ela existir, e nós estamos em crer que pelo menos na maioria dos casos ela existiria, se poderia exprimir melhor nos programas da Instrução Primária Elementar os quais culminariam num exame na própria escola, portanto "em casa", do que nos programas que levavam à 5ª classe que terminavam com um ameaçador e intimidatório exame nacional prestado numa escola "do Estado". De qualquer das formas, raras eram as crianças do povo que na altura, tendo a sorte de estarem na escola, mais faziam do que a escolaridade obrigatória, que era precisamente a escolaridade elementar.

Vejamos como um destes exames de 3ª classe, que decorreu na escola da secção sindical da construção civil da Palma no ano de 1917 nos foi descrito pelo jornal "O Construtor" nº210 do mesmo ano:

"... A festa principiou pelas 13 horas com o exame de passagem de classe, sendo o júri constituído pelos senhores Borges Grainha e José João do Amaral, membros da liga contra o Analfabetismo, estando presentes os professores João Lima Costa e a senhora Maria do Carmo Groom. Os alunos prestaram provas sendo distinguido com vários livros o aluno que mais se distinguiu, Luís Vasques. Borges Grainha felicitou os professores desta escola pela forma como souberam aproveitar o seu tempo educando os

deserdados da fortuna... " (in "O Construtor" nº210, 1917 citado por Candeias, 1987, p. 351).

Este júri em que pontificou o professor de liceu, Maçon, escritor e tribuno anti-clerical Borges Grainha, e que teve que ser sancionado por um inspector de circulo, mostra como uma parte destes inspectores eram flexíveis, senão mesmo simpatizantes destas escolas populares ligadas aos sindicatos.

Se os anarquistas eram contra os exames, pouco mais podiam fazer quando se tratava de credenciais pragmáticas para crianças que dotadas de um diploma teriam possibilidades de ascensão social diferentes das que o não tinham, argumento a que os próprios pais das crianças seriam sensíveis. Mas que se chegue a dar prémios aos melhores examinados, eis algo que não passaria por exemplo pela cabeça de uma das figuras tutelares destas escolas, o pedagogo catalão Francisco Ferrer. A ironia de tudo isto reflecte-se no tipo de prémios dados aos alunos, que na mesma escola, mas uns anos depois, em 1920, se distinguiram nestes exames: "A Paixão de Ferrer" e "A Escola Moderna de Barcelona".

Eram estas escolas diferentes, do ponto de vista pedagógico, das escolas do Estado que tanto eram por elas criticadas?

Do pouco que sabemos, visto que depois da ditadura nada delas restou, pensamos que sim.

A primeira destas diferenças era a distância em termos sociais a que, por contraste com as imperiais e sisudas escolas tradicionais, estas crianças se encontravam. Na verdade, estas eram as escolas escolhidas e frequentadas livremente pelos seus pais, muitos dos quais estariam também sindicalizados, e frequentariam os espaços em que os seus filhos estudavam e isto por si só poderia marcar uma enorme diferença.

Elas eram também e visceralmente contra os castigos físicos, e esta posição de princípio era de tal forma levado a sério que o facto de um professor destas escolas ter batido em alguns dos seus alunos foi considerado suficientemente sério para que a União dos Sindicatos de Lagos levasse o caso aos órgãos de topo da União Operária Nacional a estrutura nacional do Movimento Operário que antecedeu a C. G. T., a qual nomeou uma comissão para estudar o incidente.

Estas escolas, tinham também, uma espécie de "escola-piloto" que lhes foi servindo de modelo, que foi a Escola Oficina Nº1, sobre a qual a bibliografia é já relativamente abundante, pelo que nos dispensamos de nela falar. Sem terem tido possibilidades, nem meios para fazerem o que Adolfo Lima e Luís da Matta fizeram da Escola Oficina nº1, é no entanto sintomático que na "tese sobre educação" votada no Congresso Confederal de Santarém, as referências às escolas ideais do futuro, se baseiem explicitamente nesta escola.

Finalmente, elas baseavam-se num credo pedagógico-político que tomou a designação de "Racionalismo Pedagógico", assente numa revisão crítica e socialmente empenhada das teorias da Educação Nova do princípio do século, teorias essas que procuravam assentar os processos de aprendizagem em metodologias activas que motivassem o aluno e instaurassem um clima de liberdade nas escolas que contrastasse com a chamada "educação tradicional". Este credo pedagógico-político sintetizado a partir da obra do pedagogo catalão Francisco Ferrer, era, na opinião de Péré Solá constituído pelos seguintes elementos:

"... *a) O racionalismo livre pensador do século XIX ; b) O cientismo positivista ; c) A crítica social libertária sobre o papel da educação e da escola. Este último aspecto – a critica social anarquista – imprimirá a imagem de marca a quase todas as realizações da Escola Moderna...* " (Solá, citado por Candeias, 1987, p. 360).

Esta crítica social de extracção anarquista, e neste caso de um anarquismo profundamente envolvido nas apres lutas sindicais do princípio do Século, teria dado a estas escolas um carácter militante que evidentemente, constituiria outro

[illegible] face ás "Escolas do [illegible]", [illegible] alvo da crítica de outros [illegible] sugerimos e as palavras [illegible] libertário Emílio Costa em [illegible] 8 de 1916 no-lo confirmam:

"[illegible] fora perseguido começou- [illegible] toda a propaganda revolucionária [illegible] (...) Não é por se ser bom [illegible] anarquista que se sabe dirigir uma [illegible] fundem-se escolas se há meios para [illegible] e sem querer fazer das crianças [illegible] cheios de doutrinas humanistas [illegible]..." (Costa, 1916, citado por [illegible] 1987, p. 360).

[illegible] ideal de escolas por eles sonhada, [illegible] traços possíveis de identificar [illegible] educativa montada e acarinhada [illegible] mulheres, que nos primeiros trinta [illegible] século, imersos numa terrível luta social, tiveram o tempo e a disponibilidade de sonhar com o futuro, construindo-o no dia-a-dia.

Bibliografia

As referências de que nos servimos no texto, poderão ser encontradas nas seguintes obras:

CANDEIAS, A. (1985). *Cultura e escola nos meios sindicais portugueses 1900-1930*, in *A Ideia* 38-39, pp. 31-43.

CANDEIAS, A. (1987). *As escolas operárias portuguesas do primeiro quarto do Século XX*, in *Análise Psicológica*, 3 (V) pp. 327-362.

CANDEIAS, A. (1994). *Educar de outra forma: A Escola Oficina Nº1 de Lisboa, 1905-1930*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

CANDEIAS, A. (1995). Apontamentos biográficos sobre Adolfo Ernesto Godfroy de Abreu e Lima (1874-1943), pedagogo e anarquista, in *A. Candeias, A. Nóvoa e M. H. Figueira (Editores), Sobre a Educação Nova: cartas de Adolfo Lima a Álvaro Viana de Lemos (1923-1941)*, pp. 43-64. Lisboa: Educa.

ACAMPAMENTO LIBERTÁRIO

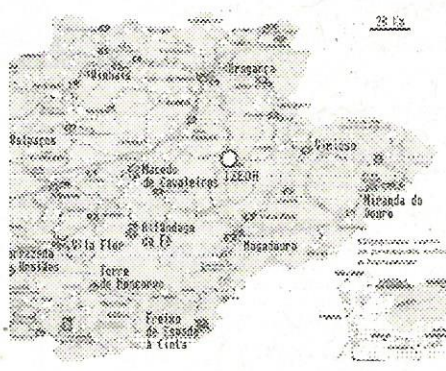
A revista "Utopia" vai organizar, de 21 a 31 de Agosto, em Izeda, um acampamento libertário.

O acampamento é aberto a todos aqueles que queiram partilhar este espaço num espírito de [illegible], e deverá contar com a presença de [illegible] de outros países (de Espanha, Brasil [illegible], provavelmente).

Do programa do acampamento constarão [illegible] actividades, ainda em preparação, pelo que [illegible] sugestões serão bem vindas. Entre estas, [illegible]-se desde já apontadas, podendo ou não [illegible] concretizar-se, uma exposição de livros e [illegible] publicações, a passagem de vários videos, [illegible], teatro, recital de poesia, festival de [illegible], passeios pela região e vários debates.

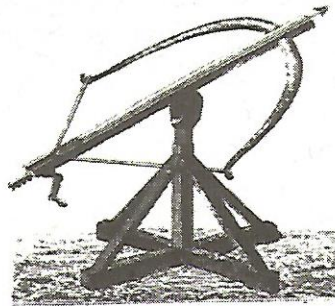
Para além de um encontro de publica[illegible], destacam-se, para os debates já sugeridos, os [illegible] temas: Trabalho-Emprego. (Des)cobrimentos, Alimentação/Modos de Vida, Anarquismos, [illegible]. Deverá também haver lugar a uma troca de experiências e informação com os companheiros [illegible] de outras paragens.

Deverão ainda funcionar uma creche e, pontualmente, se possível, oficinas de artes e ofícios.

Todos os contactos com vista à participação e enriquecimento do programa deverão ser feitos [illegible]: *Associação "A Vida",*
Apartado 2537, 1113, Lisboa Codex.

PS) Para além da revista Utopia participam na organização do evento outros grupos e indivíduos

A Pedagogia Anarquista Brasileira no Início do Século

PAULO CARRÃO

A revista A Vida *era uma publicação mensal de filosofia libertária que existiu no Brasil de Novembro de 1914 a Maio de 1915. Saíram 7 números da revista e o grupo que a produzia se dispersou logo depois. Apesar da existência efémera, a sua importância foi significativa.*

Esta revista pode ser considerada como uma das primeiras no Brasil a se preocupar com a formação ideológica e com a consciencialização da classe trabalhadora. Os editores desta publicação também se preocupavam com a organização concreta da classe operária e incentivavam as suas lutas do dia a dia e os seus sindicatos.

Foi uma revista não-sectária, aberta, chegando a publicar obras escritas por religiosos que atacavam o sindicalismo revolucionário. Nela aparecem artigos contra a guerra e o imperialismo, sobre o internacionalismo, sobre a questão da mulher, preocupa-se com a história dos primeiros núcleos de trabalhadores organizados no país e discute com o positivismo, através de uma interessante polémica com Teixeira Mendes, um dos "papas" desta filosofia no Brasil.

A revista *A Vida* também canalizou energias para a reflexão sobre a educação e esta preocupação educativa perpassa grande parte de artigos e secções da revista. A secção que aparece a partir do segundo exemplar denominada *Leitura que recomendamos – O que todos devem ler* é um bom exemplo da preocupação da revista com a formação intelectual dos militantes anarquistas.

[illegible] aparecem referências a vários livros, [illegible] libertários, livros como os de [illegible] Jean Grave, Neno Vasco, Eliseu [illegible] Sébastien Faure e vários outros autores [illegible]. É interessante notar que na lista de [illegible] como recomendadas aparecem [illegible] de Karl Marx e *Assim Falava Zarathustra* [illegible], o que vem demonstrar a abertura [illegible] destes libertários brasileiros do início [illegible].

Nesta mesma secção aparece também a [illegible] aos livros do educador libertário [illegible] Adolfo Lima. Os exemplares citados [illegible] *do trabalho*; *O ensino de História* (um [illegible] de 63 páginas); *O teatro na escola* (um [illegible] de 32 páginas) e *Educação e Ensino* ([illegible] integral). Estes livros divulgaram várias [illegible] sobre a educação libertária e devem ter [illegible], pelo menos, por uma dúzia de [illegible] no início do século.

Estes brasileiros que, orientados pela [illegible] socialista revolucionária, reflectiram [illegible] a realidade brasileira e propuseram soluções [illegible] nos interesses dos trabalhadores podem [illegible] considerados como uns dos primeiros [illegible] orgânicos dos subalternos do Brasil.

A revista mensal *A Vida* apresentou três [illegible] escritos especialmente sobre o tema [illegible]. São os seguintes: "As escolas e sua [illegible] social – o ensino oficial e o ensino [illegible]lista" (PENTEADO, João, dez. 1914); "A [illegible] e o Estado" (LIMA, Efren, Jan. 1915); "A [illegible] – prelúdio da caserna" (PINHO, Adelino de. [illegible] 1915). Existe também uma série de textos de José Oiticica denominada *O desperdício da energia* [illegible] onde, tratando da questão da mulher na sociedade capitalista, o autor escreve sobre o papel das mães na educação dos seus filhos.

O artigo de João Penteado mostra a importância da escola para manutenção ou mudança da hegemonia da ideologia burguesa. A classe dominante tem claro que é nas escolas "que reside o segredo da força mantenedora dos preconceitos patrióticos, da convenções sociais, das superstições e dos dogmas religiosos" (PENTEADO, J. A Vida, n. º 2, dez. 1914, p. 8). Por isso, o Estado e a Igreja disputam o controle da instrução do povo e têm o objectivo de formar mentalidades adaptadas aos seus interesses de classe. É nas escolas oficiais do Estado e nas escolas confessionais que se amoldam e se mutilam as consciências das classes populares. Nestas escolas se cultiva e se cultua a atrofia da razão e são infiltradas nas crianças das classes subalternas as mentiras patrióticas e religiosas.

A burguesia, através do Estado capitalista, cria portanto a subordinação intelectual no sentido desénvolvido por Antônio Gramsci. Subordinação intelectual é um conceito utilizado por este pensador para apresentar a sua visão da dimensão ideológica da dominação de classe na sociedade capitalista.

No pensamento gramsciano a dominação do capital sobre o trabalho, que resulta na exploração das classes subalternas, é o momento da dominação económica. Existe também uma dominação político-ideológica que se faz pela repressão (exército, polícia, prisão, etc.) e/ou pela dominação ideológica (consenso social que é expresso pela aceitação, pela maioria da população, da direcção que a classe dominante dá à sociedade). Os socialistas libertários em geral percebem esta importante faceta da dominação burguesa. É através das escolas oficias estatais e das escolas confessionais que se generaliza a dominação ideológica capitalista.

Para Gramsci, a dominação dos subalternos acontece por dois factores essenciais: o primeiro é a interiorização da ideologia dominante pelas classes subalternas e o segundo é a ausência de uma visão de mundo coerente e homogénea por parte desta mesma classe. Na teorização e na prática anarquista eles enfrentam estes dois problemas. Para solucionar o primeiro, que explica a participação massiva dos trabalhadores nos combates da 1ª Guerra Mundial, os libertários

propõem a denúncia da ideologia burguesa, veiculada através das escolas do Estado e da Igreja e implementam a criação das suas escolas anarquistas e/ou racionais e/ou modernas, que apesar de modestas, travarão o combate para a criação de uma ideologia proletária, que proporcionará à classe subalterna uma visão de mundo coerente e homogénea que desencadeará a luta pela criação e desenvolvimento da sociedade acrata.

A burguesia procura monopolizar a instrução popular para evitar

"o progresso das idéias novas que levam os trabalhadores à revolta, à luta, à guerra contra todas as explorações do homem pelo homem, contra todas as injustiças, contra todos os privilégios sociais." (PENTEADO, idem, ibidem).

A classe dos capitalistas, por meio da escola oficial estatal, procura, através de um premeditado e constante trabalho, inocular na juventude popular a sua ideologia. O autor exemplifica citando a 1ª Guerra Mundial, em que a escola incentiva o patriotismo e o militarismo preparando a juventude para aceitar naturalmente o derramamento de sangue, o saque e a devastação de cidades que esta guerra trouxe.

João Penteado, sintonizado nos ideais libertários, propõe como alternativa à escola oficial estatal a criação de escolas racionais. Estas escolas

"excluem de seu programa todos os preconceitos patrióticos e religiosos, tendo sempre em mira, antes de tudo, a educação e a instrução da infância de acordo com a razão e com a verdade das cousas que constituem o objectivo principal de nossa vida e a razão de nossos actos, já fazendo despertar-lhe todas as aptidões naturalmente manifestadas para o trabalho produtivo, para o ciência e para as artes, já encaminhando-a de modo humano e racional para a conquista de todas as felicidades, descortinando para as suas vistas horizontes novos, fulgurantes, iluminados." (PENTEADO, idem, p.9).

A proposta libertária de João Penteado realça a importância de trabalhar no educando as suas aptidões naturais, deixando-as fluírem com liberdade para que o jovem possa aproveitar ao máximo as suas potencialidades. Tal proposta visa à formação de um ser humano que actue e crie nas várias áreas da actividade social, um homem que seja capaz de desenvolver uma actividade produtiva concreta, que produza ciência com interesse e que também actue no campo das artes.

Esta proposta de educação segue o ideário libertário que não acredita na possibilidade da transformação revolucionária da escola estatal ou confessional. Portanto, os anarquistas procuram criar novas escolas que trabalhem baseadas no ideal racional-libertário. No texto de João Penteado, ele faz referência à criação em São Paulo de uma escola racionalista:

"É este, pois, se bem que modestamente, o trabalho que temos iniciado em São Paulo e que precisa, de certo, da decidida boa vontade de todas as consciências livres, da cooperação de todos aqueles que sentem a verdadeira e urgente necessidade de se opôr uma barreira à tanta degenerescência moral que se observa nos espíritos de nossos contemporâneos." (PENTEADO, idem, ibidem).

Outra referência a uma iniciativa de criação de uma escola racionalista, no início do século, é o anúncio que aparece na revista libertária *A Vida* de Março de 1915:

"Escola Nova

Acaba de instalar-se em São Paulo, à rua Alegria, 26 (sobrado), um instituto de instrução e educação, para meninos e meninas, e que se serve dos metodos racionaes e cientificos da pedagogia moderna.

As materias de ensino são ministradas em três cursos especiaes, primario, medio e superior.

Curso primario: portuguez, aritmetica, geografia, botanica, zoologia, caligrafia e desenho.

Curso medio: portuguez, aritmetica, geografia, mineralogia, botanica, zoologia, fisica, quimica, geometria, historia universal, caligrafia, desenho.

Curso superior: aritmetica, algebra, botanica, zoologia, mineralogia, fisica, quimica historia universal, geologia, astronomia, desenho, portuguez, italiano,

[illegible] etc.

O ensino primario e medio acham-se a cargo dos [illegible] Florentino de Carvalho e Antonio Soares.

O ensino superior acha-se sob a direção de intelectuais [illegible] competência, figurando entre eles o professor [illegible] Barbosa, Drs. Roberto Feijó, Passos Cunha, [illegible] Rego, Alfredo Júnior, os quaes lecionam [illegible] respectiva especialidade.

Como se vê, a Escola Nova é uma bela iniciativa, [illegible] todo o apoio dos amigos da educação [illegible]." (A Vida, nº 5, 31/1/1915, p. 79-80).

É importante realçar que, em praticamente todas as escolas fundadas por anarquistas no Brasil no início de século, eles implantaram a propostas na forma de coeducação de ambos os sexos. Como para o educador espanhol, os libertários do Brasil não aceitavam de modo algum uma educação em separado para as mulheres.

Podemos também perceber, pelo anúncio da Escola Nova da rua Alegrai, que os cursos oferecidos por esta escola apresentavam um amplo leque de disciplinas. No curso superior, a palavra etc. demonstra bem a predisposição dos anarquistas a se abrir para o novo, vontade de acolher novas sugestões e de oferecer novas matérias, abrindo assim o programa para uma permanente reformulação.

Existem várias referências de criação de escolas racionais no Brasil de início do século. Estas escolas, apesar das grandes dificuldades, sobreviveram durante anos e eram, na visão socialista libertária, um dos principais recursos para se atingir a sociedade acrata.

O texto de Efren Lima, que aparece na revista A Vida nº 3, de 31/1/1915, trata de vários temas relacionados com a educação do ser humano.

O autor afirma como é maléfico para o ensino de sua época a dependência do Estado. Para a educação é de fundamental importância existir a liberdade. Para E. Lima, o Estado controla o ensino porque percebe a sua importância para a submissão das massas à autoridade da burguesia. É o Estado que nomeia os professores e impõe às escolas públicas primárias e superiores

"uns programas instrutivos, cuidadosamente compilados pelos governos e consoantes com os seus interesses econômicos, políticos, partidários etc." (Lima, Efren, A Vida, 31/1/1915, p. 6).

O educador libertário do início do século XX demonstra clara noção da importância do Estado capitalista na organização da dominação burguesa. O critério de recrutamento de professores e de programas é de vital importância para a consolidação da dominação ideológica burguesa. A criação do consenso social, que consiste na aceitação acrítica da dominação e da direcção que a classe burguesa dá à sociedade, passa pelo controle do aparelho educacional e da instrução popular.

O aumento de escolas para o povo, patrocinado pelo Estado capitalista no início do século XX, tem a preocupação de ensinar aos alunos "crenças religiosas, amor pelas pátrias, respeito às autoridades, obediência às leis, proteção à propriedade privada, e milhares de monstruosidades análogas" (LIMA, idem, ibidem). Esta escola procura e consegue passar para os subalternos a ideologia que interessa à burguesia, criando a hegemonia desta.

Hegemonia, que na concepção gramsciana, é o conjunto das funções de domínio e direcção, exercido por uma classe social dominante no decurso de um período histórico, sobre outra classe social e até mesmo sobre o conjunto das classes da sociedade. A hegemonia tem duas funções: uma de domínio e outra de direcção intelectual e moral. O domínio supõe o acesso ao poder e o uso da força, compreendendo a função coercitiva; a direcção intelectual e moral se faz através de persuasão, promove a adesão por meios ideológicos, constituindo a função propriamente hegemónica.

Efren Lima reflecte sobre as bibliotecas da escola oficial estatal e sobre os escritores que *"elaboram obras pueris, concordes com as tolerâncias do meio, que acham bom como é, e ao qual nunca ousariam tentar uma depuração"* (LIMA, idem, ibidem). Nestas bibliotecas existem obras de escritores, que na verdade colaboram para anestesiar e alienar os trabalhadores. Estes escritores são os verdadeiros intelectuais orgânicos da classe burguesa e cumprem eficientemente o seu papel em troca de boas remunerações.

Tais escritores, intelectuais orgânicos da classe dominante, têm a função de divulgar os seus princípios no senso comum, ofuscando ainda mais o núcleo de bom senso dos subalternos. Em contrapartida, temos os intelectuais orgânicos das classes subalternas que difundem a concepção do mundo revolucionário entre as massas exploradas e dominadas. Podemos considerar os editores da revista *A Vida* e os organizadores das escolas racionais como sendo intelectuais orgânicos dos trabalhadores.

A experiência recente da história do Brasil nos mostra o quanto é importante, para o despertar da consciência de classe, a leitura de periódicos progressistas, a luta concreta do dia a dia e a participação em cursos livres patrocinados por entidades ligadas aos trabalhadores. A fornada de líderes ligados aos interesses populares, que a década de 80 produziu, reforça estas afirmações. O aparecimento de líderes operários no Brasil, que transcendem a visão simplista do senso comum e se transformam em intelectuais orgânicos das classes subalternas, se deu prioritariamente através da luta e da formação intelectual alternativa.

Para E. Lima, um grande atraso para o homem é a lei do hábito. Um ser habituado é um ser escravizado. Para o ser humano livrar-se do hábito que corresponde à quietude, ao aniquilamento do libertar-se, é de grande importância a educação racional. O autor rende homenagem à grande referência dos libertários da época, que é Francisco Ferrer y Guardia, e faz uma bonita convocatória aos educadores anarquistas:

"Irmãos nossos, fugi, fugi do hábito, caminhai para a liberdade, para a mutação, para a perfeição inacabável. Jamais até hoje um segundo homem compreendeu melhor do que Ferrer, a necessidade de um ensino racional, novo e que afastando-se do dogmatismo pedagógico presente, ministrasse uma educação realmente impecável, e que evoluisse a par com o desenvolvimento das ciencias. Ao martir excelso coube a gloria de realizar este ideal tão puro, e os homens filantropicos cumpre o dever de amparar a obra iniciada, consolidal-a e multiplical-a infinitamente." (LIMA, idem, p. 7).

Outra interessante reflexão do autor está relacionada à importância da educação e da transformação das relações sociais e económicas para a consolidação de uma sociedade fraterna, igualitária e democrática. Para ele o indivíduo socializado é o resultado de três factores: a hereditariedade, a educação e o meio.

[illegible] sentido, o homem vem ao mundo com predisposições. Estas podem ser transformadas [illegible] pela actuação da educação [illegible]. E. Lima propõe a proliferação de [illegible] e no meio social o seu saneamento, que corresponde ao término da opressão [illegible]. Ou seja, a realização de uma [illegible] social de cunho libertário.

O autor, para complementar o raciocínio [illegible], escreve as esclarecedoras palavras:

"A energia primordial adquirida por via biológica [illegible] ou extincta, por via de adaptações [illegible] posteriores. Portanto um esforço coletivo de [illegible] das varias nações das diversas raças [illegible] a tornar a educação dos novos [illegible] a primeira preocupação da humanidade, [illegible] nivel superior e purificando zelosamente o [illegible], deveria constituir o horizonte para o qual [illegible] os valores maximos dos nosso trabalhos." ([illegible], idem, p. 6).

O terceiro artigo, o de Adelino de Pinho, [illegible] que desenvolveu várias iniciativas de [illegible] e manutenção de escolas racionais, reflecte [illegible] importantes aspectos relacionados com o [illegible] da sua época.

A conjuntura da 1ª Guerra Mundial também [illegible] as reflexões de Adelino e o título de seu [illegible] é sintomático *A escola, preludio da caserna.* O autor percebe a relação estreita entre a escola [illegible] e a formação das crianças com a [illegible] e o desenrolar da 1ª Guerra Mundial, que tantos prejuízos trouxe para a humanidade.

A escola primária trabalha para a formação e manutenção da ideologia burguesa, que neste sentido acentua a sua face militarista. Adelino afirma que a escola primária confessional ou governamental tem como objectivo lançar

"[illegible] mão dos cerebros infantis e modelal-os a seu bel [illegible], enchendo-os de formulas metafisicas e abarrotando-os de palavrões estragados, como patria, fronteira, [illegible] e inimigos, acostumando os ternos infantes a [illegible] dos outros povos e a precaver-se contra eles, o que leva os do paiz estranho a fazer o mesmo e vice-versa." (PINHO, Adelino de. *A Vida*, mar. 1915, pp. 75-6).

Este tipo de formação leva à desconfiança entre os povos e às guerras, o que destrói a necessária solidariedade entre os trabalhadores dos vários países. Esta visão belicista é contrária a um dos mais caros princípios do socialismo libertário que é o internacionalismo.

O que Adelino de Pinho constata com tristeza é a eficiência da escola oficial estatal ou confessional. As novas gerações da Europa, saídas destas escolas, assimilaram totalmente a ideologia burguesa e militarista e partiram céleres para a sangrenta 1ª Guerra Mundial.

Como os demais autores libertários, Adelino reflecte sobe o papel do Estado na educação. Afirma que a burguesia, percebendo a decadência da influência da Igreja sobre as classes populares e a sua necessidade de mão-de-obra mais qualificada, passa a investir na criação de escolas. O Estado burguês procura investir no ensino com o objectivo de dominação hegemónica e também com o objectivo de dar o mínimo de qualificação para a mão-de-obra proletária, que vai trabalhar nas máquinas e nas indústrias dos capitalistas. Esta necessidade aumenta na proporção em que a sociedade de base industrial se consolida e se espalha pelo mundo.

Portanto para a burguesia, a educação tem um papel instrumental importantíssimo para a sua dominação sobre os trabalhadores. É por isso que *"esses agentes governamentais – os professores – que são obrigados a cingir-se ao programa e não ultrapassal-o, nem quasi critical-o"* (PINHO, idem, p. 76) são seleccionados pelo Estado e seguem um programa preestabelecido pelo mesmo. O Estado só deixa ensinar o que lhe é útil para a consolidação de sua hegemonia. Todos os Estados, segundo o autor, ouviram a frase de Leibnitz: "Fazei-me senhor do ensino e eu me encarrego de transformar a face do mundo".

Adelino de Pinho escreve que

"... todo este carinho revelado pelos mandões a respeito da instrução do povo, não é sincero, nem honesto, nem desinteressado, mas somente uma manobra habilissima para que se apoderem dos filhos dos trabalhadores e preparal-os, como já acontece aos paes, amolgando-lhes os cerebros e deprimindo-lhes o carater, a serem obedientes, humildes, submissos e respeitadores do estatu quo, bons manequins, dentro da oficina, quando ha necessidade de produção, e bons manequins, no campo de batalha, quando os stocks de mercadorias abundam nos armazens e se faz mister conquistar mercados à força de punho, a ferro e fogo, para dar saida aos produtos invendiveis." (PINHO, idem, p. 77).

Para as classes populares coloca-se um dilema: ser carne da oficina ou ser carne de canhão para a burguesia. Dilema que pode ser resolvido com uma terceira alternativa que é a abertura e manutenção de escolas racionais, onde as mentes e os corpos infantis se desenvolvam livres de toda pressão e imposição. O autor compreendendo a importância que as primeiras impressões exercem no ulterior desenvolvimento individual e colectivo das pessoas, propõe como um dos meios mais eficazes para conseguirmos *"... um mundo melhor onde todos gozem a alegria de viver, satisfeitos da vida e libertos da fome, da opressão e da ignorância bestial..."* (PINHO, idem, ibidem) a generalização de escolas racionais que trabalhem com as crianças desde a mais tenra infância.

Os artigos de José Oiticica saem nos cinco primeiros números da revista mensal *A Vida*. Eles levam o título de *O desperdício da energia feminina*. Neles o autor propõe analisar a situação da mulher através da história.

Oiticica desenvolve interessante argumentação sobre a Energética, teoria da energia do Cosmos e do homem. Para ele *"as energias humanas são de cinco espécies: físicas, intelectuais, morais, práticas e sociais."* (OITICICA, *A Vida*, nº 1, nov. 1914, p. 6). A sociedade capitalista burguesa do início do século no Brasil e no mundo provocava um grande desperdício de energia humana e acentuadamente da feminina:

Quando o autor analisa o desperdício da energia intelectual, refere-se ao ensino e ao papel das mães na educação dos filhos. Para Oiticica, a educação da massa de trabalhadores se dá por funcionários do Estado, por ele chamados de ambíguos, isto é, pessoas que são dirigidas pela classe dominante, mas que ao mesmo tempo dirigem os subalternos.

O objectivo deste ensino é "ministrar aos trabalhadores idéias, ou antes, os preconceitos favoráveis à supremacia dos dirigentes." (OITICICA, idem, ibidem). Para a elite dominante é importante manter grande parte da população analfabeta ou semi-analfabeta. Para Oiticica; *"É evidente que essa classe de ignorantes representa uma formidavel soma de energia intelectual desperdiçada".* (OITICICA, idem, p. 7).

A mulher, neste caso, sofre as piores consequências permanecendo, salvo raras excepções, na mais profunda ignorância. As que se revoltam contra o homem e os preconceitos burgueses sofrem tenaz repressão.

Para o autor é lastimável que a mulher não tenha acesso à cultura porque:

"Basta considerar a educação do filho, para medir o alcance da educação intelectual da mulher. Criar um filho, educar um filho é um problema que exige uma instrução vasta e variada. Toda mãe de familia deveria ser uma pedagoga; mas a pedagogia se basea na psicologia e na fiziologia, que supõem o preparo em ciencias correlatas, digamos melhor em todas a ciencias." (OITICICA, idem, ibidem).

O papel da mãe, portanto, é de grande importância na formação intelectual das crianças. O autor demonstra uma ampla visão de educação, não restringindo esta apenas às escolas. As mães ignorantes passam para as crianças a ideologia dominante, contribuindo assim para a manutenção da ordem burguesa.

Oiticica não concebe a educação da juventude apenas sob a responsabilidade e exclusividade da escola. Ele percebe a importante contribuição que a família pode dar na educação dos jovens. É

[illegible] a família actual tem que ser revolucio-[illegible] organizada sob uma orientação libertária. [illegible] família libertária baseada no amor é assim [illegible] por Heliodoro Salgado:

"Desde que o homem e a mulher se desejem, se [illegible], tudo mais resulta como os corolários [illegible] premissa. O amor implica responsabilidade, o [illegible], o cuidado, a solidariedade plena em todas as [illegible] todas as dores.

Desde que se torne precisa a intervenção da lei é [illegible] o amor cessou. E desde que o casamento repouse [illegible] o amor, cessado este, está dissolvido aquele, [illegible] dissolvido, reassumindo cada qual dos [illegible] do par conjugal a sua inteira liberdade.

Assim comprometida, a união livre não é a [illegible] da família; é a sua dignificação pelo respeito da [illegible], da personalidade dos esposos (...).

(...) O que impede (o amor livre) a sua [illegible] não é o crédito das velhas instituições [illegible]; são as necessidades econômicas dum regime das [illegible] fundadas na 'legitimação dos filhos'.

Desde, porém, que o socialismo tenha conseguido [illegible] derruir as instituições econômicas que herdamos [illegible] bárbaro e desumano, essa justificação da 'família legal' terá desaparecido, e a família libertada [illegible] a ter apenas por base , por garantia e por lei, o amor.

Assim, a família não se extinguirá, a não ser que [illegible] a própria humanidade; mas depurar-se-á no [illegible] e na prática da liberdade." (Salgado H. apud [illegible], V. *Os trabalhadores e a questão da saúde – 1890-[illegible]*. 1985, pp. 25-6).

O autor conclui sua argumentação, afir-mando a importância da mulher numa futura sociedade acrata e o seu papel na extinção do desperdício da energia intelectual humana:

"ninguém deveria ser mais enciclopedico do que a mãe de família e portanto do que a mulher. Uma sociedade bem constituida seria aquela em que todas as mulheres pudessem ser amplamente instruidas." (OITICICA, *A Vida*, nº 1, nov, 1914, p. 7).

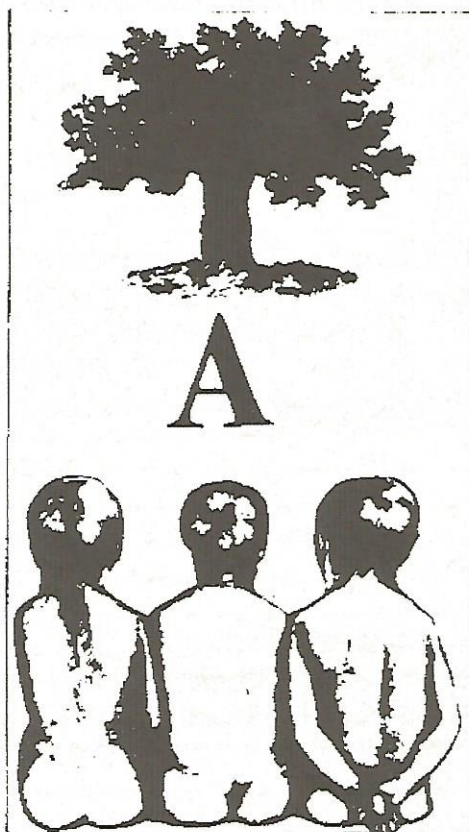
Termino por aqui. Os textos de João Penteado, Efrem Lima, Adelino de Pinho e José Oiticica são riquíssimos e permitiriam maiores análises.

Espero que estas linhas contribuam para o nascer de uma sociedade igualitária, libertária e fraterna e que a educação no terceiro milénio cumpra a sua missão histórica, ou seja, propiciar o desenvolvimento de seres livres e sem preconceitos.

Bibliografia

Centro de Memória Sindical/Archivo Storico del Movimento Operario Brasiliano (org.) *A Vida* – Periódico Anarquista (1914-1915). Edição fac similar. São Paulo: Ícone, 1988.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci – Fontes do Pensamento Político*. Porto Alegre: LPM, 1981.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

A Contribuição do Pensamento Pedagógico Libertário Para a História da Educação Brasileira

Neiva Beron Kassick
Clovis Nicanor Kassick

De uma maneira geral, quando se fala das tendências pedagógicas que têm influenciado a prática escolar de professores brasileiros, as informações sobre a pedagogia libertária reduzem-se a citações superficiais. Ao trazermos para análise as experiências pedagógicas libertárias desenvolvidas no Brasil, é nossa intenção não apenas recolocar a presença desta pedagogia e sua importância na educação da classe trabalhadora no início do século, mas também, rever seus princípios na busca de novas possibilidades para uma acção educativa menos autoritária na actualidade.

Introdução

A história oficial da pedagogia se fez omissa em relação a contribuição do Pensamento Pedagógico Libertário. No entanto, apesar das dificuldades enfrentadas, experiências educacionais em bases libertárias se desenvolveram em várias partes do mundo, inclusive no Brasil e elas foram importantes pelo vínculo com o movimento operário e com o seu fortalecimento, principalmente no final do século passado e início deste.

Devido a escassez de material escrito, falar de pedagogia libertária no Brasil parece trazer à memória algo já extinto, ou que, na melhor das hipóteses, dorme sob as cinzas dos feitos de bravos militantes do passado. Efectivamente, com excepção de poucos livros, artigos em revistas e algumas dissertações e teses (não publicadas e portanto de circulação restrita), sobre educação anarquista no Brasil, quase nada além se encontra sobre a pedagogia libertária.

Essa precariedade de registros deveu-se a necessidade dos militantes anarquistas, do final do século passado e início deste de não deixar pistas que pudessem comprometer o movimento mais amplo de organização dos trabalhadores na luta contra o Estado e suas instituições opressoras. Mas, por outro lado, outro factor foi o "esque-

[illegible] por parte da pedagogia oficial, resultante [illegible] das próprias ideias libertárias.

O anarquismo, enquanto pensamento [illegible] das ideias hegemónicas que serviam [illegible] de fundo para a cena onde o capitalismo [illegible] como única forma de [illegible] da produção, encontrava na classe [illegible] um inimigo forte e avassalador. Mais que [illegible] colocava em dúvida a própria ideia [illegible] como ordem política, atraía a ira da [illegible] socialista marxista, cujas ideias políticas [illegible] a tomada do poder para posterior [illegible] do comunismo.

Desse modo, enquanto pensamento revolu-[illegible], combateu ao mesmo tempo o sistema [illegible] capitalista e o socialismo (autori-[illegible] por identificar em ambos uma estrutura ver-[illegible]. Propôs a autogestão operária como meio [illegible] novas formas de organização dos tra-[illegible] na gestão da produção e da vida social.

Entendendo a autogestão como a única for-[illegible] democracia efectiva, idealizam-na enquanto [illegible] directa a partir de uma consciência de classe [illegible] a emancipação dos trabalhadores. É [illegible] neste aspecto que se estreitam os laços [illegible] vontade revolucionária e uma pedagogia [illegible] no princípio da liberdade.

É o próprio resgate da história do movi-[illegible] anarquista que nos informa sobre o elevado [illegible] de Escolas, Centros de Cultura e inclusive [illegible] Universidade Popular que foram criadas e [illegible] pelo anarco-sindicalismo da época. [illegible] forma, evidencia-se a importância por eles [illegible] à educação no movimento de eman-[illegible] com vistas à transformação da sociedade.

Neste sentido, faremos uma análise da [illegible] no Brasil, no começo do século, a partir [illegible] concepção libertária com o propósito de [illegible] para o resgate da história não contada [illegible] à margem da história oficial da educação [illegible], ainda, fornecer informações a respeito da [illegible] entre a educação libertária e o movimento [illegible] organização do operariado na luta pela transformação de suas condições de existência.

De uma maneira geral, quando se fala das tendências pedagógicas que têm influenciado a prática escolar de professores brasileiros, as informações sobre a pedagogia libertária reduzem-se a citações superficiais.

Ao trazermos para análise as experiências pedagógicas libertárias desenvolvidas no Brasil, é nossa intenção não apenas recolocar a presença desta pedagogia e sua importância na educação da classe trabalhadora no início do século, mas também, rever seus princípios na busca de novas possibilidades para uma acção educativa menos autoritária na actualidade.

I

O Pensamento Pedagógico Libertário: uma realidade presente na prática revolucionária do início do século XX.

O movimento educacional desenvolvido pelos anarquistas brasileiros no início do século, espelhava-se no movimento educacional que, nesta mesma época, desenvolvia-se noutros países, em particular na Espanha, onde Ferrer y Guardia sistematizava as bases da educação anarquista em sua Escola Moderna. Apesar de sua exígua experiência educativa[1], os princípios da Escola Moderna de Ferrer foram adoptados em vários países, inclusive no Brasil.

Os novos métodos de ensino propostos e implantados pela Escola Moderna, tendo por base o respeito à liberdade, à individualidade, à expressão da criança, reorganizaram o fazer pedagógico imprimindo-lhe autêntica função revolucionária.

---

[1] Ferrer abriu sua escola, a Escola Moderna de Barcelona, em 1901 e em 1906 foi fechada pelo governo, após atentado sofrido por Afonso XII, sob a alegação de que abrigava em seu interior terroristas. Para maiores esclarecimentos ver: KASSICK (1993), SOLÀ (1978), MONÉS (1980) e RODRIGUES (1992).

Ao mesmo tempo que a educação anarquista buscava novos métodos pedagógicos condizentes com o projecto revolucionário, realizava a denúncia da escola enquanto instituição de reprodução dos interesses da Igreja e do Estado.

Princípios como coeducação dos sexos e de classes sociais, ensino racional e integral apontavam para uma educação livre de dogmas, de preconceitos cuja essência era o respeito a liberdade.

Tais princípios, frente ao contexto escolar elitista do início do século, buscavam a superação do conhecimento filtrado pelos dogmas e interesses da Igreja bem como a ruptura com o sistema estatal dual, onde o conhecimento parcelarizado era repassado de forma distinta para ricos e pobres.

No Brasil, a experiência pedagógica de inspiração libertária, organizada com base nos princípios da Escola Moderna, foi de grande importância para a educação dos trabalhadores brasileiros no início do século, chegando a se constituir quase que na única escola a que efectivamente tinham acesso, dado o desinteresse do Estado pela educação do povo.

Além disso, os princípios pedagógicos da educação libertária foram os únicos parâmetros para a contestação da pedagogia tradicional que, naquele momento imperava soberana nas escolas e nos gabinetes, bem como nas mentes de autoridades, de pais e de professores.

As escolas libertárias não se atinham apenas ao ensino formal para as crianças, ofereciam também para os adultos ensino profissional e ainda, através dos Centros de Cultura Social, realizavam palestras e conferências à noite ou aos domingos — as chamadas Sessões de Propaganda Científica.

Verifica-se assim que, apesar de pouco lembrada e referenciada, a educação anarquista foi importante não apenas para a "instituição escola" e para o seu fazer pedagógico, mas também para a própria Pedagogia, que incorporou muitos de seus princípios.

Antes de mais nada, devemos entender a escola libertária dentro do contexto de oposição anarquista à estrutura da sociedade no início do século. Neste sentido, andavam juntos, escola, jornais, centros de estudos sociais, militância, panfletagem, greves, enfim, todo um conjunto de actividades e acções directas que visavam fundamentalmente à transformação da sociedade opressora e exploradora na qual viviam os operários.

Na escola, os jornais operários serviam de suporte técnico para as salas de aula através de seus artigos, muitos deles contendo a tradução de textos de educadores anarquista estrangeiros. Deste modo, ao mesmo tempo que forneciam material para análise e estudo dos alunos, divulgavam as ideias anarquistas e as experiências pedagógicas libertárias desenvolvidas em outros países.

Esse procedimento articulado, entre imprensa anarquista e pedagogia, já havia sido adoptado desde as primeiras experiências libertárias, como, por exemplo, as desenvolvidas na França por ROBIN, no Orfanato de Cempuis[1], na Espanha, por Ferrer[2], na Escola Moderna e por Faure[3] na França, na Colméia. Nessas experiências, a imprensa era apenas uma das várias oficinas de aprendizagem oferecidas aos jovens, as quais

---

[1] Paul Robin (1837-1912) foi diretor do Orfanato de Cempuis, durante o período de 1880-1894, onde aplicou os princípios da educação integral que havia elaborado, quando, em 1867, no Congresso de Lausanne, a Associação Internacional de Trabalhadores incluiu entre os seus temas o da educação integral e para o qual Robin foi designado para enunciar, o que o faz no Congresso seguinte, o de Bruxelas, em 1868.

[2] Fracesc Ferrer y Guardia (1859-1909) foi provavelmente o pedagogo mais significativo para a educação libertária. Seu ideário pedagógico é o resultado da sistematização do pensamento libertário até então desenvolvido por ele e por outros companheiros libertários. Esta proposta se concretizou através da Escola Moderna da Rua Baillen, Barcelona-Espanha, fechada pelo governo Espanhol em 1906, mas que, independente de seu fechamento, originou o chamado "Movimento Pró Escola Moderna". Este fato, aliado à repercussão política de seu assassinato, tornaram-no conhecido mundialmente. A este respeito ver KASSICK (1993).

[3] Sebastien Faure (1858-1942) foi o fundador e diretor da escola "La Ruche" durante todo o período de seu funcionamento, de 1904 a 1917, em Rambouillet (Seine-et-Oise),organizada de forma semelhante a experiência do Orfanato de Cempuis de Robim. A este respeito, ver: TOMASSI (1978), MORIYON (1989) e KASSICK (1993).

[illegible] ideia de educação integral [illegible].

[illegible] relatar, em especial, o caso [illegible] relação ao funcionamento da [illegible]. [illegible] serviço, além de atender às [illegible] de consumo interno, atendia [illegible] pedidos de fora, encomendados por [illegible] Colméia: sindicatos, cooperativas, [illegible] populares, bolsas de trabalho e [illegible] empreendimentos de vanguarda. Em [illegible], tanto os estudantes quanto os traba[illegible] sempre em contacto com o texto [illegible] e activo porque expressão da própria [illegible], ora organizando o movimento de [illegible] fábrica, ora trazendo o conhecimento [illegible] capaz de libertar a mente do obscu[illegible] imposto pelo dogmatismo da época.

[illegible] textos representavam, ao mesmo [illegible], a acção integrada dos anarquistas nos [illegible] de luta dos operários e a rejeição aos [illegible] que o clero e o Estado utilizavam para [illegible] valores e a ideologia burguesa, os quais, [illegible] de promover a crítica da realidade, [illegible] apenas "***entreter as crianças***" (FERRER [illegible], 1980). Por esta razão, ao movimento [illegible] logo se ligava a escola e a imprensa [illegible], capazes de desenvolver e divulgar suas [illegible] e realizações.

Conforme informa RODRIGUES (1992), as [illegible] libertárias foram introduzidas no movi[illegible] sindicalista brasileiro pelos trabalhadores [illegible]stas-imigrantes espanhóis, italianos e [illegible]eses e representou a frente de luta mais [illegible]cativa nas duas primeiras décadas do século [illegible] a exploração do operariado brasileiro.

Foi esse mecanismo adoptado pela im[illegible] anarquista, de publicar o material necessá[illegible] à divulgação de suas ideias, que permitiu aos [illegible]quistas brasileiros terem conhecimento [illegible]diato das experiências desenvolvidas em [illegible] países. Conforme nos traz LUIZETTO ([illegible]2:62): "***O rumo tomado pelo movimento [illegible]rquista na Europa não poderia deixar de imprimir sua marca na comunidade dos socialistas libertários no Brasil, formada exactamente naquela ocasião. De fato inspirados nas ideias e nas experiências dos educadores libertários, criaram em várias cidades 'Escolas Modernas'e 'Centros de Estudos Sociais' para a prática do ensino mútuo***"[4]

Consideramos de fundamental importância essa informação, pois nos remete a reflectir sobre a maneira de recepção de tais ideias vindas de "fora".

Enquanto o sistema oficial de educação caracterizava-se pelas constantes reformas, elaboradas em gabinete, à luz de modelos transplantados de outras realidades, os anarquistas assimilavam de forma crítica as contribuições dos companheiros estrangeiros, discutindo amplamente, dentro do próprio movimento de organização da luta dos trabalhadores, a validade de tais contribuições. Nos primeiros, vemos a desarticulação entre as propostas e as necessidades reais dos destinatários; nos segundos, teoria e prática se interpenetram e se modificam no contacto com a própria prática revolucionária.

Segundo LUIZETTO (op.cit.) "***...a ideia era criar, paralela e rigorosamente em oposição ao sistema oficial e privado dominante, um autêntico sistema de ensino".***

Como já vimos, para esse fim articulavam-se a imprensa operária, os sindicatos, os centros de cultura social, as ligas dos trabalhadores e as escolas libertárias.

Os militantes envolvidos com a imprensa anarquista foram os maiores responsáveis pela aquisição e divulgação do material escrito sobre educação anarquista. "***Através da correspondência mantida com núcleos libertários no exterior, recebiam livros, jornais e revistas,***

[4] Foram criadas, neste período, segundo Rodrigues (1992) mais de 50 escolas, bibliotecas e centros de cultura nos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Ceará, Sergipe e Pará, cuja importância foi bastente significativa para a classe operária face ao descomprometimento do governo para com a educação do trabalhador e de seus filhos..

logo postos a venda nas redacções dos próprios jornais e/ou distribuídos pelos vários Centro de Estudos Sociais". (Op. cit.:63).

Era de vital importância, para o êxito do empreendimento, esse carácter de rede de informações e trocas, baseado nitidamente no princípio da ajuda mútua.

Tal princípio, posto em prática através da acção directa no próprio local de trabalho, representou um autêntico ato revolucionário diante dos altos índices de analfabetismo da época[1]. Conforme Rodrigues (1992) ***"...a maioria dos operários havia trocado a escola pela fábrica e pela oficina aos seis e sete anos de idade, para ajudar seus pais a sustentar a prole. Por isso, os mais ilustrados, tinham que ler os jornais e prospectos em voz alta, em grupo, nos locais de trabalho, às horas do 'almoço' ou nas sedes das associações para que a maioria de analfabetos pudessem ouvir, compreender as ideias, os métodos de luta, memorizá-los, assimilá-los!"***.

Apesar de duramente atingidos pela exploração burguesa e pelas limitações impostas pelo analfabetismo, os trabalhadores ligados ao movimento anarco-sindicalista, ao mesmo tempo que lutavam para melhorar suas condições de vida, adquiriam uma cultura de base muito superior à dos demais trabalhadores.

Evidentemente, a criação pelo movimento anarquista de várias escolas de alfabetização para as crianças e de artes e ofícios para os adultos, vinculava-se directamente ao fortalecimento das capacidades de luta dos trabalhadores.

O trabalho dos militantes na imprensa anarquista se deu também através da tradução de textos e de relatos de experiências libertárias em educação, que, às vezes, era responsável pelo fato de novas iniciativas serem conhecidas simultaneamente na Europa e no Brasil. Desse modo, os anarquistas brasileiros, em especial os educadores, puderam ter conhecimento imediato das experiências desenvolvidas fora do Brasil e que atendiam à demanda da educação popular em outros países. À medida que essas informações circulavam e eram discutidas, forneciam os instrumentos para que os trabalhadores pudessem avaliar as condições precárias da educação que lhes era oferecida e criar suas próprias alternativas.

Percebe-se assim, o quanto a imprensa anarquista alimentou o movimento anarco-sindicalista e, de dentro dele, subsidiou o campo da educação.

Vale a pena lembrar ainda, que essa imprensa medrou na marginalidade, sendo muitas vezes perseguida, confiscada e dizimada pela repressão do governo e do clero.

O movimento libertário influenciado pelas ideias pedagógicas que chegavam da Europa, assimilou os pressupostos de duas vertentes pedagógicas: ***o ensino integral*** – sistematizado e aplicado por Paul ROBIN, no Orfanato de Cempuis; e ***o ensino racional*** – organizado e difundido por Ferrer, fundador da Escola Moderna de Barcelona/Espanha.

Estas duas vertentes não são excludentes, muito pelo contrário, são complementares e correspondem a dois grandes enfoques eleitos pelos educadores do passado como forma de romper com a educação classista da época. Esta, organizada num sistema dual, oferecia uma educação científica para a burguesia e uma educação profissional para os filhos do povo. Aos primeiros, o ensino das ciências, das artes e, consequentemente, o poder intelectual da época, que lhes garantia a função de dirigentes. Aos segundos, a aprendizagem parcial referente ao ofício, cuja demanda, decorrente da divisão social do trabalho, formava a grande massa de mão-de-obra fabril, apta para o trabalho braçal e para a submissão.

Contrapondo-se a esse modelo reforçador da divisão social do trabalho, organizaram uma

[1] Conforme Ribeiro (1991:74) os índices de analfabetismo da população brasileira para pessoas de todas as idades, em 1890 era de 85%; em 1900 e em 1920 de 75%

[illegible] educação para o desenvolvimento [illegible] homem, ou seja, físico, intelectual e [illegible]. [illegible] tanto, propuseram o acesso ao [illegible] sem a tradicional separação entre [illegible] manual e intelectual, entre saberes do [illegible] conhecimento científico. Portanto, ao [illegible] tempo era ensino integral e racional, [illegible] o conhecimento teórico e prático, [illegible] *"...sólidas noções justas, claras, [illegible], mesmo que muito elementares de [illegible] ciências e de todas as artes."* (ROBIN, [illegible], 1985:78).

[illegible], a intenção era oferecer à criança uma [illegible] conhecimentos tão ampla, que lhe [illegible], mais tarde, uma opção consciente [illegible] da escolha da profissão fundamentada nas [illegible], como forma de escapar do dogmatismo [illegible] da época.

Se, ao substituir as verdades da fé pela [illegible] científica, o racionalismo pedagógico [illegible] mostra seu carácter positivista, este se [illegible] no interior do processo pedagógico [illegible], conforme esclarece Gallo (1992:20,21) *"[illegible] da importância dada a ciência, em [illegible] o racionalismo e o positivismo clássico [illegible] de certo modo invertidos: a ciência [illegible] sentido se estiver a serviço do homem [illegible] ao contrário; e a razão, embora seja o [illegible] do conhecimento, é encarada apenas [illegible] uma das facetas do homem, formando [illegible] conjunto com as emoções, os desejos, etc. – [illegible] verdadeiro 'sacrilégio' para o raciona-[illegible] clássico, que vê na razão a mestra única".*

No final do século passado e início deste, [illegible] postura, antes de celebrar uma comunhão de [illegible] com o positivismo de Comte, representava [illegible] contrapartida capaz de fazer frente ao obscu-[illegible] imposto pela palavra mística da Igreja.

No confronto ideológico, os educadores [illegible] anarquistas combateram esse dogmatismo onde [illegible] que se manifestasse, atacando, conforme [illegible] LUIZETTO (1982:64), ***"...a concepção [illegible] dominante de educação, de escola, em larga medida sob o controle directo de instituições confessionais, ou oficiais formalmente leigos, mas amplamente permeadas pelas doutrinas religiosas".***

Essa constante luta dos anarquistas tanto contra a escola confessional quanto a oficial, baseava-se na crença de que uma sociedade justa só seria possível se, às novas gerações, pudessem ser mostradas as causas do desequilíbrio social, e isto jamais ocorreria se a educação continuasse a ser oferecida separadamente às diferentes classes sociais. A educação dual, segundo eles, só cristalizaria a desigualdade econômico-social entre as classes e, em consequência, a exploração de uma pela outra, como se isto fosse um inevitável destino. Por isso, Ferrer defendia a ideia da coeducação de classes, partindo do princípio de que os homens nascem iguais e devem gozar os mesmos direitos ao longo da existência. Pensava ele que a convivência entre pobres e ricos, quando ainda crianças, possibilitaria superar as discriminações sociais e evitar o problema de ódio entre as classes. O que o levou a afirmar, com relação à educação: ***"...não podemos confiá-la ao Estado, nem ao outros órgãos oficiais na medida em que são sustentáculos dos privilégios, obrigatoriamente conservadores e fomentadores de leis que consagram a exploração do homem. O ensino, seja oficial ou 'laico', está cheio de superstições anti-científicas. Cabe visitar as Associações Operárias, as Fraternidades Republicanas, os Centros de Instrução e Ateneus Operários e encontrar-se-á ali a verdadeira linguagem da verdade, aconselhando a união, o esforço e a atenção constante ao problema da instrução racional e científica, da instrução que demonstre a injustiça de qualquer privilégio"*** (Apud: TRAGTEMBERG, 1978:28).

Se, por um lado, os anarquistas rejeitaram a escola confessional e oficial pelos motivos já apontados, por outro lado, ficavam na condição de prover os meios necessários para a manutenção

de suas escolas. E este foi um problema constante no movimento libertário, o qual procuraram resolver por vários artifícios: por contribuição directa dos alunos ou de seus familiares, ou por contribuição indirecta, através de festas, rifas, quermesses, etc., ou ainda através de doações voluntárias.

Para melhor entender essa posição dos educadores anarquistas, de chamar os operários (apesar dos seus baixos salários) para prover a sustentação económica da escola, é necessário relacioná-la ao contexto mais amplo das lutas anarquistas, caso contrário, correr-se-á o risco de, numa interpretação ligeira, condenar este movimento por querer dos operários que duplamente sustentassem a escola: pela via dos impostos e pela via da contribuição directa. Na luta mais ampla - a contra o Estado - incitava os operários a não efectuarem o pagamento dos impostos cobrados pelo Estado para aplicarem em suas reais necessidades, com a segurança e certeza do aproveitamento e gestão directa do investimento.

Convém enfatizar que os anarquistas não acreditavam que a educação confessional ou oficial estivessem preocupadas em promover a libertação dos operários ou de seus filhos do jugo e da exploração do capital. O que os levava a afirmar: ***"Camaradas ! arranquemos a criança ao padre e ao governo!"*** (citado por LUIZETTO, 1982:67). Daí a importância dada às escolas por eles criadas, apesar das dificuldades na sua manutenção.

Era consenso entre os anarquistas que ***"...a instrução é um dos meios mais eficazes de que podemos dispor para o maior derramamento do anarquismo"*** (op.cit.:68).

Frente a essas dificuldades, pode-se dizer que os anarquistas tinham um ousado e ambicioso

Painel com filhos de anarquistas de São Paulo: alunos e professores da Escola Moderna

[illegible] os trabalhadores, abran- [illegible] adolescência e a idade adulta.

[illegible] dos anarquistas na área da [illegible] através dos Centros de [illegible] cujos objectivos, além da [illegible] cursos de instrução para os [illegible] de ***"...biblioteca para [illegible] o estudo das questões [illegible] "...a mesa de leitura está à [illegible] todos, desde as 8 horas da [illegible] horas da noite, todos os dias"*** [illegible] ponto, sentimos a necessidade [illegible] porquê do uso da "propaganda" [illegible] dos ideais libertários. Para tanto [illegible] novamente ao princípio básico [illegible]. Por este princípio, ninguém [illegible] a fazer o que não deseja: [illegible] ***lembrar que se em seu nome*** (da [illegible]) ***os libertários reagiram contra todo [illegible] de opressão, sentiam-se em contra- [illegible] impedidos, pelo mesmo motivo, de [illegible] o exercício de qualquer [illegible] de coerção".*** (LUIZETTO, 1982: 42). Em [illegible] disso, utilizavam a táctica do convenci- [illegible] importância da propaganda anar- [illegible] jornal que davam-lhe suporte técnico.

[illegible] o quadro das instituições [illegible] pelo sistema de ensino libertário, havia [illegible] "Universidade Popular de Ensino", criada [illegible], que apesar da duração efémera, de julho [illegible], pretendia complementar o sistema de [illegible] libertária. Sua organização curricular [illegible] através de unidades temáticas inde- [illegible], proferidas através de aulas-palestras e [illegible] divulgadas com antecedência na [illegible] anarquista. Desta forma, ***"...aqueles [illegible] perdiam alguma palestra não ficavam [illegible] de continuar o curso. Tudo era [illegible] sem burocracia: bastava que qualquer [illegible] entrasse na Universidade, pagas- [illegible] taxa de 1$000 e estava matriculado nos [illegible]".*** (GUIRALDELLI, 1987:122).

II
A Educação Libertária: objectivos e métodos

Os novos métodos de ensino propostos e implantados pela Escola Moderna tinham por base o respeito à liberdade, à individualidade, à expressão e ao pensar da criança.

Esta metodologia seguia os princípios da coeducação de sexos, coeducação de classes, do ensino racional, antiautoritário e integral e a formação do ser moral.

A ênfase no ensino racional tinha por objectivo, segundo o que preconizava Ferrer, substituir os métodos dogmáticos da teologia, pelo método racional indicado pelas ciências naturais. Ora, se tal posicionamento se fazia necessário na época, em face da contestação ao ensino dogmático, nem por isso podemos deixar de reconhecer o aparente "carácter positivista" que isto gerou no ensino. Crítica, aliás, já feita pelos próprios anarquistas, que debitam este fato às necessidades e limitações históricas da época[1].

Outro aspecto relevante diz respeito a importância dada à vivência das situações enquanto método de acção. Como exemplo, pode-se citar a produção de matérias publicadas pela imprensa operária da época que serviam, ao mesmo tempo, para reflectir os problemas quotidianos dos trabalhadores bem como mediar o movimento de organização e luta operária. Ou ainda, o que nos permite inferir a nota publicada no Boletim da Escola Moderna de São Paulo, datado de 13/10/1918, página 4, que esclarece aos leitores que o jornal "O INÍCIO", cuja publicação era de responsabilidade dos alunos da Escola Moderna, não seria editado por razões de ordem financeira. A consequência do comunicado, deixa transparecer a relevância dada a tal empreendimento: ***"...Isto, porém, não impede de tornar a fazer-se a publicação d'O INÍCIO, mais***

[1] A este respeito ver Gallo (1992).

tarde, quando as cousas melhorarem.(...) E é esse o nosso desejo, porque entendemos que os alumnos também precisam de exercitar-se na imprensa, afim de se habilitarem para a luta do pensamento na sua cooperação para o progresso moral e intellectual da humanidade. Ahi fica, pois, a explicação" (conservamos a grafia original).

Quanto aos objectivos pretendidos pela educação anarquista, é importante destacar a relação entre educação e a revolução social.

Se para os anarquistas a questão não era apenas a substituição dos dirigentes, mas sim a de acabar com a própria hierarquia, isto é, com todas as formas de representação do Estado, cabia a educação libertária o desenvolvimento da *"consciência anárquica"*, capaz de rejeitar na raiz qualquer relação autoritária e desejar outra forma de organização social - *a autogestão.* Neste sentido, já afirmava Fábio Luz[1] ***"Para derrubar o Estado, o governo e a propriedade, é necessário que cada um esteja em condições de dirigir-se por si. Do contrário, cairemos no domínio dos mais audazes e mais espertos, dos guias, dos preparados"*** (Apud LUIZETTO, 1982:79).

Na esteira desse pensamento, percebe-se a importância da educação para a revolução social, e o esforço realizado pelos anarquistas para atingir toda a classe operária da época: crianças, jovens e adultos.

O objectivo primordial da educação anarquista pode ser resumido nas palavras do Comitê Paulista pró ensino racionalista: ***"...provocar junto com o desenvolvimento da inteligência, a formação do carácter, apoiando toda a concepção moral sobre a lei da solidariedade"*** e assim ***"...fazer da criança um homem livre e completo, que sabe porque estudou, porque reflectiu, porque analisou, porque fez de si mesmo uma consciência própria..."*** (Apud, LUIZETTO, 1982:70).

Embora o sistema de ensino previsto pelos anarquista contemplasse a ideia de educação permanente, englobando modalidades para a educação de adultos, o foco de atenção era a educação básica, ou seja, uma escola elementar racionalista para ambos os sexos.

Novamente convém contextualizar esse propósito diante da realidade vivenciada e contestada pelos educadores anarquistas.

Na época, o contexto educacional impunha a educação de meninos e meninas, em separado. Por ousar colocar lado a lado ambos os sexos, numa mesma sala, numa mesma actividade educativa, os educadores libertários tiveram que suportar toda a sorte de pressões da Igreja, que, utilizando-se de artimanhas, da imprensa, das instituições, buscava colocar a população contra aquilo que considerava um "descalabro" - a coeducação dos sexos.

Observe-se por exemplo, o libelo publicado no jornal *A Gazeta do Povo* em 19/2/1910, em que a Igreja exorta o povo e o próprio governo a banir a escola anarquista da sociedade: ***"...todo o mundo já sabe que em São Paulo trata-se de fundar un's institutos para a corrupção do operário, nos moldes da Escola Moderna de Barcelona, o ninho do anarquismo de onde sairam os piores bandidos prontos a impor suas idéias, custasse embora o que custou. Ora, uma tal casa de perversão do povo vai constituir um perigo máximo para São Paulo. E é preciso acrescentar que não somos só nós os católicos que ficaremos expostos a sanha dos irresponsáveis que saíssem da Escola Moderna. Brasileiros e patriotas, havemos todos de sentir o desgosto, uma vez realizados os intuitos da impiedade avançada, de ver insultada a pátria, achincalhadas as nossas autoridades, menosprezadas as nossas tradições de povo livre, por estrangeiros ingratos que abusam do nosso excesso de hospitalidade e tolerância. (...) A Escola***

[1] Fábio Luz (1864-1938) - formou-se em medicina, em 1888, pela Faculdade de Medicina da Bahia. Participou da fundação da Universidade Popular de Ensino Livre, em 1904, onde foi professor da cadeira de higiene.

[illegible] *pregar a anarquia, estabelecer [illegible] filosofia transcendental, discutir a [illegible] de Deus e semear a discordia... [illegible] a dinamite em ação."* (Apud [illegible], 1992:69).

[illegible] manifesto demostra claramente a [illegible] Igreja, em relação a educação libertária. [illegible] ao Estado no combate aos "...institu- [illegible] corrupção do operário..." vê concre- [illegible] objectivo com o fechamento oficial em [illegible] da Escola Moderna n° 1 e Escola Moderna [illegible] São Paulo.

III
Educação Libertária e Revolução Social

Verificamos até aqui a importância dada à educação, e os esforços empreendidos pelo movimento anarco-sindicalista do início deste século, na organização de um sistema educacional destinado ao operariado e a seus familiares.

Passaremos agora a aprofundar alguns aspectos que esclareçam a ligação entre a educação [illegible] objectivos revolucionários do movimento.

Devemos ter presente o entendimento e a maneira de encaminhamento da revolução social no pensamento libertário, que põe em destaque a relação entre meios e fins, o que nos permite afirmar que todo o movimento de educação do povo (crianças, jovens, adultos), desenvolvido através das escolas, dos centros de cultura social, dos jornais operários, da panfletagem, dos discursos, das palestras, das conferências aos domingos, etc., tudo tinha um objectivo claro: *a revolução social.* Revolução social como forma de acabar com a exploração do homem pelo homem através da implantação de uma outra organização sócio-produtiva, capaz de possibilitar a todos a realização plena no trabalho cooperativo, solidário e autogestionário.

Diferentemente dos socialistas que pregavam a revolução política, os anarquistas tinham presente que apenas a revolução política não seria capaz de atender as necessidades do povo. A revolução política, como a queriam os socialistas autoritários, somente possibilitaria a inversão do poder, porém nunca a sua extinção. No dizer de LUIZETTO (1982:76), interpretando os ideais anarquistas: ***"Uma sociedade de homens livres não pode ter seus alicerces fundados no fortalecimento da autoridade que supõe a separação entre dirigentes e dirigidos, governantes e governados."***

Para eles (os anarquistas), a tomada do poder, isto é, a instauração de um governo revolucionário, em vez de acabar com as diferenças de classe, estaria somente consolidando o Estado e engendrando uma nova sociedade de classes e uma nova classe dirigente.

O argumento, portanto, da negação da revolução política fundamentava-se na não-aceitação das relações de poder que lhe são inerentes e que mantêm a dicotomia dirigentes/dirigidos.

Para os libertários, a única forma de eliminar essa relação de desigualdade, na qual uma minoria dirigente submete a maioria dirigida, é restabelecendo a força social da colectividade. E este não é um ato de doação, nem mesmo algo que um grupo rebelde de vanguarda toma de assalto dos expropriadores. Conforme Malatesta (Apud LUIZETTO, 1986:46): ***"...não existem homens e partidos providenciais que possam substituir utilmente a vontade dos outros pela sua própria e fazer o bem pela força: pensamos que a vida toma sempre as formas que resultam do contraste de interesses e ideias daqueles que pensam e que querem. Portanto convocamos todos a pensar e a querer."***

Antes de lutar pela liberdade, o homem precisa desejá-la, gestá-la em pensamento e assim forjar a acção para concretizá-la, disso resulta a importância da educação na formação da

"consciência social anárquica", passível de formar sujeitos críticos que não se deixem expropriar quer economicamente, via excedente produtivo, quer socialmente, via força social. Tal consciência desencadeia necessariamente outras formas de pensar e viver a relação entre as pessoas. Estas formas distanciam-se da organização social piramidal própria das sociedades de Estado e aproximam-se da organização social em bases autogestionárias. Esta última só pode não efectivar-se numa sociedade sem hierarquias de poder, o que demanda a revolução social como forma de transformação das instituições autoritárias.

Nota-se, portanto, a influência da lógica proudhoniana[1] no pensamento anarquista que esclarecia que da mesma forma que o capital expropria do operário o excedente produtivo, o Estado expropria da colectividade a força social, utilizando-a, via poder político, para a submissão e submetimento dos geradores desse poder social (a colectividade).

Em decorrência, podemos perceber a importância da educação dentro do amplo movimento de emancipação popular pretendido pelos anarquistas, contribuindo ao mesmo tempo para *"transformar a consciência humana"* e para a produção da cultura necessária para propiciar a transformação da sociedade a partir da recriação permanente do quotidiano, ou seja, das própria instituições sociais, Nas palavras de João Penteado[2], ***"...a instrução é o caminho que nos conduzirá ao grande objectivo, que só alcançaremos pela revolução".*** (Apud LUIZETTO, 1982:79).

Vemos assim o quanto significava a educação para o movimento mais amplo desejado pelos libertários e o quanto se empenharam, para que esta educação pudesse contribuir efectivamente para a transformação social, apesar dos reveses que sofreu, tanto da parte da Igreja como do Estado.

De certa forma, essas instituições (Igreja e Estado), ao se renovarem, pelo menos em parte, assimilaram a influência de vários ideais e princípios libertários, mas que no entanto, ***"...não tem produzido alterações substanciais no sentido de buscar a transformação social. O que se percebe são apenas reformas que desencadearam um avanço qualitativo no processo, sem maiores implicações referentes à estrutura organizacional hierárquica, ou seja, sem colocar em risco a 'espinha dorsal' do Estado".*** (KASSICK, 1993:201).

[1] Pierre-Joseph Proudhon. (1809 - 1865) Filósofo francês responsável pela primeira sistematização do pensamento libertário expresso através de sua vasta obra, principalmente: Sistema das contradições económicas ou filosofia da miséria; Da justiça na revolução e na Igreja; O que é a propriedade?; Do princípio Federativo e da necessidade de reconstituir parte da revolução; Confissões de um revolucionário por servir a história da revolução de Fevereiro; Da capacidade política das classes operárias, etc.

[2] João Penteado (1877-1965), diretor da Escola Moderna nº 1, inaugurada em 13 de Maio de 1912, na cidade de São Paulo.revolução de Fevereiro; Da capacidade política das classes operárias, etc.

Bibliografia Citada

BARRANCOS, Dora Beatriz. *Destruir é construir: anarquismo, educação e problemática dos costumes.* Dissertação de Mestrado, Belo Horizonte, FAE,UFMG, 1985.

BOLETIM DA ESCOLA MODERNA: Suplemento sobre a obra de Ferrer. FAC SIMILE, Co-edição: Centro de Memória Sindical e Arquivo do Estado de São Paulo, 1991.

GALLO, Sílvio D. de Oliveira. *Educação Anarquista: por uma pedagogia do risco.* Dissertação de Mestrado Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.

______________________. Educação e Liberdade: a experiência da Escola Moderna de Barcelona. In: *Pró-Posições.* Campinas: SP, Vol.3, nº 3(9), 1992.

GHIRALDELLI JÚNIOR. Paulo. *Educação e movimento operário.* São Paulo: Cortez:Autores Associados, 1987.

KASSICK, Clovis N. *Os Caminhos da Ruptura do Autoritarismo Pedagógico: O estabelecimento de novas relações sociais como possibilidade de novas relações de trabalho.* Dissertação de Mestrado - Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 1992.

______________________. *O movimento das escolas alternativas no Brasil: o ressurgir da educação libertária?* Palestra proferida durante o 1º Festival de Arte e Cultura sem fronteiras"

em Florianópolis/SC de 08 a 17 de julho de 1994 (no prelo Editora Achiamé/RJ)

K, Neiva Beron. *Os caminhos da Ruptura do Autoritarismo Pedagógico: a ruptura das relações autoritárias para a construção coletiva do conhecimento.* Dissertação de Mestrado - Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 1993.

________________. *Paideia: Uma Escola Livre.* Boletín de la Asociación Pedagógica "PAIDEIA", N° 19, Verano, Mérida, Espanha, 1994.

________________. *Experiências pedagógicas libertárias no Brasil.* Palestra proferida durante o 1° Festival de Arte e Cultura sem fronteiras" realizado em Florianópolis/SC de 08 a 17 de julho de 1994. (no prelo, Editora Achiamé/RJ)

________________. & KASSICK, Clovis N. *Escola alternativa: da contestação à adequação à ordem vigente.* 1994 (inédito).

________________. & JENSEN, Ivone Menegotti. Los Caminos de La Ruptura del Autoritarismo Pedagógico: El Establecimiento de Nuevas Relaciones para La Construccion Coletiva del Conocimiento. In: L'ASAMBLEA, Mérida: Espanha, n° 12-13, Invierno-Primavera, 1992.

TTO, Flávio. *Utopias anarquistas.* SP: Brasiliense, 1983.

________________. Cultura e Educação Libertária no Brasil no início do século XX. In: *Educação & Sociedade*, UNICAMP, Campinas: São Paulo, ano IV, n° 12, setembro de 1982.

________________. O movimento Anarquista em São Paulo: a experiência da escola moderna n° 1 (1912-1919). In: *Educação & Sociedade*, UNICAMP, Campinas: São Paulo, ano VIII, n° 24, agosto de 1986.

NÉS, Jondi. et alli. *Ferrer Guardia y la pedagogia libertária: elementos para um debate.* Barcelona: Icaria, 1980.

YON, F.G. *Educação libertária: Bakunin e outros.* Porto Alegre, Artes Médicas, 1989.

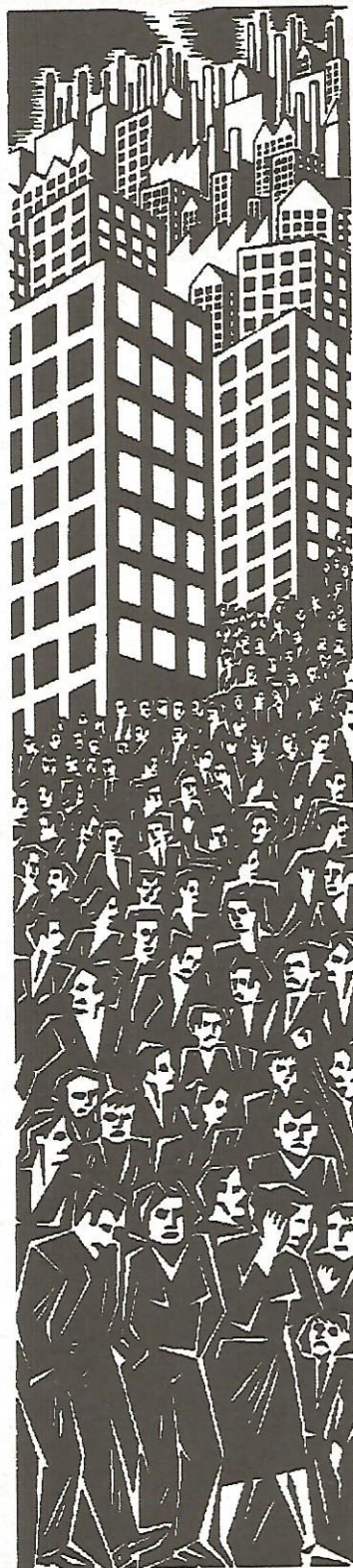
IRO, M L Santos. *História da educação brasileira.* SP:Cortez, 1991.

RIGUES, Edgar. *Os libertários: idéias e experiências anarquistas.* Petrópolis:Editora Vozes, 1988.

________________. *O anarquismo na escola, no teatro, na poesia.* Rio de Janeiro, Edições Achiamé Ltada, 1992.

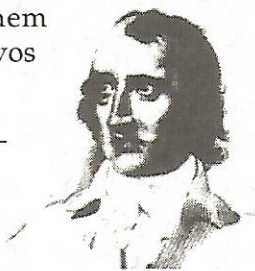
LÀ, Pere. *Las escuelas racionalistas em Cataluña* (1909-1939). Barcelona, Tusquets, 1978.

ASSI, Tina. *Breviário del pensamiento educativo libertário.* Colombia:Editoria Otra Vuelta de Tuerca, 1988.

GTEMBERG, Maurício. *sobre educação, política e sindicalismo.* São Paulo: Cortez:Autores Associados, 1982.

Libertários Sobre Educação

— *EXCERTOS* —

"Se queremos que as nossas crianças sejam sinceras e diligentes teremos que conseguir com que a franqueza e a sinceridade não se tornem para as crianças motivos de desgraças."

W. Godwin, *Enquirer* - 1797

"O principal de uma educação sensata é aprender a pensar, a discutir, a recordar, a colocar questões"

W. Godwin, *Enquirer* - 1797

"O Vosso aluno é inquieto e incómodo? Gosta de se exercitar com a madeira, a pedra ou com o ferro?
A sua cabeça, dotada de uma grande capacidade de objectivação, admite somente representações concretas e imagens?

Não o estorvem com abstracções e leis.
Dêem-lhe os instrumentos para que os maneje,
... Chegará o momento que da prática chegará até á teoria; enquanto que para alguns a inteligência precede a acção, para ele a acção é anterior à inteligência."

P. J. Proudhon, *De la Création* - 1855

"Ali onde os exames são obrigatórios (e por exame entendo qualquer tipo de pergunta e resposta) sai um objecto de estudo que exige um trabalho muito especial e atitudes particulares e que se chama «a preparação para exames». Um estudante de bacharelato aprende história, matemáticas mas sobretudo a arte de responder aos exames. Nem eu sei considerar a dita arte como objecto digno de estudo."

Tolstoi, citado por G. Vitali in *Relazione dell scuola di Jasnaja Poljana* - 1829/1910

"A educação e a escola devem formar homens livres donos de si próprios e com a possibilidade de se auto-determinarem."

Max Stirner, *O Falso Princípio da Nossa Educação* - 1844

"... quando a família ou o professor ou as circunstâncias económicas ou ambientais determinam o futuro das crianças, pelo que os ricos embora sendo estúpidos recebem uma educação refinada, enquanto que os pobres embora sejam inteligentes ficam submergidos na ignorância.

Só numa sociedade livre a formação humana pode desenvolver-se na mais completa liberdade."

M. Bakunin, *Liberdade e Revolução* - 1868

"A escola continua transmitindo uma infinidade de conhecimentos teóricos, na sua maioria inúteis, quando são precisamente as aplicações práticas as que revelam aos jovens o significado do que estudam. Isto também serve para as matérias mais abstractas, incluídos os signos

matemáticos que interessam somente se estão apresentados como signos viventes de coisas que vivem infinita e infinitamente de natureza viva e não com deduções lógicas que perderam o seu significado original."

P. Kropotkin, in *Il Pensiero* - 1909

"...três iniquidades da regulamentação escolar actual: a disciplina geradora de desilusões, de hipocrisias e de mentiras. Os programas que destroem todo o tipo de originalidades, iniciativa e responsabilidade. As notas geradoras de rivalidades, de crimes e ódios."

Manifesto para a liberdade de ensino - 1898
(Reclus, Tolstoi, Jean Gene et al.)

"O ensino racionalista da escola moderna deve abraçar tudo o que é favorável à liberdade do indivíduo e à harmonia da colectividade, para realizar um regime de paz e de bem estar para todos, sem distinção de classes nem de sexo (...)"

F. Ferrer, *La Escuela Moderna* - 1909

"Uma vez que o despotismo dos pais e dos professores se vira contra eles próprios,... a melhor forma é a confiança que se alcança dizendo à criança embora seja pequena: «Tu és livre, faz o que queres», para que deduza o direito universal à liberdade. Uma sociedade que não admite escravos, cultiva a liberdade inclusivo nas crianças."

P. Robin, *L' Enseignement* Integral - 1872

"A sociedade, sabendo que o maior castigo é a abolição dos direitos do ego, elaborou um sistema de detenção que acaba com o nome do homem e dá-lhe um número... Um sistema que priva o homem do ego e do sexo é um sistema diabólico. E as nossas aulas não são demasiado diferentes das prisões. Obrigar as crianças a estar calados nos bancos durante seis horas por dia significa arrebatar-lhes o seu primeiro direito: **o ser elas próprias.**"

A. O' Neill, in *Il Fanciullo Difficile*,
Florência - 1949

"É já conhecido o seguinte lamento acerca da escola: os estudantes submetem-se aos professores diplomados com a finalidade de obter, por sua vez, o respectivo diploma. Tanto uns como outros dizem experimentar um sentimento de frustração e explicam-no, em geral, pela falta de créditos, de tempo, de equipamentos, etc... O público é assim forçado a perguntar se não seria possível conceber o ensino de maneira diferente."

I. Illich, in *Educação sem Escola* - 1965

Excertos traduzidos e escolhidos por
J. Tavares

És cola

ARMANDO VEIGA

Ao LERMOS, ocasionalmente, as estatísticas relativas ao insucesso escolar, o mais difícil é impedir que um irónico sorriso nos adorne o rosto. Com efeito, são já às toneladas os escritos relativos à eterna questão da reforma do ensino, e apesar disso, para pasmo de muitos, os resultados positivos continuam teimosamente a mostrar-se magros ou insignificantes. Só uma conclusão, e bem lógica, podemos extrair de tais coisas: o insucesso escolar é apenas uma das formas que reveste o insucesso generalizado do sistema social debaixo de cuja canga existimos. E dessa conclusão podemos nós partir para uma outra não menos lógica: só uma alteração de substância poderá devolver aos humanos o prazer da transmissão e do acolhimento de saberes.

A escola obrigatória nasceu num período histórico muito específico e foi parte do consagrado triunfo da burguesia e das relações sociais impostas pela sua mentalidade. Hoje, a função da escola de certo modo extravasa do quadro meramente pedagógico, valendo como válvula de regulação de tensões sociais. É que o quadro do capitalismo convencional deixou de servir para explicar as relações sociais existentes. Cada vez faz menos sentido, por exemplo, falar em interesses nacionais, perante a marcha triunfal dum capitalismo perfeitamente internacionalizado, desdenhoso de fronteiras e de outros arcaísmos. O ressurgimento de tantos nacionalismos na Europa de Leste deverá ser encarado como uma guerra entre máfias locais, guerra essa desencadeada para ver quem há-de ter o privilégio de negociar com as empresas multinacionais.

O aumento permanente da escolaridade obrigatória não reflecte um qualquer altruísmo do poder político-económico perante a baixa média cultural dos seus pobres súbditos. O que esse aumento exprime é um enquadramento logístico e ideológico de enormes massas juvenis, cujos indivíduos vêem assim preterido o seu estatuto de adultos.

Convém de facto ter presente que todo o processo de ensino se baseia num pressuposto mais fundo e difícil de extirpar, a saber: que a criança é um ser incompleto e que só com a intervenção dos adultos pode evoluir. Ironizando a respeito dessa monstruosidade, Georg Groddeck lembrou um dia ser o adulto uma criança que perdeu quase todas as capacidades...

Só a destruição das comunidades sociais levada a cabo pelo capitalismo permite instaurar a escola como uma esfera à parte do todo social. Nas socie-

[illegible] onde essa separação não existe, a aprendiza[illegible] não se distingue das outras actividades sociais; [illegible] aí de uma lúdica osmose plenamente [illegible]. Deste modo, só quando a sociedade puder [illegible]entada em bases comunitárias deixará o [illegible] da educação de possuir a presente carga [illegible]masoquista, que faz de professores e alunos [illegible] potencialmente desequilibrados e neuróticos.

[illegible]rrar crianças num espaço carcerário, deli[illegible]-lhes os horizontes, reprimindo nelas à [illegible] todo o gesto autêntico, canalizando-as [illegible] uma necessária passividade doentia, releva [illegible] da necrofagia do que da pedagogia. E [illegible]mente mostra aquilo a que se vê reduzido o [illegible] vivencial dos adultos, que teimam em [illegible] a mesma escala de valores a seres ainda não [illegible]tamente destruídos ou domesticados: um [illegible] em que a única realidade tangível é a arre[illegible]ção de caserna. Não é aliás por acaso que a [illegible]ctura escolar reflecte essa incomensurável [illegible]nalização duma época como a nossa. O [illegible] tragicómico disto poderíamos encontrá-lo, [illegible] exemplo, numa certa prisão onde durante anos [illegible]ou uma escola preparatória, caso ocorrido [illegible] progressiva vila do nordeste transmontano... [illegible] os modernos edifícios que avançadamente vão [illegible]ndo o país são o exemplo perfeito da cari[illegible] estatal de tudo: *fotocopiados*, do Minho aos [illegible], tal como os *programas* neles leccionados, [illegible] se a terra fosse plana — ou chata.

[illegible]bém a industrialização teve de enquartelar [illegible] enormes de camponeses e artesãos, lança[illegible] na miséria pela ignomínia feudal. Industriali[illegible] essa levada a cabo, primeiro com a destrui[illegible] dos povos coloniais e depois com o suor e o [illegible] de milhões de deserdados nas metrópoles, [illegible] distinção de idades, e que hoje mostra os [illegible] visíveis e incontornáveis da sua acção: o [illegible]namento do planeta e, se lhe for dado tem[illegible], de toda a galáxia.

Conduz-nos isto, inexoravelmente, à crítica da orientação dos conhecimentos e sua transmissão. Hoje já ninguém pode negar sem despudor que a ciência se encontra inteiramente dominada pelos interesses militares e económicos, dois aspectos indissociáveis da mesma realidade. Se a Grécia antiga de certo modo constituiu um farol civilizador, ela transportava também no seu bojo o vírus que a faria desaparecer: a escravatura. Sociedade já então dividida em planificadores do trabalho dos outros e executantes, toda a tecnologia nascente apontava no sentido da escravização de uns e no domínio de outros. Daí o apego que o Ocidente demonstra por tal mãe. Efectivamente, aquilo que constitui o pilar da presente orgânica social é a divisão social do trabalho, levada já a limites caricaturais, onde cabe a servidão do homem a uma tarefa que lhe há-de absorver a vida toda, do pedreiro ao mais pretensioso especialista (especialização, de resto, que tende para o nada absoluto).

Para referir casos extremos, poderíamos dizer que as sociedades nativas do Brasil, por exemplo, representavam uma boa antítese do «modelo ocidental», não sendo aquelas, justamente, sociedades de penúria. Parece até que as populações desse continente eram em número nada inferior ao da tão *civilizada* Europa. Estranha impressão causaram pois, com que razão, aos tais «descobridores», pois além de proverem a um desafogado sustento ainda lhes sobrava tempo para festas a bem dizer diárias. Sabemos de que modo *educacional* tudo isso acabou.

O mito da alfabetização é só mais um dos que povoam a esfera do Estado. Quando os resultados dessa acção levam um povo inteiro a ler primordialmente os pasquins desportivos, cartilhas permanentes duma religião laica, convirá pelo menos frisar que estamos com isso muito aquém da sociedade de antes da Revolução Francesa. De facto, e isso sem constrangimentos económicos ou

de outra laia, as «petites écoles chrétiennes» fundadas no reinado de Luís XIV, põem em França 47% dos homens e 27% das mulheres a ler *antes da Revolução.* Ainda em França, no século XIX, o analfabetismo não era essa praga que tanta gente vê com óculos de aumento: em 1836, 65% dos recrutas sabem ler e escrever — e lembremos que a escolaridade obrigatória imposta às crianças naquele país data de 1841.

De então para cá, as tentativas de fugir a este estrangulamento imposto pelo Estado e pela sociedade que o institui foram pontuando a integridade intelectual de muitos homens e mulheres. Dos confins da estepe russa, Tolstoi proclamava: «As relações entre as crianças e os adultos devem fundar-se na liberdade. Nada deve ser obrigatório e toda a sanção deverá ser banida.» Em Espanha, um autodidacta, Francisco Ferrer y Guardia, cuja visão das coisas e das pessoas se erguia muito acima da dos intelectuais diplomados e dos especialistas, fundava mesmo a Escola Moderna, a qual, segundo as suas palavras, pretendia extirpar «do cérebro da criança aquilo que divide os homens: religião, propriedade e família». Para cúmulo, numa Espanha supersticiosa dominada pelos valores *eternos,* o inovador tinha a audácia de defender as aulas mistas. Após vários exílios, Ferrer foi fuzilado pelo Estado espanhol em 1909, acusado de ser um dos cérebros do atentado contra o rei Afonso XIII. A sua obra floresceu nos ateneus libertários, que, com a acção empreendida nos meios laborais, veio a constituir a classe operária mais culta da época. Só assim se compreende em parte que os trabalhadores espanhóis tenham levado a cabo uma revolução social que muitos teimam em reduzir à guerra civil.

Na Grã-Bretanha é conhecida de todos os *aficionados* a experiência de Summerhill e suas influências. Nos anos 60, na Alemanha, o despertar duma consciência anti-autoritária marcou a vida social e privada de largos sectores da juventude, e aí foram levados a cabo, chegando por vezes à caricatura, como é próprio do espírito alemão, os mais ínfimos pormenores de um quotidiano que se desejava libertador. Essa onda, aliás, varreu a bem dizer o mundo inteiro. Disso ficou, entre outras coisas, uma rede de escolas paralelas, mais nuns sítios do que noutros (em Portugal, sintomaticamente, nem uma vingou), que têm pelo menos a virtude de pretender suscitar um espírito não domesticável. Sabendo-se como é difícil sustentar oásis na aridez social, a precaridade dos meios é uma constante de tais escolas. Esses oásis, seja como for, deixam o indelével testemunho duma vontade que vai contra a avassaladora corrente deste tempo, que a todos quer reduzir bem cedo a agentes económicos.

Vem a propósito lembrar que a contestação da escola, em Portugal, mesmo durante o movimento social revolucionário de 1974-75, nunca terá ultrapassado exigências de carácter quantitativo, resumíveis na famosa «democratização do ensino», que já vinha do período antifascista e ainda hoje parece reger as movimentações reivindicativas desses sectores juvenis. Por isso não surgiram até hoje, na região portuguesa e nos tempos recentes, escolas paralelas como as que referimos atrás — escolas essas, lembremo-lo também, que tiveram existência num período anterior, suscitadas e mantidas pelo movimento operário anarquista, em Lisboa e noutras localidades.

Não ficaria aqui agora mal uma anedota, seguindo nisso a tradição de Rabelais, que considerava o humor a forma melhor da aprendizagem, pondo a ridículo as mais doutas instituições. Consta que a imprensa fora já inventada há séculos, mas nem por isso os honoráveis professores desses santos lugares conhecidos pelo nome de universidades tinham mexido uma palha nas suas inamovíveis técnicas de ensino: impunha-

descanso, apanhar o ditado, deco- elmente... Concluamos pois este com um admirável texto de Eça, que apesar de proudhoniano envergo- por isso deixa de ter momentos duma lucidez, e com um curto poema de que por cá se não usa, e é pena. É pena Portugal, segundo a vulgata escolar, de poetas, bem pouca importância parece universalista vate português que em rasgo lançou, séculos afora, este claríssstico: «A Universidade só iluminará o dia em que lhe pegarem fogo.» Desgra- , a coisa ainda por cá não foi feita, mas hoje em vias de redescobrir Antero de , autor do excelente vaticínio, não sendo pedir demais que a visão de fogo do poeta assimilada em Portugal. Noutras regiões já ela o foi, anos atrás. Em França, por houve um belo dia quem escrevesse na da Sorbonne esta pergunta: «Como poderá -se livremente à sombra duma capela?» In- a que alguém, sem dúvida mais a par dades contemporâneas, logo correspondeu , muito mais apropriada: «E à sombra escola?»

★

Vamos então a Eça: «A primeira vantagem da Universidade, como instituição social, é ação que se forma naturalmente entre (...) os apenas vivem de revolver ideias ou teorias e que vivem do trabalho. Assim, o estudante para sempre penetrado desta grande ideia social: há duas classes — uma que sabe, outra que . A primeira, naturalmente, sendo o cérebro, ; a segunda, sendo a mão, opera, e veste, nutre e paga a primeira. (...)

Outra vantagem da Universidade é a organização dos seus estudos. (...) O estudante, habituando-se, durante cinco anos, a decorar todas as noites, palavra por palavra, parágrafos que há quarenta anos permanecem imutáveis, sem os criticar, sem os comentar, ganha o hábito salutar de aceitar sem discussão e com obediência as ideias preconcebidas, os princípios adoptados, os dogmas provados, as instituições reconhecidas. Perde a funesta tendência — que tanto mal produz — de querer indagar a razão das coisas, examinar a verdade dos factos; perde, enfim, o hábito deplorável de exercer o livre-exame, que não serve senão para ir fazer um processo científico a venerandas instituições, que são a base da sociedade. O livre-exame é o princípio da revolução. A ordem o que é? — A aceitação das ideias adoptadas. Se se acostuma a mocidade a não receber nenhuma ideia dos seus mestres sem verificar se é exacta, corre-se o perigo de a ver, mais tarde, não aceitar nenhuma instituição do seu país sem se certificar se é justa. Teríamos então o espírito da revolução, que termina pelas catástrofes sociais!» (*O Conde de Abranhos*).

Jacques Prévert **O cábula**

Com a cabeça diz não

mas com o coração diz que sim

diz que sim ao que aprecia

e que não ao professor

cá o temos nós de pé

em pleno interrogatório

a cairem-lhe em cima problemas

mas súbito um riso destravado
toma conta dele

e põe-se a apagar tudo

numerais e palavras

as datas e os nomes

frases e ratoeiras

e apesar das ameaças do mestre

sob a gritaria das crianças encantadas

ali naquele quadro negro da desgraça

com giz de todas as cores

põe-se a desenhar

o rosto da felicidade

★ ★ ★

Gostava de fugir para a Lua, disse ela,
mas com a sorte que tenho iam logo lá construir uma escola

A criança chega à escola numa idade em que a fronteira entre imaginação e realidade, entre o mundo da consciência, justamente em seus começos, e o mundo mais vasto do irracional, do sonho e da comunicação profunda constitui fronteira muito ténue. Esta espécie de estado de graça, que rapidamente irá desaparecer com a idade, longe de ser reconhecido como coisa preciosa, como idade de ouro do saber e das capacidades vitais, é pelo contrário totalmente ignorado pela escola, encarado com suspeição e desconfiança (...), persuadidos como estamos de que a criança, em suma, é um ser a rectificar.

Federico Fellini

Privamo-nos, estupidamente, do mundo insólito das crianças. Antes de se transformarem nesse magma de tons escuros e cinzentos, a existência apresenta-se aos seus olhos como festa brilhante. Os mais pequenitos vivem num mundo, durante muito tempo sem efeitos nem causas, onde tudo o que acontece é uma surpresa. Só as pessoas que criam buscam ainda esta faculdade de espanto. É esta admiração, sedutora ou chocante, que inventa. Doce é aprender quando se o deseja. Porque só a vontade de um ser livre permite a dilatação de espírito necessária ao acolher de novos pensamentos.

Catherine Baker

Do livro de lembretes

Etimologicamente, Infans *(infante) é aquele que não fala, ou melhor, que ainda não fala. A nossa épo fez desta condição transitória uma maldição jurídica que persegue o jovem quinze anos após ter adquiri a linguagem. O adolescente é uma criança artificialmente prolongada, que sabe falar mas não tem direito de falar.*

O massacre emocional das crianças começa no seio da família e vai prosseguir no infantário, que adquiri por razões obscuras, a reputação de favorecer o despertar dos mais pequenos. O que lhes inculcam são boas maneiras: higiene, silêncio, polidez.

A angústia obsessiva dos pais e dos educadores impõe à criança (e já ao bebé) ritmos estritos de alime tação e de sono. Exige-se-lhes que se mostrem «asseados», isto é, que façam caca a horas fixas. A «aquisi do asseio», concebida como uma comodidade doméstica e ao mesmo tempo e na mesma medida como ideal, constitui a ocasião de inculcar muito cedo na criança a vergonha do corpo. A repentina descobe duma actividade erótica, solitária ou colectiva, irá permitir depois que se complete a culpabilização curiosidade, da comunicação e do espírito crítico. O que possa ainda subsistir de livre na criança se tratado na escola.

Assim, desde muito cedo envergonhado de si mesmo, privado da aprendizagem autónoma do prazer e relações amorosas, o adulto é um deficiente afectivo, a quem o recalcamento dos desejos e a ignorância corpo tornam incapaz de estabelecer relações humanas profundas.

CLAUDE GUILL

Todas as escolas se assemelham. Umas melhor apetrechadas do que outras. A panóplia de meios postos ao alcance de quem exerce o nobre ofício de profe, e de quem o padece, varia, no entanto, em forma inversamente proporcional à distância do centro. Anacronismos que veremos sem dúvida aplaina-dos com a extensão progressiva das técnicas planificadoras dos mandatários peritos da tentacular Comunidade Europeia.

Um *primário* como o nosso Camilo pintou com pinceladas de humor e génio os infortúnios dum salvador de províncias e capitais. Também o homem ou a mulher colocados no semelhante dilema de salvar as almas infantis, refractárias à ambiê escolar, têm grandes parecenças com o paladino espada romba.

Chega o fogoso batalhador, trazendo nos al ges da alimária um bom sortido de canetas e m cadores, mai-las fotocópias que amou como a ídolo, e no meio do tumulto da viagem o que diploma que com a pressa teve de embrulhar papel almaço, mal soube da colocação em Al dares de Baixo; isto porque em Alguidares Cima, segundo foi notificado, as vagas já esta todas preenchidas.

[illegible]ado o nosso homem (também pode ser [illegible]) na pacata terra desunhando-se num fran[illegible]esso europeu, chegam-lhe aos ouvidos os [illegible]os lisongeiros (*sotôr, sotôr*) que antecedem [illegible]des borrascas. Na sua placidez e candura de [illegible]e novo, não se dá ainda conta de que o [illegible]mina o mundo. Mas os hábitos adquiridos [illegible]ores são que o mau hálito! E assim sendo, [illegible]la cruzada vai lançar-se desde logo: desen[illegible]er aqueles colegas, instalados na maldita [illegible] de funcionários públicos, só à espera da [illegible] para irem tratar das couves do quintal. [illegible]undamente ele aprendera, em milhares de [illegible]pias, que o professorado é missão, propaga[illegible] da Fé! E ali chegado, com tudo aquilo às [illegible], apenas enxergava agora desolação e caos, e [illegible]te lixo, como após a passagem de um des[illegible]do Átila lusitano... Pois, senhores, se estáva[illegible] (e estamos) na tal cauda da Europa, trata-se [illegible]gir a que ao menos dela não saiamos, impe[illegible]do-nos, com afã, criatividade e algum esforço, [illegible] parar mais longe, quiçá às plagas africanas!...

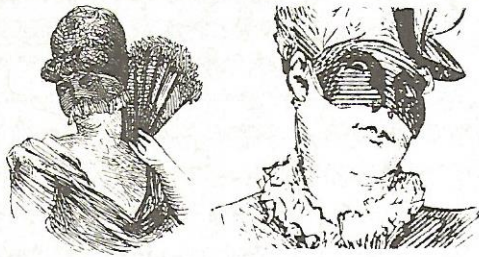
E assim repleto de tão vastas perspectivas, bem [illegible]bado, a cilha bem assente, só com a esquerda [illegible]rando as rédeas, o nosso paladino lá dispara a [illegible]pe, com a dextra fustigando, arrebatado e [illegible]eio de inspiração, a besta que cavalga — o Ensino!

As crianças que se atrasam na aquisição da leitura não fazem mais do que reagir a um meio social extremamente frustrante, cínico e nada respeitador da sua muito concreta e real idiossincrasia, que é pessoalíssima.

De facto, os padrões de avaliação para a aquisição da leitura não fazem senão camuflar toda uma construção social autoritária e utilitarista — e de fracos resultados, precisamente. Basta-nos verificá-lo na convivência com as massas informes e alfabetizadas. Até nas escolas, que se tomam por antros dinamizadores da cultura, até aí a publicação que se vê com mais sofreguidão circular é *A Bola* — isto, sejamos justos, quando não é o *Record*. O fenómeno já foi de resto alvo de útil comentário, por sinal de um querido amigo meu, que aqui registo: «Nota-se a presença de um número cada vez mais importante de analfabetos a ler.» É um interessante caso, convém segui-lo.

Pela bitola dos referidos padrões de aquisição da leitura, não ter em conta os fundamentos reactivos para que apontamos seria o mesmo que passar um atestado de insanidade mental à maioria dos habitantes do globo. Parece evidente manifestar-se uma rejeição da escolaridade obrigatória; logo que possam ver-se as coisas deste jeito, essa rejeição há-de surgir ao mais míope como um escândalo chamando outros, nisso se identificando uma repulsa, não apenas do sistema de ensino, mas, mais genericamente, do sistema económico, que hoje engloba o social e o político.

Tornou-se pois necessário evoluir para interpretações oficiais mais subtis. Daí ao desenvolvimento de um complexo emaranhado bizantino--pós-moderno de discussões em torno das prioridades a dar... às prioritárias formas de enquadramento, foi um passo de anão. As dificuldades, em tais disputas, começam porém logo de início: como *circunscrever*, para o governar, o fenómeno de rejeição da escola obrigatória? É que o fenómeno, por azar, se mostra eminentemente social, e circunscrever o social parece ser tarefa ciclópica. Serão sem dúvida criados (se é que o já não foram a estas horas) Gabinetes de Estudo e Análise do estranhíssimo fenómeno, os quais hão-de com certeza contribuir positivamente para as estatísticas de emprego das secretarias de Estado. ■

Armando Veiga

Ensinar para quê?

JOËLLE GHAZARIAN

Referem-se estas notas a quatro estudos de carácter diverso sobre a questão do ensino [1], problemática que, pelo seu carácter permanente, se integra, como parece óbvio, na luta de classes e, do ponto de vista institucional, se vai apresentando como um realíssimo e caótico beco sem saída.

J. M. Rodrigues Alves, assistente do Instituto Politécnico de Bragança, vem publicando, desde há alguns anos, trabalhos que apontam para uma renovação da instituição escolar. Dado o conservadorismo vigente em Portugal no respeitante à análise da prática escolar e dos seus fundamentos, os estudos de Rodrigues Alves parecem exprimir inquietações de fundo, que por certo vão lavrando, no terreno da crítica, este contaminado «campo do saber».

Segundo R.A., através da abordagem ética duma pedagogia sensível e inteligente, o educador ver-se-ia em condições de socializar e pacificar os seus educandos, para que o equilíbrio individual e interindividual não seja posto em perigo e, «doseando a frustração», nos possamos libertar do instinto para sermos mais humanos.

Esta ética é encarada como terapêutica: ensina uma linguagem, primeira aproximação à cultura. Uma linguagem e o que dela decorre, cuja justa apreensão nos permite manter-nos firmes e sensatos ao longo da vida, visto que «a loucura é uma desculturação da cultura e, por isso, uma patologia da comunicação».

O autor sabe argumentar e fá-lo objectivamente, apesar de tomar uma posição declarada. É suficientemente sintético, de molde a apresentar aquilo que repete (nomeadamente os excessivos «ao nível de», expressão que já se tornou tremendo vírus) mais conciso e mais claro: o seu objectivo ideal, cuja fé na educação como «arma» (aspas suas) afirma ser capaz de ajudar os indivíduos a tornarem-se melhores, consiste em indicar um caminho por onde se possa elaborar uma «psicologia sem autores» ; e isso negando a arbitrariedade das hierarquias e apoiando-se em grande cópia de ensaístas. O seu método, porém, é dedutivo; parte duma teoria, em vez de ter presente a prática, a prosaica realidade escolar — e é assim que pode iludir-se.

A adaptação compulsiva a este pobre mundo em evolução constante através de golpes na auto-idolatria do homem não me parece uma invenção; porque o monstro (a «nossa» sociedade)

---

[1] José Manuel Rodrigues Alves, ***A Afectividade na Relação Educativa***, E.S.E.B., Bragança, s/d; "Cidade Educativa", *Benquerença/ Revista do Instituto Politécnico de Bragança*, nº 1, Fev. 1991; e ***Educação e Loucura***, Série Estudos do Inst. Politécnico de Bragança, 1991 ■ Maria Ribeiro dos Santos, ***A Avaliação das Redações Escolares***, Editora UFMG/PROED, Belo Horizonte, Brasil, 1987 ■ Oder José dos Santos, ***Pedagogia dos Conflitos Sociais***, Papirus Editora, São Paulo, Brasil, 1992.

[illegible] ser alimentado, sendo-o através dessas [illegible] do indivíduo àquilo que lhe é apresen- [illegible] imperioso. Esta adaptação resume-se a [illegible]ção, não sendo pois uma *humaniza-* [illegible] reconhecimento respeitoso de outrem. [illegible]do que a democracia estatal é o mal [illegible] por isso a melhor coisa possível à face da [illegible] pessoas capazes de se erguerem sozi- [illegible]to «seres de desejo», sem *funcionali-* [illegible] mundos interiores e sem narcisismos [illegible], vivendo com o instinto como razão, [illegible]ficarem a inteligência, susceptível de [illegible] a fim de renascerem, antes de se recons- [illegible] a seus pés desfazendo benevolências e [illegible]; tais pessoas tanto podem ser o ho- [illegible] como o aluno ou o louco.

[illegible] vejo pois razão para a «plena entrega de [illegible] à totalidade da espécie». Este único ins- [illegible] que Rodrigues Alves reconhece, o gregário, [illegible] resultar duma recusa de se afrontar a reali- [illegible] Numa sociedade podre de alto a baixo, [illegible] a natureza humana nela se torna comodista [illegible]temente subornável, não se podem reme- [illegible] coisas com remendos, ou seja, com re- [illegible]

[illegible]lização, portanto, e terapia — mas para [illegible] Para nos evitar a marginalização numa de- [illegible] honesta? Desviando uma frase citada [illegible] autor, responder-lhe-ia com uma interro- [illegible] «assim diluída», não será «a supervisão [illegible] dolorosa, mas sem dúvida mais subtilmente [illegible]te»? O erro principal de Rodrigues Alves [illegible] em admitir a inevitável assimetria entre o [illegible]dor (ou o terapeuta) e o educando (ou o [illegible]te, aos quais também se chama *cliente*), não [illegible]do ele assim verdadeiramente respeitar a [illegible] ou o louco. E no entanto ambos são pos- [illegible]res de conhecimento... o que supõe, por con- [illegible]ência, que nisso deveria haver partilha, e não [illegible]etria. E mais: ao quebrarem essa assimetria, não serão a criança e o louco essenciais ao educador e ao terapeuta, permitindo-lhes, não só, como diz R.A., ultrapassar os seus próprios limites (ou até a pouco e pouco resolvê-los), mas também «gerar a sua própria inutilidade e interromper a relação educativa (e terapêutica, acrescento) logo que a mesma se revele desnecessária»?

Direi, a terminar, que a patologia da comunicação me parece decorrer da acção usual das pessoas tidas como razoáveis ou «normais», devidamente socializadas, cuja linguagem, na sequência do discurso dominante, necessariamente demagógico, tudo desrealiza ao desvitalizar a coerência. E isso sem que se encontrem em busca, como o louco ou a criança, duma realidade perdida. Se a loucura e a desculturação são particularmente notáveis no culto prestado a objectos triviais, não será o Estimado Sr. Cidadão, lavando e limpando com adoração o carro ou histericamente fazendo compras por aí, o mais aculturado e o mais doido?

Maria Ribeiro dos Santos aborda o grau de objectividade e subjectividade do sistema escolar brasileiro através duma análise minuciosa da redacção escolar. O seu método é indutivo, partindo da prática pedagógica real, tratando assim dos critérios de correcção das redacções pelos professores. Todo este estudo tem por base a acção escolar junto de alunos do segundo ano da primária, os quais ainda manifestam, mesmo na escola, a naturalidade bastante para que uma observação deste quilate possa revelar, em profundidade, os segredos e os truques do sistema de ensino.

Divide-se este estudo em três partes: observação duma turma do ensino privado, filhos da elite; duma turma de crianças afaveladas, do ensino público; e duma turma do ensino público, que

inclui elementos mistos dos estratos sociais referidos. O resultado, sem qualquer *a priori*, é conclusivo: independentemente da turma ou da professora (oriunda da universidade ou do 2° grau), a correcção é sempre subjectiva: os melhores alunos serão os que tiverem desenvolvido o tema no sentido que à partida lhe for dado pela mestra. Os erros objectivos (de gramática, estrutura sintática, ortografia) vêm em segundo lugar. Toda e qualquer forma de imaginação que tente escapar a esta lei será impiedosamente combatida e castigada; sem contar que é preciso dar sempre um final feliz aos assuntos moralizadores propostos aos alunos.

As crianças mais obedientes à ideologia presente nos temas de redacção são as que fazem socialmente parte da ordem dominante. As que se apresentam dotadas de maior imaginação, em relação a este sistema, são aquelas que dele não fazem socialmente parte... tanto mais que com frequência se vêem de facto constrangidas a empreender um enorme esforço de ideação para conceberem aquilo que nunca puderam fazer (ir ao circo, por exemplo); e se não conseguirem imaginar essas coisas de que estão e estarão tão longe, isso irá ver-se nas notas, porque, desamparadas, nem saberão o que redigir.

Verifica-se neste estudo que apesar de tudo os professores (aqui quase exclusivamente mulheres) se dão em parte conta dos limites inerentes ao papel que exercem, e que alguns, sobretudo os das classes desfavorecidas, com um grau de consciência humana muito forte, desejam mesmo ajudar os seus alunos. Caindo também eles, porém, na armadilha que é tentacular: a de obedecerem à ordem dominante que a educação tem de servir. Embora a escola adormeça as consciências menos talvez do que a televisão, o resultado suposto por essas dedicadas professoras e, globalmente, pelo ideal escolar que governa estas coisas, não é alcançado: os alunos pobres como tais hão-de ficar e, além disso, a socialização escolar impedi-los-á de pôr a frutificar os seus próprios valores e a subversão que necessariamente nesses valores ocorre.

A análise de M.R.S. parece-me poder generalizar-se à Europa que conheço. A escola é um luga inútil para desmamar crianças e adolescentes d sua curiosidade e dos seus desejos; um engod produtor de consciências tranquilas... Uma *benção da-mãe* (esse célebre ópio que as operárias inglesa do século XIX davam aos filhos pequenos, par poderem ir trabalhar) e *do pai* com vista a poderem libertar-se dos filhos. Encerram-se as criança na escola, outros encerram-se no trabalho ou n rua, e os restantes em casa, ligados ao televisor.

Conforme clarifica Maria Ribeiro dos Santo (ou como o expõe, de outro modo, a *Encyclopédi des Nuisances* no seu nº 6, ao descrever a sociedad do analfabetismo modernizado), a escola terá as sim preparado o aluno das classes trabalhadora feito adulto, «para se apresentar como um mem bro educado nos seus escassos momentos de rela cionamento com a "boa ordem", ao pedir em prego, aceitar um contrato...» Correia de tran missão das ideias necessárias à autoreprodução d sistema económico, a escola é na melhor das hipó teses uma instituição utilitária.

Oder José dos Santos, docente e inve tigador brasileiro da Univ. Federal d Minas Gerais, leva a cabo, desde h mais de vinte anos, com uma equipa de profe sores por ele formada, um trabalho crítico so objectivos sociopedagógicos, através do qual te sido possível desmontar importantes ocultações d sistema de ensino. Deve aliás referir-se que ne campo, comparativamente, a acção teórico-crít se encontra no Brasil a milhas de distância d timoratas tentativas feitas em Portugal, onde

visivelmente, em clima de tabu e de autocensura.

A tese de O.J.S., exposta com muita clareza em *Pedagogia dos Conflitos Sociais*, poderá resumir-se assim: quer seja no meio laboral ou no escolar, os adultos e as crianças vêem-se perante o mesmo sistema: a organização capitalista do tempo que desvaloriza todo o indivíduo, dele fazendo ferramenta maleável e reduzindo o universo humano às relações mercantis, à competição como sinónimo de agressão, ao individualismo primário e passivo.

Os «trabalhadores do ensino», como O.J.S. designa os professores, têm duas funções: obedecer aos superiores hierárquicos e distribuir, sem nisso intervirem como individualidades, um saber sistematizado útil ao capitalismo. «Para tanto, o trabalhador do ensino terá de ser previamente qualificado (...), não para pensar e fazer, mas para fazer e não pensar». Os alunos, em todos os graus de ensino, agem da mesma forma. Qualquer indivíduo se torna uma réplica exacta do colega, o que nos poderá, porventura sem exagero, levar a pensar nos agentes e agidos do ensino como clones amovíveis. Como é possível viver num «igualitarismo abstracto» (O.J.S.) no qual ninguém sabe exprimir-se, não sabendo sequer, por conseguinte, aquilo que deseja?

E no entanto há hoje uma maior qualificação dos trabalhadores *intelectuais* e *manuais* (só esta tremenda classificação ideológica mereceria uma abordagem à parte), bem como uma generalização mais sistemática do ensino. Aparentemente, até, esta sociedade encontra-se em sólida evolução; e todavia isso significa estritamente o mesmo de sempre: fortalecer e consolidar a sociedade classista. Todas as novidades são meramente técnicas; não sendo nenhumas as novidades fundamentais. A única residirá porventura nisto: na participação dos dominados na sua própria exploração, de tal modo se pôde entretanto impor ideologicamente capitalismo como coisa natural e, segundo a terminologia ditatorial na moda, *incontornável*...

Em tais condições, lutar contra este sistema tentacular pode parecer uma absurda veleidade; mas O.J.S. não concebe o poder como coisa impenetrável. O seu entendimento é outro: estando este sistema social por inteiro contaminado pela sua própria prática, só a sua negação permite que se forjem outras relações sociais, fundadas na aprendizagem proveniente das lutas sociais: a solidariedade, a importância da opinião de cada um, o fim do isolamento. Aprendizagem esta que tende a acabar com as especializações em que as pessoas vão sendo encerradas e as impede *eficazmente* de terem uma visão do todo naquilo que fazem parcelarmente, impossibilitando-as de se unirem, de saberem mais e de poderem defender-se. Ao edificar-se um socialismo que O.J.S. vê surgir dos conflitos sociais, sem superiores hierárquicos nem relações assimétricas, os novos relacionamentos em gestação vão criando, do mesmo passo, uma nova escola, oriunda desse fermento intelectual.

O.J.S. partiu da prática, e não duma teoria previamente concebida, sendo isso que lhe permite não criar um logro interpretativo. O estudo dos movimentos revolucionários dos séculos XIX e XX e das teorias educacionais que neles foram surgindo, permite-lhe extrair lições praticáveis. Apoiando-se nalguns autores, de Marx a Kropotkin passando por investigadores contemporâneos, em todos sabe colher os elementos necessários a uma necessária libertação do espírito.

A abordagem do ensino como parte de um todo que nunca deixa de estar presente, além de teoricamente salutar (combatendo a mistificação corrente que pretende fazer dessa instância um caso à parte), é fértil nas suas implicações práticas, contribuindo para se ver o ensino com olhos não simplesmente técnicos. ■

somente adequada a uma sociedade de tipo industrial), encontrou as condições para a sua eternização. O escravo antigo era escravo, e *conhecia* a sua escravidão. A situação de ruptura da sociedade romana, à beira do colapso após várias décadas de guerra civil, permitiu a eclosão da revolta dos escravos conduzida pêlo Trácio Espártaco (71 A.C.). Não tendo encontrado oposição militar relevante — as principais forças militares encontravam-se então envolvidas na guerra contra Mitridates e na pacificação da Hispânia — Espártaco procurou conduzir a sua horda de escravos para além dos Alpes, onde sabia poder encontrar um mundo ainda não submetido ao domínio e à escravidão Romana (Pierre Grimal, Vol. 7 da Fischer Weltgeschichte, p.p. 150/151). O episódio de Espártaco demonstra como as contradições de uma sociedade, levadas a um extremo insuportável para as classes dominadas, permitem a explosão de formas de contestação da sociedade vigente e da sua expressão ideológica.

A sociedade tecnológica parece ter atingido o ponto, em que todas as contradições são aplanadas e em que a força da negação é suprimida. Pela primeira vez na história, desenvolveram-se forças que parece tornarem possível a utopia perseguida por visionários como Kropotkine: a supressão do trabalho humano e a sua substituição pelo trabalho-máquina.

Tal conquista não foi no entanto utilizada para a supressão progressiva do trabalho, mas, pelo contrário, para aumentar a sua servidão. Na verdade, a sociedade pós-industrial pode caracterizar-se:

a) pela generalização da condição assalariada (fora da qual só existe o desempregado);
b) pela redução do tempo livre;
c) pela apropriação/expropriação de todos os valores da vida e do mundo como mercadorias que podem ser consumidas.

Nesta sociedade a libertação dos constrangimentos do trabalho será puramente ilusória: o acréscimo da mecanização não gera tempo livre, mas desemprego e, com ele, exclusão social. Ora, à medida que o trabalho se torna dispensável, a mão de obra subsistente é comprimida pela massa dos desempregados e excluídos, já não exército industrial de reserva, mas arma de coerção. Não é um paradoxo que os trabalhadores (designadamente os dos serviços) sejam obrigados a prestar um maior número de horas de trabalho, ao mesmo tempo que vêem suprimidas regalias (entre elas a do pagamento de horas extraordinárias) anteriormente adquiridas? Tal evolução é no entanto característica dos sectores mais produtivos, como o sector bancário. Ao produzir a dispensabilidade do trabalho (e ao suprimir o binómio trabalhador-máquina) e ao reduzir a massa da sociedade ao assalariamento, a sociedade pós-industrial terá eliminado toda a possibilidade de controlo social do trabalho pelo próprio trabalhador. A sociedade encontra-se assim, literalmente, à mercê dos detentores do aparelho produtivo, os quais se apropriaram, através dos mecanismos democráticos, do aparelho político e de produção jurídica. É isso que explica porventura a incapacidade de os políticos eleitos produzirem qualquer alteração significativa no estado de coisas. Como escreve Ignacio Ramonet (*Le Monde Diplomatique*, Janeiro 1997) "os responsáveis políticos permitiram a transferência de decisões capitais (em matéria de investimento, de emprego, de saúde, de educação, de cultura, de protecção do ambiente) da esfera pública para a esfera privada."

O actual processo de concentração económica e financeira do Capitalismo está provocando na Europa — depois de o ter feito já no Terceiro Mundo — efeitos devastadores nas estruturas sociais, no urbanismo, nas capacidades de aproveitamento dos recursos económicos que são a base material da vida de populações de regiões

A UNIVERSIDADE SÓ HÁ-DE ILUMINAR O POVO

CADERNINHO ESCOLAR POMADA PRA CEGOS

«Saberá mais que o discípulo?» — Gravura de Francisco Goya, da série *Os Caprichos*

NO DIA EM QUE LHE DEITAREM FOGO ANTERO DE QUENTAL

Fotografia: Eduarda Feio

O ACASO OBJECTIVO

O Grande Bruma diz – As religiões são de dois tipos: as modernas e as arcaicas; ambas contam; mas as primeiras contam muito mais. Repare pois Vocelência que o único deus verdadeiro é a Economia. Não se enerve quando digo que o único deus verdadeiro é a Economia: nenhum outro suscita tanto medo, nenhum tolhe assim, nenhum outro é tão total e abrangente. A este obedece-se sem sequer se pensar que se está a obedecer. Anui-se, simplesmente, cumprindo um dever religioso. Ao lado deste deus contemporâneo, os deuses antigos apenas ornamentam nostalgias, as tais que ressoam nos poços onde ecoa o tempo. São curiosas, essas figuras do arco da velha, com suas barbas comoventes. Porque o único deus verdadeiro é a Economia. Todas as catástrofes eficazes são agora ordens suas. Ordens divinas a que se não pode deixar de obedecer, ordens que impõem e se impõem, que esfrangalham quem desobedeça. Reze a Deus, a este Deus, venda-se, assine o cheque: Ele está em todolado, e todolado está n'Ele. —*Júlio Henriques*

ELOGIO DO ACADÉMICO

MANUEL PORTELA

Não faltarão até espíritos pontosos que, **acaso lembrados de acontecimentos** cuja amargura o tempo, sempre misericordioso, veio dulcificando por entre não poucas dores e algumas alegrias, estranhem, ou porventura censurem, a minha presença aqui nesta função. Só nesta dimensão do espírito, aprofundada e valorizada pela beleza e **riqueza dos símbolos**, que a tradição nos legou e que, nesta Sala, por tantas formas de ostentação festiva nos envolvem, **penetrando-nos a alma**, sentimentos destes se podem cabalmente compreender e experimentar, como se os sete séculos da nossa vida institucional não passassem de **sete dias**, e como se os ritos que essa tradição nos transmitiu, em vez de envelhecidos pelo tempo e desajustados do nosso quotidiano, mantivessem a plenitude de valores que os nossos antecessores nestes doutorais souberam criar e quiseram interpretar, para melhor os viverem, assumindo assim integralmente, tanto na essência como nas aparências, a sua condição de membros de **uma família prolongada**, de geração em geração, pelas singulares cadeias de uma espécie de corpo místico, dotadas de tão subtil tenacidade e de tão segura resistência que **nem a morte** logrou algum dia quebrá-las. Vista à luz fria de **uma objectividade pretensamente**

...nal e que, tantas vezes, mais não é do que uma pobre máscara de iconoclastia ou de ... ostentação de modernidade, a esconder uma incapacidade de amar **as coisas do espírito**, a ... presença **aqui, na roupagem** que ... envolve, tão flagrantemente inadequada às ...idades vividas no nosso dia a dia, não ...aria de um bizarro estendal de ...ades irritantes, ou de um irrisório carnaval de arlequins decrépitos. **Ainda há dias eu** ...ia alguém com direito, embora adventício, de tomar assento nestes cadeirais, arrumava a cerimónia que estamos a celebrar na sua prateleira das *palhaçadas*, sem considerar por um momento sequer, **o respeito** que as instituições e as pessoas devem merecer ao **bom senso** e ao **bom gosto** de quantos porventura com elas legitimamente não concordem!...

Manuel Portela é autor de dois belos álbuns de poesia crítica que a profissional distracção do jornalismo cultural preferiu ignorar: *Cras! Bang! Boom! Clang!*, Figueira da Foz 1991, e *Pixel Pixel*, Figueira da Foz 1992, ambos em esmerada edição de autor. E também de *Rimas Fodidas e Outros Textos Escolares*, na colecção Poesia / Nosso Tempo da Fora do Texto (Coimbra 1994).

EDGAR RODRIGUES e o movimento anarquista no Brasil

Durante a sua mais recente estadia em Portugal, tivemos ocasião de conversar com Edgar Rodrigues e ouvir dele imensas histórias da actividade do movimento anarquista brasileiro — movimento em que ele participou desde a sua chegada ao Brasil, nos anos 50 — e da sua longa História e antecedentes, à qual ele dedicou anos e anos de um estudo meticuloso e incansável. Esta entrevista revela um pouco da importância social que o movimento anarquista atingiu no Brasil, aflora algumas razões do seu declínio e aborda as suas expectativas de ressurgimento. Entrevista conduzida por José Maria Carvalho Ferreira.

UTOPIA — **Como foi que começou a escrever, como é que deu início a uma obra tão vasta, de dezenas de livros publicados, sobretudo em Portugal e no Brasil, sobre a questão social?**

Edgar Rodrigues — Aqui em Portugal, eu ia juntando papéis. Assim, quando fui para o Brasil, levava metade do livro "Na Inquisição do Salazar" já rascunhada. Ao chegar, encontrei liberdade, encontrei companheiros muito cultos, com muita projecção na vida brasileira, como o José Oiticica, e tive oportunidade de assistir a reuniões da "Ação Direta". Aí surgiu a ideia de começar a escrever para os jornais, antes [ainda da publicação] do livro, a contar alguma coisa da ditadura portuguesa. E uma coisa que eu notei é que no Brasil não existia nenhum livro de História sobre a questão social, apenas algumas obras romanceadas. Por exemplo, Fábio Luz tinha publicado, em 1903, uma novela chamada "Emancipação", que era uma obra anarquista. Depois, publicou, a seguir, uma outra, e existiam umas poucas obras também com carácter social, mas fora isso, não existia mais nada. Então, como achei aquilo um absurdo, comecei a juntar não só coisas de Portugal como também do Brasil. E um dia mandei um artigozinho denunciando a morte do Arnaldo Simões Januário no Tarrafal. Era uma pessoa da qual eu tinha bastantes dados; mandei-o para um jornal do Uruguai, chamado "Volontá". E eles receberam-no, publicaram-no e escreveram-me uma cartinha pedindo-me para eu fazer uma série de trabalhos que demonstrasse como se desenvolvia o movimento anarquista no Brasil. E porque o fizeram? Porque ignoravam que eu não era brasileiro. Eles admitiam, pelos dados que eu lhes estava ali a adiantar, que eu seria um militante já antigo, e eu, com a vaidade do jovem que pretende intervir nas coisas, também não disse que não conhecia. Então, principiei a escrever. E cheguei a cinquenta artigos, com o título "A Questão Social no Brasil" (subsídios para a história do movimento operário), e isto foi evoluindo assim, até que a certo ponto, um companheiro de São Paulo me disse: «Mas isto dá um livro!». Isto é, eu fui assim, digamos, empurrando as coisas, fazendo uns trabalhos, sem nenhum plano, sem nenhuma ordem, às vezes nem sequer cronológica, inclusive usando documentos que, mais tarde, vinha a perceber

que eu próprio já tinha comigo coisa melhor [mas já não tinha, entretanto, meios de os usar antes de publicação].

Nos livros que já publicou, sempre foi dada muita importância às lutas sociais, às greves travadas pelo movimento social no Brasil e em Portugal, quer inclusive ao aspecto comunitário, autogestionário dessas batalhas. Qual a importância das lutas que começa a descrever, logo a partir do século XVII, e inclusivamente qual a importância da colónia Cecília? Porque é que dá uma importância tão especial a esses episódios nos seus livros sobre a questão social?

Bom, eu comecei a escrever sobre ocorrências vindas até de mais longe. Porque no primeiro livro que dediquei a essa questão, e que se chama "Socialismo e Sindicalismo no Brasil", eu o iniciei pelas lutas dos escravos. Porque não concebo que o trabalhador negro, que foi para o Brasil como escravo, não fosse considerado trabalhador. Todos os livros escritos no Brasil até aquela época não incluíam as lutas dos escravos entre as dos trabalhadores, apesar de, desde o meu livro, se terem feito já muitas abordagens nesse sentido. Eu achava que o escravo foi para o Brasil para trabalhar, não foi especificamente para ser escravo, foi uma forma que encontraram para o obrigar a trabalhar, pela comida e pela roupa. Foi então por aí que eu comecei, pelos chamados quilombos. E dei grande destaque ao quilombo de Palmares, por muitas razões: porque foi uma comunidade que conseguiu reunir 20 mil pessoas, que durou quase um século, derrotou o exército brasileiro 17 vezes, e sobreviveu sozinho sem leis, sem Estado e sem religião. Eles tinham lá as místicas deles, é verdade, mas conseguiram viver sem dinheiro, fabricavam a sua própria roupa, plantavam, colhiam e fiavam algodão, e conseguiram criar uma verdadeira comunidade socialista libertária. Eu, naturalmente, abordei profundamente esses aspectos, e então, foi por aí que comecei, em 1673. A partir dessa altura, fui acompanhando todas as comunidades de trabalhadores negros e de toda a gente que tinha ideias [de emancipação social] e que veio depois, como a comunidade do Said, de Santa Catarina, que foi antes da colónia Cecília, e depois a própria colónia Cecília e os primórdios da propaganda num sentido político-social. Os imigrantes que vieram de Itália, uns poucos de Portugal, outros de Espanha, começaram a publicar pequenos jornais também falando dessas ideias. Quer dizer, eu percorri esse trajecto até chegar, naturalmente, ao sindicalismo, tal como ele se veio a apresentar já na última década do século XIX.

A colónia Cecília foi uma experiência anarquista, especificamente, ao contrário do quilombo de Palmares, que era anarquista, mas onde não havia uma consciência disso. À parte desse aspecto cooperativo, houve um facto curioso e importante, é que o Zumbi, talvez o homem que mais se evidenciou no quilombo de Palmares, foi o primeiro sujeito que tentou criar um país, atingir uma comunidade independente, antecipando-se assim a Tiradentes, a figura central da luta pela independência do Brasil, em mais de dois séculos. Ora, isso, para mim, é uma coisa muito importante. Os ex-escravos formaram uma comunidade muito grande em território, que seria, geograficamente, quase do tamanho de Portugal. Essa experiência socialista libertária, mesmo na ausência duma consciência assumida dessa ideia, realizou coisas interessantíssimas. Eles travaram, continuamente, uma luta contra a escravatura. Através duma produção maciça de alimentos, que conseguiam escoar e vender nos mercados no sul do Brasil, no Paraná, no norte, em Pernambuco, e noutras regiões a que chegavam, financiavam as fugas do campo. Estabeleceram uma luta contra os fazendeiros, quer económica, porque faziam concorrência com os seus produtos nos mercados, quer social, porque organizavam a fuga dos escravos. No começo, os fugitivos eram quase só homens e não havia portanto mulheres no quilombo, por isso nem procriação, nem prática sexual. Eles tiveram, então, de patrocinar as fugas, e fizeram-no até ao ponto de terem atingido uma família de 20 mil pessoas.

A colónia Cecília surgiu em 1894, ali no desabrochar da República do Brasil. Teve os seus percalços mas também teve coisas muito interessantes. É bastante difícil, em números, falar, de memória, de coisas que eles fizeram, mas deixou uma obra de grande importância, até porque parte das pessoas que viveram na colónia Cecília, quando não tiveram condições de viver lá mais, pois a polícia ia prendê-las, fugiram para o Paraná e aí deram início à

publicação de vários jornais anarquistas; um dos primeiros jornais publicados no Paraná chamava-se "O Despertar", e teve como director o Giggio Damiani, que depois, em 1919, acabou por ser expulso de São Paulo, e tornou-se, com o decorrer do tempo, num grande jornalista; era também pintor de cenários para teatro; "O Despertar" era publicado semanalmente, em Português, com parte em Italiano; esses anarquistas, vindos da colónia Cecília, conseguiram também fundar a Federação Operária e realizar o I Congresso logo em 1907...

Justamente! Uma terceira pergunta vem na calha do que está a dizer agora. No princípio do século, até aos anos 20-30, em termos de movimento operário, em termos da luta social, da criação do que podemos dizer uma escola emancipalista, como é que vê toda a influência anarquista, ou libertária, nesse processo?

Ora, ela teve algumas facetas curiosas, alguns pontos altos e também alguns pontos baixos. É preciso considerar que o Brasil era um país de imigrados e esse facto prejudicou muito o movimento anarquista no Brasil. Por ali passaram imigrantes vindos de muitos países e alguns dos que agitaram e semearam mais ideias, mas por razões de falta de documentação e pela sua posição ideológica, acabaram por ser expulsos, ou tiveram que fugir, foram presos, deportados, etc.. E essa mudança fazia com que, quando existia um núcleo aqui, que estava a fazer um movimento bonito, a espalhar as ideias, de repente vinha a polícia, mandava-os embora e aquilo morria. Depois surgia um outro ali, recomeçava de novo... Quer dizer, houve vários inícios, porque o anarquista brasileiro, nessa época, em 1920, era uma minoria; a maioria dos militantes eram estrangeiros, eram italianos, portugueses, espanhóis, havia também alguns franceses, houve alguns russos (mas poucos), argentinos, uruguaios e paraguaios, mas esses eram também meio emigrantes, que fugiam para o Brasil quando lá sofriam perseguição, mas depois, quando as coisas se acalmavam, retornavam. E com essa história, naturalmente, o movimento sofreu altos e baixos. Até 1920, o Brasil chegou a ter quatro jornais anarquistas diários, em períodos diferentes. Mas todos esses jornais morreram pelas mesmas razões. Alguns tinham brasileiros como directores — outros nem brasileiros eram (houve muitos italianos) —, mas por vezes eram presos e roubavam-lhes as máquinas. E acontecia isso, porque se tinha criado, em 1907, a chamada lei Adolfo Gordo, do nome de um deputado, fazendeiro paulista, também formado em Direito, que foi eleito deputado várias vezes (para defender o capitalismo); e ele elaborou uma lei, que tinha apenas quatro artigos, cujo objectivo era prender ou expulsar todo o estrangeiro que falasse de anarquismo, anarco-sindicalismo, de greves; não era preciso participar, bastava falar ou escrever sobre isso. Não havia julgamentos, sequer. Posteriormente, houve muitos protestos, de Portugal, de Itália, da Espanha, de França, que choveram no Brasil, e foram então obrigados a alterar essa lei. O próprio Adolfo Gordo foi chamado para redigir mais uns artigozinhos, e então passaram a estabelecer a obrigação de julgar as pessoas antes de expulsá-las. Mas a polícia, como o Brasil é muito grande, fazia assim: por exemplo, ela prendia em Santos um sujeito, e quando chegava lá a ordem de julgamento, ele já não estava lá, mas preso no Rio de Janeiro, que já era outro Estado; se naquele tempo, um cidadão tivesse um problema num Estado, transferia-se para outro e naquele Estado o processo ficava sem efeito, porque como o Brasil era um país federativo, então regia-se quase como os Estados Unidos. Então aconteceram casos curiosos. Por exemplo, numa das comunidades de que eu também falei [nos meus livros], a comunidade de Guararema, que foi também fundada por um italiano, Artur Campagnol, houve uma dificuldade imensa de prosperar, porque eles prenderam Campagnol várias vezes, uma vez em 1894, juntamente com mais seis pessoas (dois socialistas e o resto anarquistas — um espanhol, um brasileiro e os outros italianos) e resolveram mandá-los para o Rio de Janeiro; foram presos em São Paulo, numa rua chamada Libero Badaró, um dos primeiros revolucionários italianos que foi para o Brasil, e foi morto a tiro, em São Paulo, logo no começo do século, porque fazia muita agitação; então deram o nome dele a essa rua, e precisamente no seu número 110 reuniam-se um grupo de italianos e espanhóis para comemorar, pela primeira vez, o 1° de Maio no Brasil. Prenderam esses cidadãos porque o Consulado italiano soube dessa comemoração e a comunicou à polícia. Esta trouxe alguns dos militantes para a Prisão Central do Rio de Janeiro; o Artur Campagnol, que eles consideravam o cérebro, pela sua actividade na comunidade de Guararema, foi levado para Santos para o jogarem nos porões de um navio, porque era assim que a polícia fazia, levava de noite os presos, enfiavam-nos num cargueiro, e mandavam-nos embora; mas no caminho, ele meteu conversa com os agentes que

o levavam, se eles gostavam de ir à praia, se nadavam muito, etc., e foi conversando com eles, que a certa altura soube que não sabiam nadar. Quando chegou perto do cais do porto onde havia de ser embarcado — naquele tempo ainda não existia o cais tal como ele existe hoje, em que isso seria mais difícil —, ele, ao sentir que os policiais se descuidaram um pouquinho, atirou-se ao mar, mergulhou, andou lá por baixo por trás dos muitos barcos miúdos, escondendo-se — já era perto da noite —, e no dia seguinte, de manhã, foi para casa de uns companheiros, voltou, e acabou por morrer [muito depois] em São Paulo, em 1944. Ora durante o governo paulista — que quem o estava a condenar era o governo do Estado de São Paulo — ele não pôde ir mais à comunidade, que continuou por lá, meio atrapalhada, meio funcionando. E só depois que mudou o governo é que ele apareceu de novo, porque como não havia processo (ele estava a ser expulso sem processo), no governo seguinte já não tinham por que prendê-lo. Mas depois, ainda foi preso duas ou três vezes. De maneira geral, acontecia isto. Portanto, a participação dos anarquistas foi muito intensa mas teve altos e baixos. Apesar disso, teve uma influência muito grande e não foi só nas comunidades. Quem primeiro introduziu a questão social no romance, na literatura, foram os anarquistas, e até hoje, existem alguns romances, a partir do começo do século, que têm todas as características do anarquismo, ao ponto de chegarmos agora, a uma época mais recente, sem uma grande organização anarquista, mas em que [mesmo assim], se realizaram vários filmes anarquistas, de curta metragem, como "O Sonho Não Acabou", "Libertários" e "Sacco e Vanzetti", sendo este último feito parte fora, mas em parte, também no Brasil, e principalmente "A Colónia Cecília", um filme de longa metragem, feito por um realizador francês mas cujas filmagens decorreram no Paraná.

O impacto do triunfo soviético

Diz-se que com a Revolução Russa e o surgimento do Partido Comunista no Brasil, também aí os anarquistas perderam o seu impacto na revolução social e nos trabalhadores. Acha que isso é verdade ou não, e o que é que se fez a

Casamento anarquista. Vilar de Pinheiro (Vila do Conde), Portugal.

(1) Augusto Gomes, (2) Arménio de Paulo, (3) Manuel Correia, (4) Armindo Sarrilho, (5) Edgar Rodrigues, (6) Fernando Neves, (7) Fernando Costa, (8) Helena Gonçalves, (9) Benjamin, (10) Roberto Martins, (11) Delfina de Sousa, (12) Júlio Gonçalves Pereira, (13) Ondina Santos, (14) Mário Azevedo, (15) Manuel Ferreira, (16) Mário Azevedo, (17) Soares Lopes, (18) João Silva, (19) Abílio Ribeiro, (20) Joaquim Moreira, (21) João Martins, (22) João Gonçalves, (23) Eduardo Correia, (24) António Costa. Apenas (20) era republicano, familiar da noiva.

A partir daí, como é os anarquistas se organizaram, em termos de centros, jornais, sindicatos, etc.?

Muitas pessoas tentam interpretar as coisas dessa maneira. Num dos meus livros mais recentes, eu tentei explicar as razões do enfraquecimento do movimento libertário no Brasil. Uma delas foi, realmente, a expulsão dos anarquistas. Para se ter uma ideia, eu consegui chegar, em números aproximados, a cerca de mil militantes expulsos, dos mais destacados que o movimento anarquista teve; isto num período mais ou menos de 15 a 20 anos, desde o começo do século, até cerca de 1920. Bom, este é um aspecto. Outro aspecto foi o problema colocado pelos presidentes do Brasil, Epitácio Pessoa, que governou até 1922 (de 18 a 22) e Artur Bernardes, que governou de 1922 a 1926. E porquê estes dois? Porque foram estes homens que aperfeiçoaram a lei de expulsão, e o Artur Bernardes principalmente, porque criou um campo de concentração — e pouca gente fala nisso — que se chamou o Campo de Concentração de Oiapoque, que é lá na fronteira do Brasil com a Guiana francesa, e para ali ele mandou uma grande parte dos militantes anarquistas mais destacados, inclusive, o director da "Plebe", de São Paulo, Augusto Mota, um militante muito culto, e ali quase todos morreram. Durante os quatro anos de Artur Bernardes (que eu por vezes até chamo o reinado de Artur Bernardes), o Brasil funcionou em estado de sítio. Ele prorrogou-o indefinidamente, não apenas pelos anarquistas, mas porque, logo em 1922, por altura da tomada de posse, houve uma revolução, a chamada Revolução do Forte de Copacabana, em que jovens militares discordantes já do regime anterior, acabaram por fazer um movimento e foram presos; isso aparece na História do Brasil como "os 19 do Forte de Copacabana"; já nessa ocasião, o governo aproveitou para bombardear, com peças de artilharia, o Sindicato da Construção Civil, que era o mais forte naquela época, no Rio de Janeiro. Em seguida, em 1924, houve a chamada Revolta dos Tenentes, que era outro grupo de militares, que acabando por discordar do regime, também se revoltou. Com estas duas revoltas, Artur Bernardes aproveitou para criar o campo de concentração e então mandou para lá anarquistas, prostitutas e os militares rebeldes. Ao todo, estiveram por lá cerca de 3.400 deportados. Dos anarquistas só saíram de lá três para contar a história, porque fugiram. Conseguiram-no através da selva amazónica, andaram por lá meses e meses, a alimentar-se de raízes e coisas do género. Este período de estado de sítio, deu também ao Artur Bernardes a oportunidade de fazer o seguinte: assaltou todas as sedes do sindicato, não só deportou os militantes mais destacados dessa época, mas fechou também todos os sindicatos, todos os jornais — não se pôde publicar até 1925 nenhum jornal —, expulsou o Marques da Costa, que veio a morrer em Lisboa, e era director de um jornal, e da Federação Operária do Rio de Janeiro. Ora, foram estes aspectos, juntamente com a luta entre anarquistas e comunistas que aplainou a possibilidade da ditadura de 30, que veio mais adiante um pouco e, ao mesmo tempo, arrasou o movimento. Na minha interpretação, estas foram as razões principais. As pessoas, por vezes atribuem essa quebra a outras razões. Mas nessa altura, os comunistas eram 12 (!), doze militantes, sendo um dos fundadores do Partido Comunista, um militante que também era anarquista, homem muito inteligente, chamado Octávio Brandão, que chamava a esse grupo "Os Doze Astrogildistas", porque o Astrogildo Pereira é que era o cérebro daquela coisa, daquele grupo... E desse grupo de fundadores, onze eram anarquistas e só um socialista. No começo nem havia assim tanta distinção, como aliás aconteceu também em Portugal. Os anarquistas e os comunistas tratavam-se de primos. Os próprios anarquistas fizeram uma campanha para arranjar dinheiro para ajudar os flagelados russos, em 1923, já o Partido Comunista estava embrionariamente em construção. E não se tratava de anarquistas duvidosos: o Oiticica, que continuou anarquista até morrer, Fábio Luz, que era um médico muito famoso no Rio de Janeiro — inclusive existe uma rua com o nome dele —; ora esses homens fizeram essa campanha porque acreditavam que a Revolução Russa seria uma revolução de cunho social; então, antes de se darem conta [do seu verdadeiro carácter], estava tudo misturado, mas o grupo de comunistas mesmo, era muito pequeno e não tinha força. Eu até já disse isto algumas vezes: os comunistas ajudaram Artur Bernardes a preparar o terreno para a ditadura de Getúlio Vargas...

Durante a ditadura de Getúlio Vargas e a ditadura dos militares, é evidente que, quer se queira quer não — os factos mostram-no, e aliás a História e os seus livros demonstram-no —, os anarquistas perderam peso; ora, nesse período, que podemos dizer que vai desde o final dos anos 20 até, sobretudo, o final da ditadura militar, quais foram as modalidades, os grupos, se quiser,

que tentaram, mesmo assim, nesse período histórico que é grande, remar contra a maré, ou seja, fazer avançar as ideias e as práticas?

Eu dividiria isso em vários períodos, o primeiro a partir de Março de 1922, quando o Partido Comunista nasceu, e aqui eu queria referir uma coisa curiosa sobre a fundação do Partido Comunista. Primeiro, como já disse, ele nasceu pela mão dos anarquistas, como também nasceu em Portugal, e o primeiro convidado a fundar o Partido foi Edgar Leuenroth. Era um homem muito destacado, jornalista profissional, e tinha muita projecção nos meios operários, pois falava muito bem. Foi contactado em São Paulo, quando era director de um diário anarquista chamado "A Vanguarda Operária". Quem o procurou foi o delegado da III Internacional para a América Latina e os Países de Língua Portuguesa, que aparecia ali como vendedor de casimira inglesa, e usava o pseudónimo de Ramizon Subirov. Este cidadão levava a credencial bordada em seda vermelha por dentro da manga do casaco, para se poder identificar. Então, o Edgar Leuront não aceitou — e veja-se a ingenuidade —, mas passou o contacto do Astrogildo Pereira, que também era anarquista e estava mais afeiçoado à Rússia, para fundar esse partido. Eles acreditavam que dali viria a revolução social...

Nesse período até 1935, quando Getúlio Vargas amarrou totalmente a ditadura que nasceu na revolução de Outubro de 1930 — curiosamente também em Outubro — os anarquistas ainda publicaram o jornal anti-clerical "A Lanterna", que chegou a sair semanalmente e, posteriormente, passou a quinzenal, criaram ligas anti-clericais em todo o país, inclusivamente no Rio de Janeiro, faziam palestras quase diariamente, criaram um grupo de teatro, que representou peças revolucionárias no Rio de Janeiro e em São Paulo — houveram diversas, talvez cerca de uns vinte ou mais —, conseguiram ainda manter algumas escolas livres em São Paulo e fizeram ainda um Congresso, em 1934, para remodelar a Confederação Operária brasileira, a COB. Foi então nesse período que surgiram algumas lutas, inclusive com mortes, entre anarquistas e comunistas, em 1927. Nesse ano, os comunistas assassinaram um anarquista chamado Antonino Domingues, no Rio de Janeiro, por causa da polémica da adesão à III Internacional. Eles fizeram vários debates, durante algumas semanas, foram mudando de sindicato para sindicato, na tentativa de convencer os trabalhadores a aderir à Internacional Sindical Vermelha, que seria o braço sindical da III Internacional. O movimento [anarquista] ainda continuou pujante, quer queiram quer não as pessoas que se opõem e tentam negar isso. Mas, a partir de 1935, o Getúlio fechou tudo; deportou, prendeu, e muitas pessoas acabaram novamente deportadas, fuziladas, jogadas na selva — mais de trinta anarquistas foram deixados na selva amazónica e lá morreram, nunca mais se soube o que foi feito deles! De 30 a 45, o movimento anarquista limitou-se ao mesmo que acontecia em Portugal, os companheiros iam a casa deste ou daquele, reuniam-se periodicamente e, de vez em quando, publicavam um panfletozinho, faziam uma coisa clandestina, mas não conseguiam nada, porque também nessa altura se declarou a Grande Guerra.

Em 1945, um pouquinho antes de cair a ditadura, surgiu um sujeito que era anarquista já dos tempos de 1917/18 — andava no Ceará fazendo propaganda anarquista, chamado Moacir Caminha, e que veio para o Rio de Janeiro e aí arranjou um financiamentozinho num negócio de corridas de cavalos, tendo lançado um jornal anarquista intitulado "Remodelações". E editava aquilo semanalmente, tendo provocado uma onda tremenda. Numa parte, ele anunciava as corridas de cavalos e na outra parte fazia propaganda do anarquismo. Bom, os velhos anarquistas que andavam por lá, uns fugidos, outros que tinham ido para fora, foram todos atrás do Moacir Caminha, e começaram a reunir-se. Mas o Moacir Caminha colocava o anarquismo numa posição com que alguns não concordavam e então eles passaram a publicar o jornal "Ação Direta". Então, no período de 1945 — um pouquinho antes da queda da ditadura do Getúlio, que já estava enfraquecida — até aos militares, havia um movimento bastante intenso.

Chegada ao Brasil

Eu cheguei ao Brasil em 50, e participei ainda em sete congressos anarquistas, a nível nacional, inclusive com a participação de estrangeiros. Nós tínhamos então uma propriedade que era a nossa chácara, em São Paulo, que agora passou para outro lugar e numa área maior, e ali se reuniam clandestinamente os companheiros do Brasil. Publicaram-se ao todo, nessa época, 145 números do "Ação Direta". "A Plebe", criada em 1917 e que já tinha sido interrompida várias vezes, voltou a sair a partir de 1947 e veio até 1955, mais ou menos; depois acabaram por chegar à conclusão que o melhor era fundir "A Plebe"

[illegible] “Ação Direta” para não dispersar a actividade. E [illegible] a surgir livros anarquistas, o que não acontecia até então. Que me recorde, no Brasil tinham sido editados “A Dor Universal”, de Sebastien Faure, “O Anarquismo”, de Kropotkine, na Bahia, e mais uns dois ou três livros de autores clássicos; dos anarquistas brasileiros, [illegible] umas novelas, do Fábio Luz (entretanto falecido, em 1957) e de outros, e a coisa ficava por aí. O Oiticica aproveitou então esse impulso e escreveu aquele livro que se chama “A Doutrina Anarquista ao Alcance de Todos”, e depois acabou até por sair uma edição em Portugal. Desse livro publicaram-se umas seis edições. E desde aí até à ditadura dos militares, publicaram-se cerca de quinze a vinte livros anarquistas. Mas veio a ditadura militar em seguida. Nós tínhamos um centro de cultura no Rio de Janeiro, que levava o nome José Oiticica, e que era a própria sala onde o Oiticica dera os seus cursos, e com a qual nós ficámos, de acordo com a família. Desenvolvemos ali uma série de actividades anarquistas, registamos uns estatutos, etc.. Mas com a revolução dos militares, eles fecharam aquilo, prenderam vários militantes, e 17 deles foram envolvidos num processo na II Auditoria da Aeronáutica. Desse processo eu falo num livrinho chamado “Os Anarquistas no Banco dos Réus”. Alguns detalhes eu não conto, porque seria um pouco perigoso, mas na maior parte das coisas, ali se conta o que aconteceu. Entrou a corrupção no meio. Eu acabei corrompendo dois oficiais, chefes do inquérito — porque naquela época eu tinha uma firma, com mais dois, mas eu é que tinha, mais ou menos, a gerência daquilo — e tinha um certo relacionamento, um certo prestígio, e consegui retirar do processo parte das coisas. Na noite de Natal de 1959 eu fui ao quartel de Aeronáutica onde decorria o processo, com o próprio chefe do inquérito, para retirar o meu livro (que ainda era original, nessa ocasião) “Nacionalismo e Cultura Social” e que fazia parte desse processo, e uns filmes — que nós tínhamos filmado vários congressos —, e assim pudemos aliviar um pouco a carga que pesava sobre os militantes do Centro José Oiticica e acabamos por ser todos absolvidos. Em São Paulo existia também um centro social com muita actividade, muito mais do que agora, e existia a chácara onde se realizavam os congressos. Com o problema da prisão dos militantes no Rio, o pessoal de São Paulo resolveu entregar a sala e passar a reunir-se unicamente na chácara, que era um local mais afastado. Então, o movimento, ali, funcionou clandestinamente. Mas os anarquistas do Brasil conseguiram então influenciar de tal maneira os intelectuais das novas gerações que, há pouco tempo atrás eu assisti a uma palestra, no Rio de Janeiro, do Maurício Tragtemberg, que revelou estarem a defender-se cerca de 180 teses de doutoramento referentes a temas anarquistas, e isso parece-me que não há nenhum país, mesmo em que o movimento anarquista já tivesse tido mais pujança, que num período tão curto, tivesse tantas teses universitárias sobre temas anarquistas. E hoje, sinceramente, e fazendo a coisa por baixo, há mais de 300 títulos de livros publicados sobre anarquismo, as lutas sociais, alguns às vezes um pouco desfocados, um pouco distorcidos em alguns temas, porque são pessoas que não são anarquistas e foram ali colher material. Então, durante a ditadura militar e a partir daí, o anarquismo, como movimento, caiu, e caiu verticalmente, mas como propaganda a nível intelectual, ele cresceu astronomicamente, porque nunca se publicaram tantos livros anarquistas, como neste período, desde a ditadura militar.

A influência dos anarquistas portugueses

Em tudo o que está a contar — também porque é português — existe uma relação com portugueses. Há figuras emblemáticas de portugueses no Brasil, durante os anos 20 ou 30, que considere importantes e tivessem mantido uma relação com o movimento anarquista em Portugal?
Os portugueses tiveram uma influência muito grande. O primeiro português que teve influência significativa no movimento operário, mais em particular no movimento socialista, da escola de Fourier, já pela data de 1898, foi Agostinho Guedes, lá no Rio Grande do Sul, que criou um jornal intitulado “Echo Operário” — e ali colaboravam anarquistas italianos, portugueses (de Portugal e do Brasil) e alguns socialistas (inclusive Guerra Junqueiro, Maia Garção e outros). Esse homem desenvolveu, quase a nível de todo o Brasil, um socialismo um tanto libertário naquele jornal, que durou cerca de uns 10 anos.
A um nível anarquista, a pessoa que teve maior projecção foi o Neno Vasco, que chegou a São Paulo no começo do século, e principiou a organizar os anarquistas portugueses. Ele não era uma pessoa de tomar a palavra, de fazer discursos, mas escrevia bem e era activo. E

começou a publicar, logo em 1902, o jornal semanário "O Amigo do Povo". Havia muitos italianos a chegar ao Brasil nessa altura e, então, uma página era publicada em Italiano. Em 1907, ele lançou um novo jornal, porque "O Amigo do Povo" [atravessava dificuldades, já que] tinha sido várias vezes apreendido. E nesse jornal, ele defendeu uma tese sobre a renovação da literatura portuguesa no Brasil, o que criou uma polémica tremenda junto dos académicos brasileiros. Ele escreveu artigos preciosos sobre a Literatura e sobre a Língua Portuguesa e mexeu com toda a intelectualidade daquela época, a tal ponto, que quando ocorreu a Revolução Russa de 1905, o próprio Neno Vasco e uma série de intelectuais brasileiros criaram um movimento a favor dos revolucionários russos. Existe até uma carta do próprio Kropotkine mencionando esse dinheiro que arrecadaram no Brasil. Neno Vasco conseguiu juntar à volta dele alguns brasileiros [que se notabilizaram], como Edgar Leuenroth, mas, entre eles havia também um português, vindo do Porto, que era comerciante, chamado Adelino Tavares de Pinho, sujeito inteligentíssimo, que acabou por aderir ao movimento anarquista e perder tudo com a propaganda, pois tinha por lá umas lojitas. E quando morreu era professor da Escola Moderna, de que foi um dos primeiros introdutores no Brasil. [Este é apenas um exemplo, pois] a partir do Neno Vasco, em São Paulo, surgiu uma série de militantes anarquistas portugueses, e isso alargou-se a outros Estados. Um dos anarquistas mais influentes foi o Marques da Costa. Ele lançou um jornal chamado "O Trabalho", que teve uma certa repercussão e o obrigou a ter de fugir para Manaus, depois de ter estado preso por uns dias. Logo a seguir, apareceu com um novo jornal, chamado "Despertar", começou a fazer propaganda e iniciou outros portugueses, como Manuel Cunha. Depois desse problema, em 1919, Marques da Costa veio para o Rio de Janeiro. Inicialmente teve uma coluna sua no diário "A Vanguarda", depois n"A Pátria", jornais com muita repercussão no Rio de Janeiro e noutros Estados, e isso atingiu uma quantidade de intelectuais, não só porque ele escrevia muito bem, mas também pelas notícias que ele incluía na sua coluna, entrevistas, colaborações, com o Oiticica e outros militantes anarquistas de muita projecção. E isso fez com que o Marques da Costa conseguisse, através desse jornal, tornar-se uma pessoa também muito conhecida da polícia e, por isso, muito vigiado, a ponto de, em 1925, num congresso de comemoração do 1° de Maio, que se realizou na Praça Moá, no Rio de Janeiro, os trabalhadores formaram um palanque aonde foram falar vários trabalhadores, mas dois foram proibidos pela polícia de falar; um deles era o Marques da Costa. Então o Marques da Costa ficou ali por perto — naquela época ele era relativamente novo —, os outros foram falando e, então, quando chegou a vez dele de falar, deu um salto para cima do palanque, com a Praça Moá apinhada de gente e disse: «Apesar da polícia me proibir de falar, eu vou falar, e fez um discurso tremendo; a polícia tentou alcançá-lo, mas a multidão era tanta que o Marques da Costa acabou por concluir o seu discurso muito acalorado. Em seguida saiu, não foi logo para casa, deu umas voltas pelo Rio de Janeiro, a polícia sempre vigiando, mas no dia seguinte prenderam-no e mandaram-no logo para Lisboa.

Além do Marques da Costa, sobressaíram uma série de outros militantes, como Diamantino Augusto, Amílcar dos Santos, Raúl Pereira dos Santos (este era de Lisboa), José Romero — que nasceu em Espanha, mas que veio de lá logo com 2 anos de idade —, que foi expulso para Espanha, mas como não sabia nem sequer falar Espanhol, acabou por não se adaptar, também por causa do clima, e voltou para Portugal e lá fez parte da CGT, trabalhou como jornalista n "A Batalha" e acabou por fugir para o Brasil no começo de 1926, logo quando a ditadura [foi imposta]). E então, como trazia toda uma gama de conhecimentos adquiridos em Portugal, ele foi um grande militante também no Brasil. Além desse, eu colhi os nomes, só no Rio de Janeiro, de mais de 200 militantes portugueses, alguns que já vieram anarquistas de Portugal e outros que se fizeram anarquistas, como aconteceu também com alguns espanhóis e italianos que tomaram no Brasil conhecimento com o anarquismo, também porque eram operários, tinham problemas sociais, contactaram o sindicato — é o caso do barbeiro Amílcar dos Santos, de que já falei: ele chegou, leu num jornal alguma coisa sobre a classe dos barbeiros, interessou-se, foi à União dos Barbeiros, como se chamava na época, assistiu a uma palestra e ficou admirado como os trabalhadores conseguiam falar tão bem e ter tanta cultura social, e acabou por se tornar um verdadeiro militante; escrevia muito bem, inclusive escreveu umas memórias que não conseguiu publicar e de que muitos episódios estão, até, em meu poder.

E o Sindicato da Construção Civil no Rio de J.?

O Sindicato da Construção Civil, foi, podemos dizer, o

do movimento anarco-sindicalista no Rio de Janeiro, criou na sua sede, que era na Rua Barão de S. Félix, nº 119, um centro de cultura, criou um grupo de teatro social, criou uma orquestra — que aqui se chamaria banda de música —, tudo com anarquistas (e a maioria eram portugueses); um sapateiro português fazia parte e foi maestro dessa orquestra, chamado António Correia; outro português que também fez parte desse movimento, no teatro social, foi Manuel Lopes, que morreu com 98 anos. Todas as semanas ali realizavam uma conferência sobre anarquismo. Além disso, tiveram o que se chamava a escola de militantes (o que também existiu em Portugal), em que eles treinavam os militantes para falar em público, no 1º de Maio, nas datas históricas, e onde ensinavam também a escrever. Por exemplo, o Fábio Luz deu lá aulas. Ele, que era médico, mesmo assim conseguiu passar fome, porque no consultório dele, as pessoas que iam à consulta e não tinham dinheiro para pagar, ele não só não cobrava, como ainda dava dinheiro para comprar remédios. Então, o que é que ele fez? Foi para professor no Pedro II e era com o salário de professor que ele vivia, e o trabalho médico dele era para dar consultas de graça. Fábio Luz deu no Sindicato da Construção Civil aulas de Italiano, Português e Espanhol e fizeram-se assim militantes valorosíssimos. A maior parte destes militantes do Sindicato foi morrer no Oiapoque, inclusive um português chamado Pedro Carneiro, de que eu incluí, num dos meus livros uma memória manuscrita sua, muito bem feita, onde descreve toda a trajectória da sua deportação, o tempo que andou lá pelos alagados do Brasil. Esse sindicato foi o que mais resistiu à influência dos comunistas. Depois da Rua Barão de S. Félix, ele conseguiu ter uma sede na Praça da República e alugar um prédio de quatro andares, e ali organizaram todas as associações operárias, grupos de teatro, grupos de música, e conseguiram nesse prédio, que é, salvo erro, no nº 16 ou 17 — ainda existe esse prédio, que eu já fotografei mais do que uma vez —, levar esse movimento até ao Getúlio Vargas fechar as organizações operárias livres para formar os sindicatos verticais — os chamados sindicatos fascistas brasileiros. Eu creio que os portugueses tiveram aí, nesse sindicato, uma importância muito grande.

Da esquerda para a direita: Afonso Vieira, Ideal Peres, Pedro Gonçalves, Énio Cardoso (sentado), Jaime Cutero, Edgar Rodrigues, Serafim Porto, Roberto das Neves.

A luta contra o fascismo em Portugal

Nos livros e artigos, vários, há um denominador comum, uma posição de luta, no Brasil, contra a ditadura instalada em Portugal, de Salazar e Caetano. Como é que viu essa conjugação de esforços no sentido de derrubar a ditadura aqui em Portugal?

Isso também tem a ver com os próprios portugueses refugiados. Quando eu cheguei ao Brasil, levava muitas anotações, jornais, recortes, o que eu pude juntar aqui, na clandestinidade. E o meu propósito inicial era o de denunciar a ditadura portuguesa, denunciar a situação dos companheiros que estavam presos, deportados no Tarrafal, nas outras prisões, os que tinham sido mortos, enfim o mal que a PIDE vinha fazendo. E assim como eu, chegaram outros, como Manuel António Vinhais, que teve uma grande participação no movimento anarquista, em São Paulo, e que no jornal "A Plebe" denunciou bastante a situação. Os anarquistas portugueses, ao chegar ao Brasil, no Rio e em São Paulo, sobretudo, envolveram-se no movimento anarquista local, mas não esqueceram

os companheiros que deixaram presos por aqui. E fizeram essa denúncia. Certos anarquistas brasileiros, principalmente o Oiticica, demonstraram um interesse imenso em conhecer as coisas que estavam a acontecer em Portugal, ao contrário de outros brasileiros, anarquistas também, que nunca se preocuparam muito, alguns até oferecendo uma certa resistência em publicar artigos nos jornais anarquistas sobre a luta [contra a ditadura], em Portugal. Mas o Oiticica sempre se interessou. Tanto que eu, que não pretendia fazê-lo inicialmente — a minha pretensão era escrever um livrinho, que depois vim a publicar —, comecei a escrever no "Ação Direta" uma série de pequenos artigos chamados "No Paraíso de Salazar", que saíram sucessivamente, com ilustrações mostrando presos políticos portugueses, falando do Tarrafal, da situação de alguns militantes, etc.. E mandava depois essas notícias, e outras para jornais na Argentina, no Uruguai, na França, na Costa Rica — onde tinha um amigo cubano refugiado, um advogado, que aí havia iniciado a publicação de um jornal ("El Sol"), no qual eu publiquei uma quantidade de coisas.

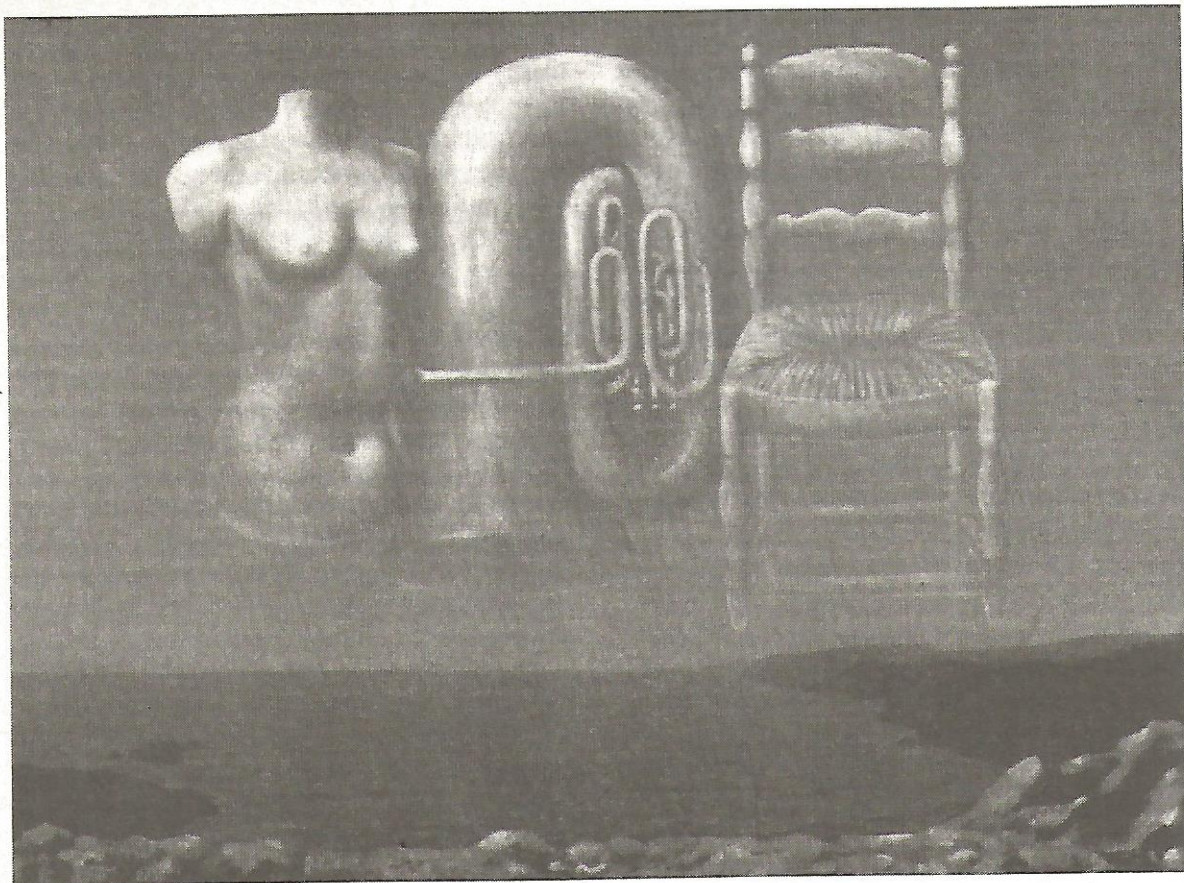
Outros fizeram também a mesma coisa. E havia, paralelamente a esse trabalhos de denúncia dos anarquistas, que não era uma denúncia em separado do movimento anarquista, era uma denúncia inserida no movimento, porque nos preocupávamos com os anarquistas e anarco-sindicalistas portugueses presos e deportados e com as organizações que haviam desaparecido. E havia um relacionamento, uma troca de correspondência com os companheiros portugueses, aqueles que tinham coragem de fazer isso. Bom!... De repente, surgiu em São Paulo um grupo de democratas, alguns exilados, outros que tinham ido para ali como emigrantes mas que eram anti-fascistas, e iniciaram a publicação de um jornal chamado "O Portugal Democrático". E aí havia duas correntes, havia alguns comunistas, do Partido Comunista Português, que começaram a puxar para o lado da Rússia, e os outros, que eram mais democratas, defendiam uma posição independente anti-fascista. Com isso, acabou "O Portugal Democrático". E os democratas passaram a publicar "A Semana Portuguesa". Eu colaborei, também, nesse jornal, com alguns artigos anti-fascistas denunciado a ditadura.

Quando os políticos portugueses começaram a pedir asilo político nas embaixadas, nós aliciámos os anarquistas brasileiros, na sua quase totalidade, para uma campanha a favor do direito de asilo político a quem quer que fosse, ao sujeito [anónimo], ao democrata, ao militar... Naquela época, o Delgado já era um dos refugiados na Embaixada, o Galvão também — mas havia outras pessoas que não eram militares —, e fizemos discursos, campanhas, na União Nacional dos Estudantes do Rio de Janeiro, na de São Paulo, na Bahia, fez-se palestras em vários lugares, deu-se entrevistas aos jornais diários, criámos um movimento de oposição e acabamos por conseguir fazer um congresso latino-americano em São Paulo, com anti-fascistas portugueses e espanhóis, e aí estavam integrados homens da CNT, alguns exilados em São Paulo e outros que vieram da América Latina. Foi um movimento bastante forte, e acabou por fazer com que o governo brasileiro (do Juscelino Kubitschek de Oliveira) pressionasse de tal forma o Salazar, que ele se viu obrigado a dar os vistos de saída aos exilados. Aí cresceu enormemente esse movimento de oposição, com gente que já não eram só os anarquistas. Criou-se no Rio de Janeiro uma associação chamada Associação General Humberto Delgado, quando ele ainda estava refugiado na Embaixada, em Lisboa. Essa associação começou com alguns intelectuais portugueses, alguns brasileiros também — uma das pessoas que participou muito nisso foi um embaixador que estava em Portugal na época, o Álvaro Lins, um intelectual bastante conhecido, que se apaixonou por aquilo e acabou, inclusivamente por deixar o governo de Juscelino, porque achou que este não tomou a atitude mais enérgica em relação ao direito de asilo dos portugueses. Nesse compasso de tempo, surgiu o [caso do] "Santa Maria". E os portugueses continuaram com aquele movimento e ele cresceu tanto que se não fosse isso, aquela gente tinha sido toda entregue à PIDE, o "Santa Maria" acabava por vir para Portugal com o Galvão e todo aquele pessoal, os espanhóis e os portugueses — e os espanhóis certamente acabariam por ir parar ao garrote vil...

À parte disso, ocorreram muitos factos curiosos: aí envolvemos o Centro José Oiticica, o Centro de Cultura Social de São Paulo, a chácara que, depois, serviu de abrigo aos refugiados sequestradores do "Santa Maria" e houve algumas pessoas desse grupo que depois acabaram por ir trabalhar para os diários "Folha de São Paulo" e "O Estado de São Paulo". E as coisas foram-se abrindo. Os anarquistas nunca estiveram muito ligados com os políticos, mas participavam, às vezes, em conjunto. Por exemplo, o Centro de Estudos José Oiticica, numa época em que teve como presidente um professor do Pedro

[illegible] um catedrático, Serafim Porto, que era filho de portugueses, conseguiu sensibilizar os estudantes do Secundário brasileiros, e faziam semanalmente um comício dentro da própria sede da União Nacional dos Estudantes, que era na praia do Flamengo, ali no coração do Rio de Janeiro. E apareciam os jornais diários, colavam-se cartazes de parede, com recortes de denúncias sobre os presos políticos, etc.. E a Associação General Humberto Delgado, que tinha nascido naquela época, também participou nesses comícios, embora sem nenhum vínculo de ideias. Eles continuavam a fazer a propaganda política deles sobre o direito de asilo, etc..
A actividade dos anarquistas foi mais no sentido de libertar os anarquistas portugueses presos e de conseguir ajudar a derrubar a ditadura, nunca se comprometeu muito com o movimento político.

O futuro do anarquismono Brasil

Mas depois de tudo o que já disse, de tudo o que já viveu, quais são as potencialidades do movimento social, em geral, e do movimento anarquista no Brasil?
Eu estou um pouco céptico em relação ao movimento anarquista no Brasil. E por uma razão simples – aliás parece-me que esse mesmo fenómeno está a acontecer aqui –, é que existem dezenas, poderia até dizer uma centena ou mais de grupos anarquistas, de grupos de jovens que se dizem anarquistas, mas são movimentos que duram pouco; forma-se um grupo, começam a publicar um boletinzinho, fazem lá uns desenhos, uns macaquinhos, põem por baixo umas frases, alguns confundem anarquismo com comunismo — há pouco tempo atrás recebi até um prospecto bem feitinho graficamente, que trazia uma bandeira preta e vermelha e dum lado, da parte preta, trazia o A do anarquismo e na parte vermelha a foice e o martelo do comunismo; há, portanto, uma confusão tremenda na juventude, uns mais esclarecidos, outros menos, e eu vejo isso com grande preocupação. No fim da ditadura de Getúlio Vargas e no fim da ditadura militar, no começo, foi possível reunir — porque ainda existiam algumas pessoas velhas — os velhos e os novos que foram surgindo naquela época, e publicar jornais com algum conteúdo anarquista, jornais que faziam propaganda, que chegavam aos meios intelectuais, que fizeram com que os professores e outros intelectuais fossem buscar matéria-prima para as suas teses de doutoramento, mas actualmente, este pessoal mais jovem, está a fazer uma confusão desgraçada, que me parece que é muito mais negativa para o anarquismo.
A minha esperança, por outro lado — tenho uma grande esperança no reflorescimento do anarquismo no Brasil — vem dessa grande quantidade de livros que se publicaram, alguns até em segunda, terceira e quarta edição, e que foram por lá distribuídos, vendidos, chegados às universidades, às bibliotecas, e que ninguém queimou. Esses livros existem lá no Brasil, em grande quantidade, e hoje, amanhã, daqui a meio ano, daqui a um ano, daqui a meio século, alguém vai acabar por ler esses livros e acabar por fazer propaganda do anarquismo. O anarquismo vai voltar a florescer com gente mais madura; ou, na melhor das hipóteses, talvez alguns destes jovens acabem por amadurecer. Há esforços importantes em Santa Catarina (mas com dificuldade), em São Paulo (aqui com uma dificuldade tremenda). Tenho fé que os livros que estão por lá espalhados, nas bibliotecas, cheguem a sensibilizar gente, e [surja alguém] dos intelectuais que defenderam teses de doutoramento — alguns chegaram a dizer-se anarquistas, em palestras que fizeram no Centro de Cultura Social de São Paulo. Mas, concretamente, militando no movimento, não conheço nenhum. Por isso, vamos ver. Eu tenho as minhas preocupações, estou um pouco céptico, porque quando a gente começa a ficar velho, talvez também seja um pouco mais impertinente quando começamos a ver que os novos não fazem aquilo que a gente gostaria que eles fizessem. Não é que eles devessem fazer como nós, porque cada pessoa é uma individualidade, cada um faz as coisas a seu modo, a época hoje é diferente. Antigamente, um jornalzinho fazia-se à base de um linótipo, hoje faz-se até por computador, há outros processos muito mais rápidos, as coisas mudaram. E também a interpretação de uma série de factores. A ecologia entrou muito no meio do anarquismo, principalmente no Brasil, porque há uma certa preocupação com a preservação da Natureza, uma coisa que os anarquistas, no passado, não tiveram assim tanta preocupação, porque havia muita mata e pouca gente e hoje existe muita gente e a mata está a queimar-se. De forma que estou bastante preocupado com isso. Vamos ver se ainda surge, antes de eu morrer, alguém para tomar conta das coisas, porque de momento não vejo isso.

Lição de Abrantes

A cidade abrantina ficou de parabéns, ao ocorrer ali de 8 a 17 de Novembro de 1996 um encontro inédito e fecundo: o Festival do Imaginário, realização da jovem Associação Palha de Abrantes. Foi um festival de grande fôlego, não só graças aos palestrantes portugueses e estrangeiros, mas também pelo modo como a participação de todos se viu assegurada, visto ter-se ali tratado, entre outras coisas, de debates para uma *saída da crise*, crise que neste caso remete para um bloqueamento das ideias libertadoras. A completar o núcleo central, o do diálogo, o festival incluiu um outro leque de iniciativas: encontros com escritores, extensivos a escolas; cinema e teatro; e várias exposições (de fotografia, pintura e escultura). Na impossibilidade de num curto comentário dar conta do que foram dez dias consecutivos de palestras e debates amiúde substanciais, será de sublinhar *o fenómeno* no contexto em que ocorre – e não me refiro ao contexto simplesmente físico

de Abrantes, mas às circunstâncias mentais em que vivemos.

Por muitas razões, o presente contexto tem-se mostrado hostil a iniciativas desta natureza, mesmo em Lisboa ou no Porto. De certo modo porque mal se começa a sair duma ressaca que em Portugal remonta ao 25 de Novembro de 1975 e à sua principal consequência política: a integração plena do Estado português (neste incluindo obviamente a economia) num modelo de desenvolvimento capitalista dito *global*, cuja orientação decorre da liderança mundial das empresas multinacionais e da guerra sem quartel que todos os dias fomentam. Nesta atmosfera de «modernização», em que simplesmente se assiste a uma aceleração lucrativa da devastação que vem de trás, porventura mais visível nos chamados problemas ambientais ou ecológicos mas atingindo também outros domínios mais íntimos, foi-se impondo a ideia duma espécie de impossibilidade de oposição ou resistência aos fundamentos do modo de produção que traz no âmago a morbidez. Tornou-se isso notório, nos anos 80, com a vitória ideológica do neoliberalismo, anunciada com trombetas no centro norte-americano do império e logo adoptada nas diversas «províncias», vitória essa que veio legitimar, disseminando-a, uma ideia-chave, a da supremacia absoluta do mercado, que prosaicamente corresponde à total *superioridade* da mercadoria, liberta de tutelas. Essa ideia-chave, aparentemente polissémica, produz apenas um sentido: tudo é permitido desde que dê lucro, tudo vale a pena desde que dê dinheiro. A guerra (social), num tal ambiente, não é metáfora nenhuma, resultando quase automaticamente, no plano inter-individual, da assunção destes princípios eminentemente bélicos.

Num tal clima de fuga em frente, criaram-se necessariamente condições mentais, adentro deste neo-obscurantismo, conducentes ao Vale Tudo e a uma diversificada patologia que o carácter absolutista do compra-e-venda segrega. Digamos, para abreviar, que a grande vitória deste movimento consistiu em ter imposto a noção nebulosa de que o regime capitalista – este em que tudo devém *produto* –, embora defeituoso, é o melhor possível à face da Terra, sendo por isso inatacável nos seus alicerces. Daí a aceitar-se a democracia estatal como o supra-sumo das concepções políticas foi um passo, podendo condenar-se *ab initio* quaisquer formulações verdadeiramente críticas, ou seja, que ponham em causa, não apenas certos pormenores quantitativas da governação, mas os próprios fundamentos em que esta governação se estriba. Para facilitar as coisas, dava-se isto em plena decomposição do capitalismo de Estado na Europa oriental, a que as boas almas, pressurosas, logo chamaram com júbilo «o fim do comunismo».

O estado de graça ideológico do capitalismo durou aparentemente mais de uma década – o que é obra, tendo em conta as suas realizações. Mas este período parece ter começado a chegar ao fim. Naturalmente, são as próprias condições reais que se encarregam de desmontar esse edifício ideológico que subtilmente sugere, nisso seguindo à risca o modelo «soviético», que os opositores são pessoas com desequilíbrios mentais, devendo logicamente ser curadas – para seu bem, visto em prol delas velarem todas as instituições estatais e económicas.

O Festival do Imaginário surge justamente como uma contribuição notável, no âmbito das perspectivas para uma superação do congelamento ideológico atrofiador, antes de mais nada ao mostrar que o cerco exercido pelo imaginário capitalista, hoje quase absolutamente dominante, pode ser combatido por uma imaginação libertária, alicerçada, a partir das contradições sociais efectivas, na sua exigência central de democracia directa, de comunicação herética, de um *pôr em comum* assente na gratuitidade. Como escreve Vaneigem, de modo provocatório, no seu livro mais recente, «os nossos únicos inimigos somos nós mesmos, as únicas armas que devemos recear são a passividade e a resignação que se transmitem,

o único perigo que corremos é o de renunciarmos ao exercício de uma vida cuja exigência é proclamada por todos os nossos desejos, do mais fútil ao mais irreprimível» (*Nous qui désirons sans fin*, 1996). Assim sendo, uma das ideias essenciais suscitadas no Festival do Imaginário foi por exemplo a do jornalista António Carvalho, quando a propósito dos meios de informação de massas formulou a necessidade e a possibilidade duma resistência aos aspectos mais modernos e *avançados* do capitalismo, ou seja, aos que de facto dominam estrategicamente sempre com vista à pior das servidões, a servidão voluntária.

Com isto, estou com certeza a realçar a feição politicamente mais positiva do Festival do Imaginário. Porque, eclécticas, nem todas as participações tiveram esse timbre; o teor de algumas não teve sequer preocupações sociais, não passando do âmbito da estética, com o que isso tem necessariamente de mundano. Por outro lado, do ponto de vista da organização, o F.I. adoptou um critério semiprofissional, pagando aos palestrantes, embora somas modestas. E para arcar com as grandes despesas que uma iniciativa deste género envolve, recorreu ao mecenato, que incluiu a Câmara Municipal de Abrantes, o Ministério da Cultura, a Fundação Gulbenkian, vários institutos culturais e até duas empresas privadas de Abrantes. Ou seja, para assumir com seriedade e eficácia aquilo a que meteu ombros, a Associação Palha de Abrantes não receou a contradição de vir a público contribuir para a crítica do mundo, recorrendo, para isso, a instituições... desprovidas dessa vocação. É que a concepção do Festival tinha à partida força e coerência próprias, capazes de ultrapassar esta *dependência*.

Dentre as palestras, destaco, pelo vigor e fecundidade, as de Castoriadis («A Imaginação radical e as encruzilhadas da civilização contemporânea»), Jean-Pierre Cometti («A imaginação sem o poder»), Fernando Savater («Imaginação da felicidade») e Eduardo Lourenço («A Europa e a questão do imaginário»). Das mesas-redondas, a de Viriato Soromenho Marques, Helena Roseta e António Eloy, «Racionalidade científica: questão ecológica, crise da imaginação?» (limitando-se no entanto o terceiro interveniente a expor banalidades, chegando a defender a profissionalização dos políticos alternativos), e também a de Afonso Praça, António Carvalho, Francisco Bélard e Hilario Hernández Sánchez sobre «O imaginário da comunicação social» (ou seja, da imprensa). Dos encontros, sublinho o que ocorreu com o escritor Olivier Rolin, apresentado pelo editor Manuel Alberto Valente, pela simplicidade e calor de que se revestiu.

O Festival do Imaginário, concebido por Jorge Maximino, teve a colaboração estreita de Miguel Serras Pereira, bem como de outros activos elementos da Associação Palha de Abrantes. Os textos das palestras deverão ser publicados em livro.

Resta assinalar que a importância atribuída pelos meios de formação de massas a este evento foi, com as excepções da regra, se não nula, muito próxima disso.

Júlio Henriques

DE PARTE NENHUMA

5

José Tavares

Um rapaz de skate desliza rápido pela rua

- Vamos! - disse Pinto Gonçalves de Montalvão Sapador.

Abandonar o clube, um local onde o império sem imperador espelha o seu poder era certamente, sob o ponto de vista lógico, de uma evidente insensatez.

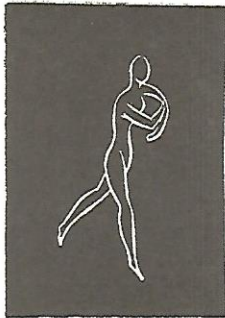
Porém, acedi ao seu desejo não só porque o Pinto tinha acordado, como a proliferação de máscaras novimagem invadia o clube, aborrecendo o carácter. Mas é perigoso andar por aí sem máscara. Se tal coisa for notada logo se é excluído. A comunicação entre os indivíduos, outrora simples expressão da natureza humana, encontra-se integralmente anexada.

Actualmente todos parecem conhecer as máscaras novimagem como meio de esconder o verdadeiro rosto. Por exemplo, a Máquina formula e molda as mais variadas máscaras destinadas a esconder os rostos dos utentes e dos fabricantes de programas. Programas que incluem a parte de leão, a publicidade. Têm lançado no império mercantil máscaras de comprovada eficácia. Isto tem facilitado muito o servilismo, a submissão à hierarquização dos indivíduos, a uniformização de tudo e de todos.

A extensão do desastre humano é tão grande, a fúria contra todos e tudo o que é considerado desvio e dissidência é tão evidente que quase fiquei convencido da normalidade das máscaras novimagem. A sua utilização q.b. circunscreve o utilizador ao horizonte compulsório do império mercantil. Império sem imperador.

Enquanto avançava ao longo da rua com o Pinto completamente emudecido, revisitava as máscaras que tinha observado no percurso do dia e da vida. Homens e mulheres de rostos transtornados, moldados, rigorosamente estudados e profissionalmente executados.

Sempre a necessitarem de repouso, de férias. Mas mesmo aí o rosto quantas vezes a trair o descanso e a revelar o desenho do papel compulsivamente atribuído.

Nos institutos e academias vocacionadas para a formação de arquitectos de almas fazem uma preparação científica da máscara a usar e da já usada. Mas para quem disso necessite, vieram à minha memória, a três quarteirões de distância do clube, algumas receitas de máscaras caseiras novimagem, simples na sua preparação. Estas exercem uma acção muito mais lenta mas em certo modo, benéfica sob o ponto de vista imperial (sagres, super-tola,...).

Antes de aplicar uma máscara deve, se for a primeira aplicação, arrancar o rosto natural ou, se for o caso, retirar a máscara anteriormente utilizada. De seguida, deve fazer uma perfeita limpeza dos valores tais como a sinceridade, a franqueza, a solidariedade, o apoio mútuo, ... empregando o caótico egoísmo autoritário e cifrão próprio. O efeito da máscara novimagem não exercerá a sua acção se ela for aplicada sobre um carácter rebelde que pensa pela sua própria cabeça. Uma formação inconformista obstrui quer o carneirismo seguidista, quer a concentração do concentracionário cifrão.

Não deve falar depois de aplicar na cara uma máscara e de ela ter secado. Isto para evitar que estale, perdendo assim grande parte do seu efeito.

MÁSCARA DE GEMA DE CIFRÃO

Bata umas sete a oito notas de dez mil escudos (pode utilizar euros, dólares,...) dentro de uma pequena tigela, misturando-lhe pouco a pouco uma ampola de 15 cm cúbicos de óleo canforado e 20 cm cúbicos de cola-tudo. Depois de as notas estarem bem batidas espalhe-as pela cara, testa e pescoço. Deixe-a secar.

Impressiona, facilita a entrada em qualquer lugar e para um lugar qualquer, podendo ser aplicada uma ou duas vezes por semana.

MÁSCARA DE MIL E UM CONTOS

Pegue em mil e uma notas de cinco mil escudos e cole-as pela cara, testa e pescoço. Deixe abertura para os olhos e a boca.

Evita a visualização das rugas, podendo ser utilizada uma vez por mês.

Soberba!

MÁSCARA PATRIÓTICA

Misture dentro de uma tigela: cinco colheres de sopa, uma de sangue mouro, outra de sangue castelhano, uma de sangue negro, outra de sangue índio e uma de sangue indígena da região; as cinco quinas e a esfera armilar previamente recortadas à bandeira nacional, algumas cruzes do império previamente batidas. Acrescente cola-tudo e 20 gramas de guaiaco. Aplique e deixe secar.

Magnifica para o dia 1 de dezembro, mas também 10 de Junho, EXPO'98, etc...

MÁSCARA DE REVOLUCIONÁRIOUISTA

Bata uma qualquer mística, junte-lhe uma colher de chá de hagiografia militante e farinha-linguagem suficiente para, após ter deitado 50 cm cúbicos de cola-tudo, fazer uma papa que deve espalhar pela cara, cabeça e pescoço.

Meia hora depois é uma grande seca.

Para branqueamento de imagem ou lançar veneno.

MÁSCARA DE GEMA-CRATA

Bata os direitos do homem e misture num alguidar, acrescentando lentamente 50 a 60 cm cúbicos de cola-tudo e 70 gramas de Rhus aromática, a representação política, sindical, cultural, moral, o tratado da livre economia, as multinacionais, a carta dos direitos da alemãmérica, umas tantas corrupções e atrocidades e uma razoável dose de cinismo pragmático ecolo-capitalista. Aplique à cara e deixe secar.

Formidável para debates televisivos e andar coerente com a época.

Amigos da Utopia,

Escrevo estas linhas na dupla qualidade de leitora da Utopia e parte saliente nas diatribes do meu pai, João Leonel Faria, na sua "carta aberta" publicada no último número da vossa revista.

Estou mais que habituada, e saturada, das grandes tiradas falaciosas do meu pai e dos seus amigos da Banca e da Sacristia, permanentemente enredados nos embustes com que defendem os privilégios da sua casta, ao mesmo tempo que proclamam as "boas acções" e a "caridade cristã". Enquanto se refastelam com privilégios e mordomias, propagam uma ideologia liberticida e consolam os espoliados com miríficas recompensas no além. É este o ambiente em que nasci e cresci, a obediência cega, o respeito pelos "altos valores que nos regem", as actividades eclesiásticas, o acompanhamento do padre confessor, o recato, a castidade, as reuniões em casa dos amigos do pai, a vida programada, a caridade com os "nossos pobres", o respeito e o orgulho, a autoridade e o preconceito, são grilhetas que sempre me aprisionaram.

Meu pai, o chefe, decide as políticas da sua casa. Nós, família e empregados, só temos de obedecer e tudo corre ás mil maravilhas. As contradições entre o que se proclama e o que se faz, as falsidades, as dependências, a passividade, as fobias, os refúgios na ficção dos "grandes valores espirituais", são apenas algumas das consequências da opressão que sofremos, sempre escamoteada ao longo dos anos pelo hábil prestigiador que é o meu pai.

Nada disto é novo para mim e para todos aqueles que conhecem a podridão do ambiente da "saudável família católica".

Novidade e o cúmulo da hipocrisia é o desplante do "Dr. João Faria", como gosta de ser tratado, em escrever semelhantes dislates para a "Utopia".

Afinal quem é o Dr. João Lopes Faria?

Um ex-dirigente da organização fascista juvenil "Mocidade Portuguesa", um defensor do Primeiro Ministro fascista Marcelo Caetano e da sua política de abertura controlada. É um indivíduo que se envergonha e esconde as suas origens de filho de almocreve e neto de camponeses beirões.
Um homem que, desde muito novo, tem militado nas estruturas mais obscurantistas da igreja católica, opondo-se à mínima tentativa de limpeza das teias de aranha que a envolvem.
É, desde há vários anos, membro influente da mafia católica, a Opus Dei, figura de proa dessa seita, reunindo amiúde com os seus tentáculos mais poderosos.

Este indivíduo coarcta a liberdade de cada um, decide, em nome da ideologia que professa, o que cada um deve fazer e mesmo pensar. Os seus subordinados têm, obrigatoriamente, de lhe obedecer e, se pretendem trepar na hierarquia, terão de pôr em prática a sabujice e a denúncia, não esquecendo nunca de temperar tudo isso com os chamados "valores cristãos" e de exibirem os costumes conformes à "moral católica", inspirando-se no Sr. Director e na sua "família exemplar".

A "família exemplar" de que faço parte, tem de se sujeitar à falsa mansidão do seu chefe, aos seus bacocos luxos pessoais e religiosos, obedecer sem queixumes aos caprichos de uma mente pervertida por uma religião baseada na concepção esclavagista da vida, com um Deus ditatorial e alguns, escassos e impiedosos, algozes. Este perverso manipulador das sombras exerce, em nome de um Deus desconhecido, toda a sorte de crueldades, no Banco e na Paróquia, chantageia, através de ofertas irrisórias, pequeníssimo quinhão do imenso

caudal que a sua causa nos espolia, ou por via da promessa de uma fantasiosa vida pós morte plena de felicidade.

Os pobres de espírito e de recursos, deixam-se subjugar por este discurso, mas isso não lhe chega. Tem necessidade daquilo a que chama "o suporte de uma família feliz", ou seja, o exercício do poder absoluto sobre os que, com ele, partilham a mesma casa, vítimas das suas promessas e terror de sacristia.

Temos constituído, afinal, o seu cartão de apresentação, da solidez e solidariedades familiares, meros títeres que exibe orgulhoso à sociedade, enquanto pratica as mais variadas técnicas de coacção e chantagem psicológica sobre nós, no laboratório de crueldades privativo a que, com pompa e solenidade, chama feliz lar cristão.

Esta foi, durante longos anos, a minha realidade, mas nem todas as promessas de um além esplendoroso ou um viver terreno confortável, com futuro programado, podem restringir eternamente a ânsia de ser livre, quando se é uma rapariga de 18 anos e se sonha com o amor e com a vida sem constrangimentos.

Por isso abandonei aquele luxuoso antro concentracionário, cortei para sempre com o psicodrama a que tempo demais fui submetida. Hoje vivo num quarto com a Guida, minha amiga, e preparo-me para entrar em Belas Artes meu sonho de criança que o Dr. João Faria sempre contrariou. Trabalho com a Guida no Supermercado. Ganho pouco, claro, mas liberteime das mesadas e correspondentes imposições. Mais importante, respiro um doce e fragrante aroma, o ar da liberdade.

Um grande abraço e saudações anarquistas da

Teresa

Livros e Leituras

O CASO SILVA CARVALHO

É impossível abordarmos os escritos de Silva Carvalho sem um preâmbulo. Trata-se, com efeito, de um autor português que publica de maneira regular desde 1969, ou seja, há 28 anos, sendo ignorado (com as excepções da praxe) pela crítica literária. Entre 69 e 96 publicou dezanove títulos, de poesia e ensaio; o primeiro em edição de autor, os restantes em cinco editoras, a maioria dos quais na Brasília, do Porto.

Não é só o caso de Silva Carvalho que revela a indigência da crítica literária em Portugal, visto outros casos igualmente eloquentes a atestarem (os de Manuel da Silva Ramos e Alface ou de Alberto Pimenta, por exemplo). Mas é importante referi-lo, tendo em conta a quantidade de publicações (e até "espaços" televisivos) onde esta famosa crítica é regularmente exercida por uma pequena multidão de profissionais, especialistas e exegetas. É importante porque isto nos põe perante a certeza de uma verdadeira nova censura, hoje decorrente de factores menos obviamente políticos e mais difusos mas nem por isso menos concretos.

A indiferença manifestada perante os escritos de Silva Carvalho só pode explicar-se pelo conformismo que governa o jornalismo literário e também pela decomposição que nele lavra. Não é seguramente porque as obras deste autor sejam desprovidas de interesse, visto a actividade de Silva Carvalho se mostrar fecunda, expressiva e vivificadora — independentemente de concordarmos ou não com ele.

O seu último livro publicado é uma colectânea de ensaios e de traduções de poetas norte-americanos contemporâneos, prestando-se, graças às explicitações que carreia, a uma exposição mais clara do CASO SILVA CARVALHO nos seus dois aspectos mais notórios: o de autor ignorado e o de *escrevedor* com uma prática de ideias próprias — afirmando-se, nesta prática, a arrepio do consenso estabelecido entre nós a propósito da arte poética.

Na esteira do post-modernismo norte-americano, que se expande a partir dos anos 60 e no qual Silva Carvalho se reconhece, este autor foi introduzindo na sua actividade elementos constituintes tendentes a pôr em causa o estatuto corrente da arte literária e as ideias que o sustêm.

Para começar, a própria noção de arte. Insistindo no carácter autoformador do texto

poemático, nas suas características pessoais e contingentes, elabora-o como algo de confessional e reflexivo, e sobretudo de espontâneo e sincero, retirando-lhe a armação oficinal e a aura metafísica. O poema só se escreve uma vez, não sendo a sua imediaticidade alterável, visto tratar-se de uma expressão directa da vida, da experiência vivida na sua qualidade de testemunho circunstancial preciso. Por isso os poemas de Silva Carvalho surgem sempre datados, com dia, mês e ano, sendo muitos deles acompanhados de notações imediatas e biográficas nas quais o autor se debruça reflexivamente sobre o que acabou de escrever, mostrando nisso uma perplexidade atenta.

Depois, e correlativamente, Silva Carvalho defende o que chama uma estética da imperfeição, assente na precariedade do pensamento e, no seu modo operatório, alicerçada numa tautologia (remetendo para a imprevisibilidade), numa assunção do parêntesis (abertura de espaços) e num reconhecimento do carácter babélico ou meândrico das línguas agindo sobre a língua em operação de descoberta, sendo o carácter ocasional do escrito o seu suporte.

O corolário desta experiência é aquilo a que Silva Carvalho chama uma poesia sem poetas, remetendo-nos para a divisa estratégica de Lautrémont segundo a qual "a poesia deve ser feita por todos, e não por um" — ou seja, *dixit* Silva Carvalho, "feita pelos homens e pelas mulheres finalmente despidos de quaisquer atributos que os possam distinguir do resto da tribo, mas dados à fascinação das línguas como lugares onde se desenvolve um permanente diálogo, por elas estabelecido, com a realidade, dando origem a *falas* e a *dizeres*, e à prática da escrita enquanto 'autovalidação' e 'autocriação' (...)" (*A Linguagem Poética*, p.43).

Os textos de Silva Carvalho, cuja pulsão deriva de uma reflexão sobre o homem individual no tempo, apresentam-se eivados de acção filosófica, constituindo um filosofar permanente do escrevedor em busca do seu lugar nas circunstâncias que procuram delimitá-lo — e, no seu caso, que o isolam do convívio humano ao inscrever-se numa *loucura*, a da interrogação que rejeita o adquirido. Uma das questões centrais que o nosso autor incisivamente aborda, em especial na sua análise da poesia contemporânea em Portugal, é justamente o inaugural logocentrismo de Platão, a metafísica por este instaurada acerca de um centro e de uma origem de cuja matriz tudo decorre e que tudo modela, opondo-lhe, apoiando-se sobretudo em Heidegger, "a necessidade de se acabar de uma vez por todas com a opressão inerente a qualquer ideia de forma, de pureza, de bem feito, que subjazem à do domínio (de uma técnica capaz de assumir e ganhar o papel de *arte*)" (*Idibem*, p.37). As passagens sobre a poesia de Eugênio de Andrade, Herberto Helder e Ramos Rosa constituem sem dúvida uma reflexão muito séria, embora problemática, ao caracterizá-los como "poetas pós-simbolistas retardados", ou seja, pré-modernistas, sublinhando o papel do metaforismo exacerbado como expressão típica do poeta impessoal, *deus ex machina*, autocriador duma *realidade* instaurada no texto.

Se remetermos isto para a recepção desta criticada escrita, veremos que Silva Carvalho toca numa questão muito característica da poesia em Portugal, sobretudo se tivermos em mente os epígonos daqueles três autores, porque a verborreia metafórica que os epígonos do lirismo produzem, com desconcertante facilidade, descamba no puro artifício, incorpóreo e doentio, duma linguagem sem significação a não ser a de um *belo* estetizante e amiúde cabotino, que por sua vez é expressão de uma falta de pensamento, de uma ausência de personalidade.

Ao peso desmesurado do metaforismo e da estética que este mantém, Silva Carvalho opõe, longamente analisado, aquele que caracteriza como o primeiro poeta post-modernista português, Jorge de Sena, a que dedica dois ensaios neste livro, detectando na sua obra poética "a temporalidade que remete para uma visão pré-socrática anterior ao logocentrismo instaurado por Platão" (p.29). Opondo, na poesia seniana a noção de representação à de "processo testemunhal" (visto este poeta rejeitar uma arte do *parecer*). Silva Carvalho vai descobrir no prefácio de 1960 de Jorge de Sena

à sua *Poesia I* um manancial teorético, e nomeadamente a diferenciação por ele encetada perante a sensibilidade do modernismo e o consequente surgimento de uma nova apreensão, a post-moderna: "Há muito de orgulho desmedido nesse 'fingimento', que contrasta, quanto a mim, com a humildade expectante, a atenção discreta, a disponibilidade vigilante, com que, dando de nós mais que nós mesmos, *testemunhamos* do mundo que nos cerca, como do mundo que, vivendo-o, nós próprios cercamos do nosso maternal cuidado." É ainda neste prefácio destacado por Silva Carvalho que Sena escreve: "nunca soube ou nunca quis corrigir um verso ou reestruturar um poema, após o momentâneo acto de os registar ou de lutar pela chegada deles às palavras ou das palavras a eles." Para além de revelar assim as suas afinidades, Silva Carvalho projecta sobre Jorge de Sena uma nova luza, a de inaugurador em Portugal de uma corrente que só muito depois se torna conhecida, o post-modernismo de génese norte-americana.

Nesta nota apenas pretendo chamar à atenção para a importância de um autor silenciado através dos processos nossos contemporâneos de censura. Deixo para outra altura a discussão da *poesia* de Silva Carvalho (termos que ele não subscreve) — onde para já apenas poderei denotar uma paradoxal dificuldade de leitura, resultante por certo da sua novidade mas sobretudo do seu processo, que curiosamente assenta num diálogo como o leitor...

Júlio Henriques

Silva CARVALHO, *A Linguagem Porética*, Brasília Editora, Porto, 1996, 160pp. Além de Jorge de Sena, este livro contém textos sobre Hayden Carruth e Robert Lowell, bem como traduções notáveis de poemas de Wallace Stevens, William Bronk, Lowell e Carruth, autores que Silva Carvalho conhece bem.

ALTERNATIVAS

Ao lermos o livro – *Le Rêve au Quotidien* – de Domenico Pucciarelli, mais conhecido entre os amigos por Mimmo, ficamos com a impressão de mergulharmos num mundo que já vivemos em esporádicos momentos, ou por vezes tentamos utopicamente construir. São os dilemas de sempre que se deparam a todos aqueles para quem a palavra e o acto humano são antes de mais uma aprendizagem social mediatizada pela solidariedade e a liberdade. Ao confrontar-me com a leitura deste excelente livro, sinto-me cúmplice da análise do autor, pois que do ponto de vista objectivo e subjectivo, também eu senti e percorri alguns dos caminhos teóricos e práticos que fazem parte dos movimentos sociais alternativos nos países capitalistas desenvolvidos desde os finais da década de 60.

Não sendo um livro com características académicas, não obsta que os instrumentos analíticos utilizados pelo autor sejam, em parte, deduzidos de alguns paradigmas sociológicos clássicos. Tratando-se de uma investigação

circunscrita a um percurso individual perpassado por uma realidade sócio-histórica muito específica (1975-1995), é natural e compreensível que o método da observação participante e análise documental se tenham constituído como sustentáculos da interpretação e explicitação que Mimmo emprega no seu trabalho.

A história do movimento social alternativo de *Lyon* já vem de longe. Desde meados do século XIX que o operariado desta cidade demonstrou a sua radicalidade na luta contra a negatividade da exploração e opressão capitalista de então. Embora sendo objecto de contingências históricas substancialmente diferentes, a acção colectiva das associações, cooperativas e comunidades sediadas na encosta do bairro pobre de *Croix-Rousse*, no período histórico em análise, foi essencialmente estruturada por relações sociais baseadas no interconhecimento, na autonomia e na democracia directa. Sendo uma experiência de resistência aos ditames normativos do mercado e do Estado, pautou-se por valores, ideologias, práticas e princípios libertários.

Querendo sair dos constrangimentos negativos do trabalho assalariado, do lucro, da concorrência e de uma organização social do trabalho inscrita na autoridade hierárquica, ao constituírem-se como microcosmos de participação e decisão colectiva, os indivíduos e grupos que se integraram num processo de autogestão singular, tomaram nas suas mãos os destinos das suas vidas, sem dependerem de qualquer comité central partidário ou órgão de gestão empresarial. Como o autor do livro sublinha, é evidente que esse processo não foi pacífico nem foi isento de contradições e conflitos. A força coerciva do meio ambiente circundante fez-se sentir, ao ponto de uma parte substancial dessas experiências autónomas terem perdido parte do seu dinamismo inicial ou soçobrarem pura e simplesmente.

No quadro das utopias contemporâneas, Mimmo demonstra-nos que o movimento social alternativo do bairro *Croix-Rousse* resulta de dois factores fundamentais. Em primeiro lugar, das características da envolvente social, política, cultural e ideológica que atravessou os países capitalistas desenvolvidos. Em segundo lugar, da crise dos partidos, dos sindicatos, do Estado, do "socialismo real" e do capitalismo que se desenvolveu após a década de 70.

Em relação ao primeiro factor, face às contingências alienantes e massificadoras dos modelos de produção e de consumo capitalistas, uma parte significativa da juventude, estudantes, intelectuais e mulheres mobilizaram-se num processo de oposição e de reivindicação à ordem social vigente. Através da música, do teatro, do cinema, de actividades culturais, sociais e económicas foi possível desenvolver uma acção colectiva consubstanciada na criação de milhares de organizações, tentando subtrair-se à realidade normativa do mercado. O caso da Alemanha ocidental foi muito elucidativo a este respeito. Em Berlim, só nos anos de 1978-1979, viviam cerca de 150.000 pessoas em 25.000 comunidades (ob. cit., p. 35), procurando viver, trabalhar e habitar a cidade de uma forma alternativa e autónoma. Desde finais da década de 60 não admira que estas formas organizacionais se desenvolvessem como antros de interconhecimento e de identidade sócio-cultural, transformando-se rapidamente num processo de aprendizagem social e de resistência ao capitalismo e de revitalização da utopia libertária. Seguindo a mesma trajectória histórica, durante 20 anos, o bairro de *Croix-Rousse* foi sujeito e objecto de 79 experiências, repartidas em actividades de cinema, arte, música, tipografia, cartografia, colégios de crianças, casas de saúde, livrarias, editoras, restaurantes, etc. (ob. cit. pp.63-69). Foram experiências ricas com repercussões manifestas na vida quotidiana das pessoas que as integraram, permitindo que a solidariedade, a fraternidade e a liberdade ultrapassassem muitas vezes as vicissitudes da opressão e da exploração capitalista. Parte dessas experiências soçobraram, mas isso não obsta que algumas ainda continuem a subsistir e que os seus ensinamentos utópicos e revolucionários sejam de uma grande actualidade.

Maio de 68 foi sem dúvida o grito de revolta do movimento estudantil contra a degenerescência do capitalismo e do Estado, mas também uma luta contra a burocratização, a ortodoxia e ideologia dos partidos e sindicatos clássicos. O

esquerdismo desenvolveu-se como oposição ao modelo marxista-leninista soviético, ao mesmo tempo que as tendências marxistas radicais, autónomas, libertárias e anarquistas emergiam com relativa facilidade. O ressurgimento destas utopias tiveram um grande impacto na criação de um movimento social alternativo que procurou e procura superar esta sociedade moribunda. Na opinião de Mimmo, nunca poderemos compreender os movimentos sociais alternativos nos países capitalistas desenvolvidos nem tão-pouco explicitar o que ocorreu no bairro *Croix-Rousse*, se não tivermos presente a função dos princípios e práticas que atravessam essas correntes ideológicas. Na medida em que o marxismo-leninismo se revela cada vez mais uma ideologia decadente no espaço de intervenção das sociedades actuais, mais do que nunca a utopia e as alternativas libertárias podem consubstanciar-se em movimentos sociais conducentes à emancipação social.

Pelo que referi precedentemente, aconselha-se vivamente a leitura do livro de Domenico Pucciarelli, já que ele nos possibilita o acesso a uma informação objectiva de grande importância e nos dá, por outro lado, uma visão sociológica muito pertinente de como podemos começar a aprender a associar a teoria com a prática possível do anarquismo.

J.M. Carvalho Ferreira

Domenico PUCCIARELLI, *La Rêve au Quotidien – Les expériences collectives de la Croix-Rousse (1975-1995)*, Atelier de Création Libertaire, Lyon, 1996.

VAGABUNDOS LIVRES

Em "Vagabundos cruzando a noite", editado pela Antígona em Janeiro de 1997, Jack London, ao transportar-se à sua juventude, descreve-nos não só a riqueza daquela fase etária em si, mas também o quanto se pode ser feliz sendo vagabundo por opção como foi o caso dele. As narrativas do livro situam-se nos finais do século passado, período de todos conhecido pelas dificuldades de então, sobretudo no que respeita às relações laborais que terão levado o autor a escolher uma vida mais livre que a escravizante da maioria das pessoas da época. Não deve ser aliás alheia a essa situação, toda a ânsia expressa ao longo do livro, de viver de liberdade, aventura, o que era possível, segundo o autor, sendo-se vagabundo. Como ele próprio nos diz é sobretudo "*(...) com os pobres que se pode contar (...) pois estes nunca dizem não a um faminto*". Desde cedo que J. London reconheceu que junto de outros vagabundo a vida tinha outro sentido – mais liberdade, mais fraternidade, mais igualdade, menor submissão ao sistema e possibilidade de correr mundo de forma original – sendo-se incógnito. O único problema consistia em não se ser apanhado pelo sistema, porque a sê-lo revelava-se tal qual era e é: injusto, insensível, podre e... incapaz de resolver as suas múltiplas contradições. Para o autor nas formas de lhe escapar consubstanciava-se a sua sobrevivência, ora pulando de comboio em comboio, de carruagem em carruagem ou de país em país. J. London nesta sua obra não só traduz quanto gostou de ser vagabundo como descreve o quanto aprecia todos os vagabundos em geral. Segundo ele "*(...) para conseguir o que me fazia falta para sobreviver, via-me obrigado a contar histórias que parecessem verdadeiras. Nas portas das traseiras, por inexorável necessidade, desenvolve-se um poder de convicção e sinceridade equiparável ao dos grandes mestres da arte de contar. (...)*". Ainda hoje assim é quase no século XXI altura em que se multiplicam os vagabundos ou indigentes por esse mundo fora e que nada mais possuem do que uma boa história para contar para poderem subsistir. Da amizade pelos demais vagabundos narra-nos ele a dado passo na página 132 e aquando da despedida de um deles que resolveu em determinado optar por procurar um trabalho: "*(...) Chegara a hora da separação. Estreitámos as mãos enregeladas. Quando tentámos falar, começámos a bater os dentes e não conseguimos pronunciar uma palavra. Estávamos sós, isolados do mundo: apenas víamos uma estreita faixa de*

via férrea, cujas pontas se perdiam na bruma deslizante. Mudos, fitámo-nos intensamente e apertámos as mãos com simpatia. (...) O sueco esforçou-se por proferir qualquer coisa: fracas e distantes, num murmúrio baixo que lhe vinha do fundo da alma gelada, ouvi as suas palavras: – Nunca mais quero ser vagabundo. (...)". Se bem que grande parte do livro se dedique à forma como o autor "vagabundo" conseguia sobreviver sempre em grande sobressalto para não ser apanhado pelas autoridades policiais também nos conta no entanto, as dificuldades por que passavam os vagabundos quando eram apanhados por aquelas como lhe aconteceu algumas vezes tendo mesmo ido parar à cadeia durante um período que lhe pareceu uma vida só por ser vagabundo como ele nos conta na página 86 "(...) *Que tinha eu feito? Que crime cometera contra os bons cidadãos de...para me cair tal vingança? Nem sequer violara a postura que me proibia de dormir ao ar livre, porque naquela noite dormira no campo. Nem sequer pedira de comer ou mendigara «uma moedinha» pelas ruas.(...)*". Uma vez preso diz-nos que viu aí coisas inacreditáveis e monstruosas. "*E quanto mais via mais me convencia, maior era o respeito que sentia pelos cães de fila da lei e por toda a instituição da justiça criminal.*" Descreve ainda como era necessário ser-se habilidoso para conseguir sobreviver-se num meio degradante a todos os níveis tal como se faz fora das prisões "(...) *No fim de contas, limitávamo-nos a imitar os nossos superiores do lado de lá dos muros da prisão que, numa escala mais vasta, e sob o respeitável disfarce de negociantes, banqueiros e magnatas da indústria, fazem precisamente o mesmo. (...)*".

Em síntese é um livro intenso nas descrições e no realismo que as preenche por isso é actual. Constitui de alguma forma um grito à liberdade, à insubmissão, ao inconformismo. A ler.

Guadalupe Subtil

Jack LONDON, *Vagabundos Cruzando a Noite*, Antígona, Lisboa, 1997

ÉLISÉE RECLUS

Dispensando Elisée Reclus grandes apresentações para os mais conhecedores dos pensadores (e praticantes) anarquistas, este livro representa contudo uma boa apresentação para todos os que, menos familiarizados sobre as convicções e ideais anarquistas, queiram deles ter conhecimento através da vida e obras daquele que foi sem dúvida um dos grandes representantes da causa libertário anarquista. John P. Clark consegue de forma brilhante e simples dar-nos a conhecer o que pensava e praticava Elisée Reclus nas mais variadas vertentes como sejam a social, económica, política e ideológica. E fá-lo de facto de tal forma que não conseguimos ficar indiferentes após a leitura deste ensaio profundo sobre um dos grandes pensadores anarquistas que terão, de facto, marcado a história não só pela sua vivência como, também, pelas obras que nos deixou de que é exemplo "*L'Homme et la Terre*" em 6 volumes escritos entre 1905 e 1908. A admiração que o autor nutre por Reclus consegue contagiar-nos pois o que ele mais admira naquele são princípios e valores universais como sejam a solidariedade, a liberdade, a entreajuda, a igualdade, a não dominação de nada nem ninguém para apenas salientar alguns dos aspectos analisados. É espantoso verificar a forma como Reclus (nascido em 1831) defendia já na sua época ideais que continuamos a defender e a por eles lutar como alternativos aos hoje, e já na época, dominantes como se pode deduzir do excerto da página 77 "*(...) Assez tôt dans sa vie, il développa une foi profonde en la liberté et la solidarité humaines, conviction qui définit de plus en plus sa existence et fut plus tard pleinement développée dans sa théorie politique libertaire. Sa vision anarchiste de la liberté sociale est également l' expression mûre d' une solide croyance en l' autonomie morale.(...)*".

Para Reclus, assim como ainda hoje para muitos de nós, "*(...) «l' anarchie», la réalisation d' une valeur supérieure dans l' histoire, n' a jamais simplement été une utopie, vague et lointaine. Au contraire, elle est présente à chaque fois que les êtres humains luttent pour la liberté*

et pratiquent la solidarité. C' est donc une pratique susceptible d' être réslisée immédiatement. (...)". Adianta ainda o autor que para Reclus a anarquia pressupõe uma sociedade futura liberta das formas de poder institucionalizadas, e que atingirá uma síntese sem precedentes de liberdade, de igualdade e de comunidade. Com ele, o anarquismo começa mesmo a ser entendido como algo que vai muito além da simples oposição ao estado, oposição à coerção, ou revolta contra a autoridade. Nas suas formas mais elaboradas, é uma crítica profunda a todas as formas de domínio e poder e é uma prática de transformação social baseada na cooperação sem qualquer dominação. Segundo Reclus atingir-se a anarquia poderia significar a criação de uma sociedade livre, mutualista ou cooperativa que se sobreporia à competitiva e exploradora hoje, e também na altura, existente. Esta sociedade livre "*(...) s' établit par la liberté fournie par le développement complet à chaque personne humaine, première cellule fondamentale, qui s' agrège ensuite et s' associe comme il lui plaît aux autres cellules de la changeante humanité. (...)*" dizia-nos Reclus que acreditava que um dos preços do desenvolvimento da civilização era o reforço das barreiras entre os indivíduos e os grupos na sociedade, o que resultava do poder institucionalizado. Neste contexto o progresso social depende da eliminação das divisões hierárquicas, por forma a que uma comunicação aberta possa ter lugar. Como são ainda actuais as preocupações de Élisée Reclus! Quão ínfimos foram os progressos observados senão mesmo retrocessos!!! Não são ainda estes os nossos ideais e preocupações?? Não pensamos também que uma sociedade livre seria preferível a uma onde a competição e a concorrência são valores padrão quase que endeusados? Onde a violência e a insegurança substituem a liberdade de acção e logo, criação e imaginação? Não pensamos sobre a violência, hoje prática comum dos grandes centros urbanos, o mesmo que há cem anos atrás pensava Reclus e tão evidentes nestas suas palavras? "*(...) la violence est le résultat inévitable d' un système d' oppression inhumain, et le blâme ne devrait pas être jeté à ces victimes qui se rebellent violemment et par désespoir contre l' oppression. Ce sont plutôt ceux qui contrôlent le système injuste et en tirent bénéfice qui devraient être tenus pour coupables à la fois des injustices qu' ils infligent au peuple et pour les actes de violence qu' ils amènent certains opprimés à commettre. (...)*". Como são actuais estas reflexões parecendo ter sido ditas ou escritas ontem por um dos nossos companheiros. Assim como o permanecem as que nos são reproduzidas na página 93 sobre a intensificação da crise nas cidades que, para Reclus e também hoje, mais não é do que um sintoma da crise social generalizada.

Este livro por tudo o que se disse e não disse, constitui "*um amigo*" indispensável a consultar sempre que a angústia nos tome, ou sempre que queiramos reter uma observação, ou uma reflexão sobre nós e onde estamos inseridos e que "*aquele amigo especial*" um dia nos confidenciou.

Guadalupe Subtil

John P. Clark, La Pensée Sociale d'Élisée Reclus Géographe Anarchiste, Atelier de Création Libertaire, Lyon, 1996

Publicações Recebidas

Acontecimiento
Revista de pensamiento personalista y comunitario, ano 12, nº 40, Verão 1996
Do Sumário: Para hacer bien una enseñanza capaz de hacer el bien; Jesucristo y la dignidad personal de la mujer; Dossier: Trabajo – Paro, el último desafio posmoderno. (Instituto E. Mounier, Melilla, 10 – 8º D, 28005 Madrid, Espanha)

Al Margen
Portavoz del Ateneo Libertario, ano 5, nº 20, Inverno, 1996
Do Sumário: La función mitologica: el tiempo; El Estado; Dossier: Lo que el tiempo nos dejó. (c/ Baja, 8 – 1º, 46003 Valencia, Espanha)

Albor
Periódico Anarquista, nº 17, Janeiro 97
Do Sumário: Paz para todos; Salmones te recordamos. (Apartado 1687, 01080 Vitoria, Espanha)

Anatopia
Periódico Anarquista, nº 1, Abril 1997
Do Sumário: Okupa! Resiste!; O Movimento pelos Centros Sociais; entrevista aos "Osso Duro de Roer"; Ecologia Social (Prática Anarquista, Ecológica e na Sociedade); Apoio Mútuo; Prisão? Abolição!; O Volver da Extrema-direita; Por um Anti-Nacionalismo. (Apartado 21290, 1131 Lisboa codex, Portugal)

Acção Directa
Porta-voz da Federação Anarquista Ibérica em língua portuguesa, nº 4, Fevereiro de 1997
Do Sumário: A propósito de uma agressão a jornalistas, no "Dia D"; Sobre as drogas; Despenalização total do aborto; A propósito da greve dos camionistas espanhóis. (Apartado 22697, 1146 Lisboa Codex, Portugal)

Black Flag
For Anarchist Resistance, nº 210, 1996
Do Sumário: Liverpool dockers: still out of control; what about the workers?; NAFTA – auto restructuring and Mexico's maquiladora zone; Community organising in southern Italy; Drugs; Syndicalism and Anarchism. (BM Hurricane, London WC1N 3XX, Inglaterra)

Confronto
Catálogo de venda postal, nº 9, 1997
Cerca de duas centenas de livros e publicações libertárias comentadas; Terra e Liberdade; Será a Guerra – a Guerra Contra a Droga – a Saúde do Estado?; The Cannabis Conspiracy (Apartado 460, 4400 Gaia, Portugal. confronto@cryogen.com)

Etcetera
Correspondencia de la guerra social, nº 28, Dezembro 1996
Do Sumário: Guerra nacionalista en el País Vasco; Lucha de clases en la Baja Andalucía. (Apartado 1.363, 08080 Barcelona, Espanha)

Hilo Negro
Boletin Informativo del Sindicato Único CGT de Burgos, nº 12, Fevereiro 1997
Do Sumário: Empresas y sector público: esl el momento de actuar; Un pouco de Historia: Proudhon, Joseph (1809-1865); Despido en Incosa (Burgos), nuevo abuso empresarial. (c/ Hospital de los Ciegos, 5, bajo , 09003 Burgos, Espanha)

La Campana
Semanario de información y pensamiento anarquista; Nº 38, Janeiro 1997
Do Sumário: Arrojados al foso de Maastricht; Días fríos, sangre caliente; Crónicas de conflictos anunciados; Proclama filibustera animonacal. (Apartado 97, 36080 Pontevedra, Espanha)

La Otra Bolsa de Valores
Nº 38, 1996
Do Sumário: Tacambaro, cooperativismo ejemplar; La crisis del agro; Medio ambiente y miedo ambiente; Agresion sistematica a la sielva de los Chimalapas; De la eficiencia a la suficiencia; El posmarxismo rampante – una crítica a los intelectuales y las ONG; Estado y libre asociacion; Ingeneria social e intervenciones comunitarias; Entre padres e hijos: la brecha que se abre. (Promocion del Desarrollo Popular, Tlaloc 40-3, Col. Tlaxpana, CP 11370, México D.F., México)

Le Monde Libertaire
Hebdomadaire de la Féderation Anarchiste, 6 a 12 de Março 1997
Do Sumário: Non à la xénophobie d'État; Peau de chagrin pour les droits des imigrés; 8 de Mars: journée internationale des femmes; Entretien avec Sara Berenguer; Balkanski, un anarchiste bulgare exilé; Céline, à qui manques-tu?; Lyon: les anarchistes occupent la rue.(145, rue Amelot, 75011 Paris, France)

Libera
Informativo do Círculo de Estudos Libertários Ideal Peres, Ano 7, nº 70, Março 1997
Do Sumário: Contra o sectarismo; Anarquismo organizado: resoluções do encontro Latino-Americano; Rússia 1917: revolução ou revoluções na revolução?; Anarquistas contra o racismo. (Caixa Postal 14576, 22412-970 Rio de Janeiro-RJ, Brasil)

non nova sed nove
Setembro 1996
Do Sumário: Poemas de A. Dasilva O., José Luis Peixoto, Lígia da Costa, Luis Paulo Meireles, M. Parissy, Nuno Rebocho, Ricardo Bordalo. (Mário Galego, Av. 25 de Abril, 15 – 2º D, 2750 Cascais, Portugal)

Polémica
Información, Crítica, Pensamiento; Ano XIV, nº 62-63, Verão/Outono 1996
Do Sumário: El caso Scala; La Mesa Cívica; El Cine Princesa de Barcelona: crónica de un desalojo; Esa Europa de Maastricht; Raza, racismos, mestizaje; Entrevista a Ángel Cappelletti; Especial: Revolución Española. (Polémica, Apartado Correos 21005, 08080 Barcelona, Espanha)

Política Operária
Revista comunista, Ano XII, nº 57, Novembro/Dezembro 1996
Do Sumário: Voltar a África... pela mão da França; Rosnar a Guterres compensa? Da legalização prometida à ilegalidade consentida; Mudanças na educação: para pior; Escravas modernas; Velhas de 25 anos; Ainda a Jugoslávia; Por que se espera para levar o marxismo às massas?; Quando o Avante se batia pela "nossa" Angola; Visor. (Apartado 1682, 1016 Lisboa Codex, Portugal)

Umanità Nova
Settimanale Anarchico, Ano 77, nº 10, 1997
Do Sumário: L'insurrezione popolare albanese – una miccia rivoluzionaria all'interno dell'endemica questione balcanica? La criminalizzazione nacque a Mirafiori; Riflessioni sulle lotte dei camionisti in Francia. (c/o G.C.A. Pinelli, via Roma 48 – 87019 Spezzano Albanese (CS), Itália)

Volontà
Laboratorio di Ricerche Anarchiche, Ano L, nº 2 del 10/1996
Do Sumário: Spagna 36: Rivoluzione e potere; La fabbrica autogestita; La terra ai contadini; Tierra y Libertad; Tutto il ai comitati; Berneri e la guerre di classe; Una svolta pericolosa: attenzione!; Barcelona in fiamme; Sognando Maiorca; Cambiavamo casa spesso; Avevo sedici anni; Addio Black square; Pagine di guerra e revoluzione; I giorni della storia. (via Rovetta 27, 20127 Milano, Itália)

Livros e outras obras

René Berthier, *Ex-Yougoslavie, ordre mondial et fascisme local*, Monde Libertaire, ACL e No Pasaran, Paris, 1996.

Sylvie Deneuve, Marc Geoffroy & Charles Reeve, *Au-delà des Passes-Montagnes du Sud-est Mexicain*, Ab Irato, Paris, 1996.

PRINCÍPIOS EDITORIAIS

UTOPIA define-se como revista anarquista de cultura e intervenção, o que significa a reivindicação do património histórico das ideias libertárias e do movimento anarquista, ainda que à luz de um pensamento próprio, activo e actual, e no respeito face a outras interpretações desse património.

Ao definir-se como de cultura e intervenção, UTOPIA pretende-se como um espaço de tolerância, diálogo e criação, procurando contribuir para o aperfeiçoamento dos homens e para o alargamento das suas possibilidades de expressão e de invenção.

Ao definir-se como de intervenção, UTOPIA pretende-se como um espaço de análise e debate dos fenómenos sociais e políticos das sociedades contemporâneas, procurando contribuir para a emancipação e a liberdade dos indivíduos e dos grupos sujeitos a quaisquer situações de opressão, repressão e intolerância, assim como procurará opor-se aos sistemas e mecanismos conducentes a manter situações de constrangimento e desvantagem social e económica de indivíduos e grupos em relação a outros, e ao Estado, entendido como um poder a que todos os homens devem obedecer mesmo que em desacordo com ele. Nesta intervenção, UTOPIA será a expressão de lucidez e de revolta, assumindo plenamente o carácter utópico das tarefas a que se propõe.

UTOPIA guiará a sua acção por uma ética de honestidade, frontalidade, solidariedade e tolerância, que se procura expressar nestes princípios editoriais e que levará à prática em cada edição e em quaisquer actividades que venha a desenvolver.

As colaborações não solicitadas são desejadas, embora sujeitas à apreciação do colectivo editorial. Qualquer colaboração não publicada será devolvida ao autor, com a justificação dessa decisão. O colectivo editorial compromete-se a abrir rubricas de debate quando tal for considerado enriquecedor e esclarecedor para os leitores e para os princípios aqui defendidos, sendo os autores previamente informados dessa intenção.

A indicação de um proprietário e de um director da revista deve-se a exigências legais, sendo desejada a rotatividade da direcção entre todos os que fazem UTOPIA.
A responsabilidade dos textos assinados é dos seus autores e a responsabilidade pelo projecto é de todo o colectivo editorial.